

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

**CRISTINE MACHADO STUERMER**

**RECONVERSÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E OS VALORES  
CONTEMPORÂNEOS**

**São Paulo  
2010**

**CRISTINE MACHADO STUERMER**

**RECONVERSÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E OS VALORES  
CONTEMPORÂNEOS**

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana  
Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Dra. Ana Gabriela Godinho Lima

**São Paulo  
2010**

S927r

Stuermer, Cristine Machado.

Reconversão do patrimônio industrial e os valores contemporâneos / Cristine Machado Stuermer, 2010.  
172 f.: il.; 30 cm

Orientador: Ana Gabriela Godinho Lima

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.  
Bibliografia: f. 110-118

1. Patrimônio industrial. 2. Preservação. 3. Valor cultural/econômico. I. Título.

CDD 725.4

**CRISTINE MACHADO STUERMER**

**RECONVERSÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E OS VALORES  
CONTEMPORÂNEOS**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 04 de agosto de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima – Orientadora  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Profa. Dra. Maria Augusta Justi Pisani  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Profa. Dra. Monica Junqueira de Camargo  
Universidade de São Paulo

Este trabalho é dedicado à minha filha - luz do meu viver, e ao Mario cuja compreensão e apoio tornaram possível a realização desse trabalho. Aos meus pais, com gratidão e afeto.

## AGRADECIMENTOS

---

Independente de crenças ou religião agradeço a Deus e à espiritualidade por tudo que sou, pela inspiração e pela perseverança.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Gabriela Godinho Lima, além do carinho, estímulo e confiança, pelas nossas incontáveis discussões ao redor de uma xícara de café.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao MackPesquisa pelo apoio financeiro que possibilitou a concretização dessa pesquisa.

Às professoras Dra. Maria Augusta Justi Pisani e Dra. Mônica Junqueira de Camargo, agradeço pelos comentários e sugestões fornecidas na banca de qualificação.

Aos funcionários da Pós-Graduação e, em particular, aqueles da biblioteca da FAU/Mack pela gentileza e atenção.

Pela colaboração com a pesquisa agradeço ainda aos funcionários das instituições levantadas em particular modo à Carmen da Cinemateca Brasileira; à Luciana do Instituto Criar e ao Ernani Barone da Estação Ciência.

Ao arquiteto Nelson Dupré pelo tempestivo apoio.

Ringrazio ancora l'architetto Luigi Bertolotto per le fotografie e consigli dati nell'estate 2009, così come il prof. Manlio Marcheta con cui ho sviluppato la mia tese di laurea a Firenze e che mi ha fatto conoscere il tema.

À amiga e companheira de mestrado Maria Fernanda Freire pelo carinho, cumplicidade e pela torcida.

Aos meus queridos amigos (386) Alex, Aline, Daniela, Enio, Giuliano, Iside, Mauricio, Nadia, Renato pela longa e incondicional amizade e pela alegria contagiante.

Aos meus queridos irmãos e à minha tia Nilze, pela compreensão, pelo carinho, apoio e incentivo.

E finalmente, a todos aqueles que, mesmo que não citados nominalmente, direta ou indiretamente incentivaram e acreditaram na concretização deste trabalho.

*“O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente.”*

*Mário Quintana*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

**BNDES** – Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CONDEPHAAT** – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo

**CONPRESP** – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

**DPH-PMSP** – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo

**EMPLASA** – Empresa paulista de Planejamento Metropolitano

**FAUUSP** - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

**FEPASA** – Ferrovia Paulista S/A

**ICCROM** – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

**ICOMOS** – International Council on Monuments and Sites

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SEMPLA** – Secretaria Municipal do Planejamento

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**TICCIH** – The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

---

<b>RESUMO/ABSTRACT</b>	<b>1</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1 – PATRIMÔNIO INDUSTRIAL</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Considerações Iniciais</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Patrimônio Industrial e a sua Defesa</b>	<b>19</b>
<b>1.3 O Patrimônio Industrial no Contexto Brasileiro</b>	<b>37</b>
<b>Capítulo 2 - CONCEITOS DE PATRIMÔNIO, CONCEITOS DE PROJETO</b>	<b>46</b>
<b>2.1 O Reuso do Patrimônio Industrial</b>	<b>47</b>
<b>2.2 Questões que Envolvem a Preservação do Patrimônio Industrial</b>	<b>59</b>
<b>2.3 Posturas Conceituais</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo 3 - OS VALORES CONTEMPORÂNEOS DO PATRIMONIO INDUSTRIAL</b>	<b>81</b>
<b>3.1 A Ampliação do Conceito de Patrimônio</b>	<b>82</b>
<b>3.2 A Questão do Valor: o bem cultural, o uso e a economia</b>	<b>87</b>
<b>3.3 A Perspectiva Econômica e Cultural</b>	<b>97</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO 1</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO 2</b>	<b>129</b>

## RESUMO

---

A cidade de São Paulo, identificada até a década de 1970 por sua vocação fabril, vem diminuindo gradativamente sua participação na produção industrial do país desde os anos 1980. A evasão das grandes indústrias para áreas afastadas dos centros urbanos ocasionou o paulatino abandono dos complexos produtivos mais antigos. Neste processo tem-se verificado o fechamento de fábricas, acarretando a deterioração de suas estruturas e equipamentos o que freqüentemente tem levado à demolição de muitos exemplares interessantes - quer por seu valor como registro histórico, por suas qualidades arquitetônicas - em um processo potencializado pela voracidade dos negócios imobiliários na cidade.<sup>1</sup>

Este trabalho busca contribuir com algumas reflexões a respeito dos valores contemporâneos relacionados ao patrimônio industrial que nos permitem entender os processos de transformação e reuso por que vem passando os edifícios que compõe esse patrimônio considerando que a preservação de sua herança e de seus remanescentes está relacionada à existência de atividades nas quais a modernidade está inscrita, entre elas as econômicas e sociais. Dependente que é a arquitetura de recursos para materializar-se e manter-se, nos interessa refletir sobre a natureza destes recursos que não são meramente econômicos, mas também simbólicos, e, nesse sentido, intrinsecamente relacionados à cultura e a tradição dos lugares de existência. Apresentamos então algumas reflexões sobre o papel e a importância das relações entre valor econômico e valor cultural/simbólico na preservação e reconversão do patrimônio industrial.

Palavras chave: patrimônio industrial, preservação, valores cultural/econômico.

---

<sup>1</sup> FONTES, Paulo. *Mapeando o patrimônio industrial*. Disponível em <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=166>. Acesso em 10 nov. 2008.

## **ABSTRACT**

---

The city of São Paulo, known until the 1970's for its industrial vocation, has been gradually losing its participation in the Brazilian Industrial production since the 1980's. The migration of big industries from urban centers to remote areas led the older productive buildings to be slowly abandoned. Along this process, magnified by the city's real estate business voracity, factories were closed, causing the degradation of its structures and machinery, frequently resulting in the demolition of establishments, some of which considered interesting for its historical register and/or its architectonic qualities.

This dissertation aims at contributing with some reflections on the contemporary values related to the industrial building heritage. Such values allow a better understanding of the transformation and reuse processes for which the buildings that compose this heritage have been going through. It is being taken into account that the preservation of its patrimony and remnants is related to the existence of activities, such as the economical and social ones, in which modernity take part of. Being the existence and maintenance of architecture dependent on resources, it is of interest to reflect upon their nature, not only economic but also symbolic, and in this sense, intrinsically related to the culture and tradition of where the architecture exist. Therefore, the arguments presented here are aimed at reflecting on the role and importance of economic and cultural/symbolic values in preserving and reconvertig industrial building heritage.

Keywords: industrial heritage, preservation, cultural and economical values.

## APRESENTAÇÃO

---

Formada em arquitetura e urbanismo, em 1991, pela Universidade Mackenzie havia começado meu mestrado pela mesma instituição quando recebi o convite de um escritório italiano, em 1994, para participar, como observadora, de algumas pesquisas na Itália. Tratava-se de escavações em uma área arqueológica e da restauração de uma construção do séc. XIX erguida sobre precedente construção romana na cidade de Tarquinia a, aproximadamente, 100 km de Roma.

Essa experiência de algumas poucas semanas me empolgou de tal maneira que em junho de 1995, tendo concluído um curso de dois anos em Conservação e Restauro Pictórico no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), única alternativa na época na cidade de São Paulo para amantes da restauração, tive a oportunidade de ir morar na Itália.

A idéia inicial era ficar por um período de um ano, ao máximo, e participar de outra intervenção de restauração, arquitetônico e pictórico, desta vez em uma igreja construída na metade do séc. XVII na cidade de San Quirico d'Orcia localizada na Província de Siena. Acabei permanecendo por bem mais tempo do que o imaginado e começa aí minha aventura em solo italiano. Uma aventura extremamente gratificante, rica de oportunidades, de conhecimento e que me deixou fora do Brasil por quase dez anos.

Meu percurso começa então, contemporaneamente, entre trabalho e estudo com o reconhecimento do meu diploma brasileiro junto a *Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi* de Florença. Neste processo, que durou cerca de três anos, passei por disciplinas como Restauro Arquitetônico, Direito e Legislação Urbanística e Urbanística I que me levaram a apresentar um trabalho de graduação cujo tema foi “As Estações Ferroviárias Toscanas – as principais estradas ferradas e as maiores estações toscanas”, em 2001.

Um trabalho de revisão bibliográfica sobre a história da ferrovia na região da Toscana, e de suas principais estações ferroviárias, além de uma análise das tipologias arquitetônicas das estações, da configuração dos espaços e da qualidade

arquitetônica das mesmas bem como do contexto urbano. Trabalho gratificante e bem sucedido que me levou a obtenção da chamada *laurea cum laude*.

Nestes anos de estadia na Itália, além do estudo, colaborei como arquiteta, junto a outros profissionais, no desenvolvimento de projetos de restauração/reformas e requalificação de edificações, com ênfase nos projetos de interiores, passando da prancheta à obra e ainda pelos órgãos de aprovação inclusive aqueles específicos ligados ao patrimônio histórico que sempre me despertaram maior interesse. Pude colaborar também, entre 1999 e 2000, na iniciativa de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos de design mirados à recuperação da memória e das tradições da Região Toscana através do artesanato de qualidade. Enfim a questão da preservação da memória, da história, do patrimônio e das formas como isso poderia acontecer me apaixonavam cada vez mais me levando a setores diferentes de atuação, observação e pesquisa.

No entanto meu maior interesse surgiu quando da observação dos processos de reconversão desses grandes complexos industriais abandonados e a nova destinação de uso dada aos mesmos. A Europa me mostrou casos interessantes nesse sentido. Especificamente em âmbito italiano o caso da reconversão da fábrica da Fiat Lingotto ou ainda do complexo denominado *Environment Park* inaugurado em Turim em 1996. O projeto realizado na área industrial do bairro de Bovisa, em Milão, onde várias faculdades do Politécnico de Milão se instalaram dentro dos galpões metálicos existentes aproveitando a estrutura. Ou a reciclagem pela qual o bairro industrial Bagnoli, em Nápoles, vem sendo submetido.

Tendo adquirido certa vivência em intervenções de restauro em estruturas menores e consideradas mais “triviais”, a reconversão desses “refugos do progresso técnico ou das mudanças estruturais da economia, grandes conchas vazias que a maré industrial abandonou na periferia das cidades e mesmo em seu centro”<sup>2</sup>, que com a dilatação do conceito de patrimônio acabam sendo integrados ao corpus patrimonial, me instigou a analisar a reutilização do patrimônio da industrialização e as questões ligadas à sua sobrevivência.

---

<sup>2</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.Unesp, 2006, p.209.

## INTRODUÇÃO

---

As transformações do cenário econômico brasileiro a partir dos anos de 1970 provocaram a evasão das grandes indústrias para áreas afastadas dos centros urbanos ocasionando o paulatino abandono dos complexos produtivos mais antigos, às vezes de grandes dimensões, e impulsionando a degradação de tecidos urbanos, muitas vezes centrais. Muitos edifícios fabris, conjuntos de grande interesse histórico e estético, foram então abandonados, demolidos ou passaram a abrigar outras funções.

O desenvolvimento deste trabalho se deu a partir de alguns questionamentos sobre os valores contemporâneos que poderiam interferir na reutilização dos exemplares da herança industrial e nos projetos de reabilitação de áreas e edificações pertencentes ao patrimônio da industrialização.

Procuramos então fazer uma reflexão sobre quais valores contemporâneos nos permitiriam entender os processos de transformação e reuso por que vêm passando os edifícios que compõe o patrimônio da industrialização. Pode-se dizer que o ponto de partida para a discussão apresentada aqui tem como marco o texto de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2000), *A importância Econômica de um Bem Cultural e a Importância Cultural de um Bem Econômico*. O autor explica que ao conceituarmos patrimônio cultural convém lembrar que este é constituído não pelas coisas materiais ou imateriais em si, mas pelos valores que são atribuídos a estas coisas e que, portanto, desde o início, nos deparamos com a problemática do valor. O texto discursa, portanto sobre os valores que investem o patrimônio cultural entre eles os valores pragmáticos - de todos os mais marginalizados, precisamente por ser julgados pouco ou nada "culturais". Ulpiano entende o conceito de valor como aquele capaz de expressar a capacidade de alguma coisa, bem material ou não material, em responder a uma necessidade humana, qualquer necessidade, de qualquer tipo ou gradação inclusive as de natureza econômica. Portanto, segundo ele, a antinomia valor cultural versus valor econômico não tem sentido já que valores econômicos e valores culturais somam muito mais semelhanças do que dessemelhanças. De fato as atividades culturais estão inseridas no quadro da

economia produzindo, via de regra, bens e atividades que podem ser tratados como mercadorias e serviços. Lembra o autor que no setor de patrimônio ambiental urbano, em particular no que se refere à preservação urbana e aos projetos de renovação e revitalização de áreas dotadas de valor cultural, tem havido consciência crescente das vantagens e benefícios econômicos das estratégias de conservação em luta contra a especulação imobiliária e a autofagia de nossas cidades, principalmente nos países em desenvolvimento.

Em decorrência disso a idéia de que os valores econômicos teriam um papel importante na compreensão desse quadro nos levou ao texto de Randall Mason (2008), *Be Interested and Beware: Joining Economic Valuation and Heritage Conservation*, que corrobora a impressão compartilhada por Roberto Cecchi (2008), em seu livro *Il Restauro*, de que os aspectos ligados ao reuso dos edifícios industriais do patrimônio fundamentam-se fortemente em questões econômicas. Se Mason afirma que distintos tipos de valor, mais contemporâneos como os valores econômicos, sociais ou ambientais podem ser identificados no patrimônio cultural Cecchi e Ulpiano mencionam que motivos e valores econômicos estão entre as razões pelas quais as sociedades estão dispostas a realizar a conservação de seu patrimônio sendo os valores culturais a chave para essa conservação. Portanto a problemática da tutela do patrimônio deveria considerar o equilíbrio desses valores, sobrepostos e interligados com muita freqüência, e perspectivas de valorização em vários níveis de gestão administrativa do território. A tutela deve passar necessariamente por um juízo de valores, inclusive o econômico, que é uma preocupação legítima no discurso da conservação bem como no discurso econômico, binômio estudado por Mason, modelando fortemente as atitudes e decisões públicas. A intervenção, segundo Cecchi, deve ser subordinada a um projeto crível, de modo a não criar um volume vazio à procura de uma utilização e nem tão pouco dispersar financiamentos que poderiam ser usados em projetos consistentes. O restauro é projeto e, portanto uma ação voltada ao uso dos espaços, neste caso, o reuso que torna o edifício vivo pelas atividades que ali serão desenvolvidas.

Se o aspecto econômico mencionado por Ulpiano encontra eco em Mason o aspecto cultural foi mais bem explorado por meio do livro de Beatriz Kühl (2008),

*Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos do restauro*, e da tese de doutorado de Manoela Ruffinoni (2009) *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. A posição de Ruffinoni é de que os exemplares de interesse do patrimônio não deveriam ser considerados como “ilhas separadas” do processo de desenvolvimento urbano e territorial e embora mencione aspectos econômicos não expressa a intenção de desenvolvê-los em sua tese. As duas autoras restringem-se a chamar atenção para o fato de que as questões econômicas envolvidas nas intervenções sobre o patrimônio urbano certamente possuem grande influência e não podem ser negligenciadas, mas que estas, e também as questões políticas, dentro de certos limites, não devem assumir o equivocado posto de objetivo do restauro. Estas são questões a ser abordadas como mais um dado de projeto na condução do restauro<sup>3</sup> que, por sua vez, deve ser pautado pelas prioridades da esfera cultural. Quando for legítima e necessária a intervenção, prosseguem as autoras, esta deve manifestar-se respeitando e valorizando o preexistente, procurando uma relação positiva e construtiva entre o novo e o antigo. O projeto deve inserir uma nova estratificação que se comporte como adição, mas sem destruir o edifício, ou o conjunto urbano, dos pontos de vista físico, figurativo, documental, memorial e simbólico. Kühl chama a atenção para as formas de atuação sobre o patrimônio histórico que têm se multiplicado na atualidade, as quais deixam de ter as raízes culturais que motivaram o campo da preservação, pautando-se em aspectos pragmáticos a exemplo da reutilização, da reabilitação e da recuperação. Afirma que as intervenções executadas em edifícios ou sítios industriais culturalmente representativos, com certa frequência, não observam os princípios mais básicos da teoria do restauro, em flagrante discordância com as diretrizes da Carta de Veneza e documentos complementares.

Substanciando a discussão assim estruturada sobre o binômio identificado no texto de Mason, discurso econômico e discurso cultural, comparecem: as análises das cartas patrimoniais, em particular modo a Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, onde são elucidados termos e conceitos relativos ao

---

<sup>3</sup> As autoras parecem fazer questão do uso exclusivo do termo “restauro” ao se referir a qualquer tipo de intervenção no patrimônio industrial.

patrimônio industrial e diretrizes para sua preservação; o livro de Françoise Choay (2006), *A alegoria do Patrimônio*, onde buscamos o entendimento do conceito de patrimônio cultural e que aponta também para o valor econômico do patrimônio histórico, valor induzido pelo desenvolvimento da indústria cultural; a publicação de Eugenio Battisti (2001), *Archeologia Industriale*, que discursa sobre o reuso desses exemplares da industrialização e sua sobrevivência ressaltando que apesar de tudo a maior parte dos velhos edifícios industriais permanecerá um recipiente vazio. Battisti prossegue ainda ponderando que será necessário escolher e decidir, sobretudo, quando não existirem qualidades de monumento ou ligações culturais com o ambiente, as possibilidades de reuso desses edifícios. Esclarece ainda que estes remanescentes industriais tornaram-se socialmente desejáveis e pela experiência adquirida é sabido que se não são recuperados imediatamente caem em mãos da especulação imobiliária que os abate.

Por fim buscamos na produção de dissertações e teses brasileiras sobre o tema, verificar como os valores culturais e econômicos são abordados pelos autores de trabalhos acadêmicos, ou seja, se e como os valores culturais e econômicos comparecem nos textos levantados. O objetivo desse mapeamento foi tomar contato com as diversas abordagens sobre o patrimônio industrial no contexto da universidade brasileira nos últimos cinco anos, no que diz respeito às questões culturais e econômicas. No anexo I são apresentados sinteticamente os critérios de busca e análise desse material.

Este trabalho foi organizado em três capítulos. Pautado pelos critérios aos quais me referi o **Capítulo 1 – Patrimônio Industrial** procura definir o conceito de patrimônio industrial e o termo arqueologia industrial, área de conhecimento que nasceu da necessidade de estudo e preservação dos testemunhos industriais ameaçados, e com o qual nos deparamos com muita frequência quando falamos de patrimônio da industrialização. Nessa investigação buscamos entender a incorporação da noção de patrimônio industrial à do próprio patrimônio artístico e cultural, em virtude da expansão do campo cronológico da herança histórica, bem como a extensão dessa compreensão ao conjunto histórico ou tradicional e a sua ambiência enquanto um todo coerente, incluindo as relações espaciais e humanas envolvidas. Buscamos ainda entender a área de abrangência e a aceitação desse

novo campo de conhecimento - a arqueologia industrial - que se deparou com inúmeros questionamentos e críticas sobre sua autonomia. Paralelamente procuramos analisar o interesse paulatino pela preservação e valorização do patrimônio industrial ao longo do tempo, e em várias partes do mundo, e os instrumentos usados na defesa de seus bens, dando ênfase ao estudo da Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, documento específico para a salvaguarda desse patrimônio onde são elucidados termos e conceitos a respeito bem como diretrizes para sua preservação. Concluímos este capítulo discutindo o patrimônio industrial no contexto brasileiro seja sob o ponto de vista das abordagens teóricas que práticas. Nesta última parte levantamos as discussões, os encontros e as publicações, mais significativos, sobre a preservação do patrimônio industrial no Brasil. Relacionamos ainda os trabalhos acadêmicos (anexo I) que vêm sendo produzidos nos últimos anos tendo como foco o patrimônio industrial corroborando nossa observação de que no Brasil o assunto vem ganhando interesse nas últimas décadas. Esta listagem encontra-se no anexo I ao fim desse trabalho. Quanto às questões no tocante à prática mencionamos alguns exemplos de tombamento de edifícios e áreas industriais em território nacional e de reutilização desse patrimônio que foram, porém abordados com mais pertinência no capítulo dois. Neste capítulo nos referenciamos essencialmente nos trabalhos de Hudson (1966), Kühn (1998, 2008), Dean (1976), Cordeiro (1987), Cury (2004), buscando também nas teses ou dissertações de Campagnol (2008), Vilar (2007), Pozzer (2007), Fonseca (2007), Rufinoni (2004, 2009), Vichnewski (2004) e Moreira (2007) definições de conceitos sobre arqueologia e patrimônio industrial e sua preservação ao longo do tempo.

Na seqüência desse percurso, o **Capítulo 2 – Conceitos de Patrimônio, Conceitos de Projeto** contém uma discussão sobre as questões ligadas a reutilização do patrimônio industrial, ou seja, sobre o reuso de exemplares dessa arquitetura fabril que, pela obsolescência de suas estruturas, foram desativados, e as posturas adotadas nas intervenções de reconversão desse patrimônio. A intenção deste capítulo foi levantar os conceitos de patrimônio que deveriam permear os projetos de reconversão desses edifícios e as discussões sobre o reuso dos mesmos. Começamos por caracterizar o reuso relatando casos de reconversão de edifícios e requalificação de áreas industriais na Europa, nos Estados Unidos e na

América do Sul incluindo o Brasil. Em seguida procuramos analisar o entendimento do que deve ser preservado no campo do patrimônio industrial e as dificuldades ligadas ao tema, entre elas as de uso e funções atribuídos aos monumentos e espaços industriais. Por fim analisamos as posturas adotadas nos projetos de recuperação do patrimônio da industrialização, ou seja, a conservação do documento e as vertentes e critérios que deveriam ser adotados, na maioria dos casos, na abordagem dos projetos versus a projeção do uso e da organização funcional com suas necessidades técnicas e arquitetônicas. Para tal buscamos referências no trabalho mais recente da professora e arquiteta Beatriz Kühl: *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro* e adotamos ainda, como contraponto, alguns textos de autores italianos como *Archeologia Industriale* de Eugenio Battisti (ano); *Archeologia Industriale – metodologie di recupero e fruizione del bene industriale. Atti del convegno*, uma compilação de textos que nasce em ocasião do congresso sobre patrimônio industrial ocorrido em junho de 2000 na cidade de Prato, Itália, organizada por Laura Faustini, Elisa Guidi e Massimo Misiti e por fim *Il Restauro* de Roberto Cecchi.

**O Capítulo 3 – Os Valores Contemporâneos do Patrimônio Industrial** volta-se à discussão sobre a realidade complexa, não somente sob o ponto de vista arquitetônico e cultural, mas também de acordo com as questões econômicas, políticas e sociais que os exemplares da industrialização se deparam. As questões utilitárias não podem ser as únicas a prevalecerem nas decisões projetuais, mas muitas vezes são definitivas para a sua sobrevivência. Este capítulo aborda, portanto os valores contemporâneos relacionados ao patrimônio industrial tendo em vista que a preservação de sua herança e de seus remanescentes está relacionada com a existência de atividades com as quais a modernidade é escrita entre elas as econômicas e sociais. Dependente que é a arquitetura de recursos para materializar-se e manter-se, nos interessa refletir sobre a natureza destes recursos que não são meramente econômicos, mas também simbólicos, e, nesse sentido, intrinsecamente relacionados à cultura e a tradição dos lugares de existência. Apresentamos então algumas reflexões sobre o papel e a importância das relações entre valor econômico e valor cultural/simbólico na preservação e reconversão do patrimônio industrial. De posse desse panorama procuramos definir o conceito ampliado de patrimônio

histórico/cultural que inclui também as instalações e sítios industriais como bens patrimoniais. Paralelamente analisamos as questões ligadas aos valores intrínsecos aos exemplares da industrialização, a problemática do bem cultural versus o uso e a economia. Nessa realidade buscamos confrontar a perspectiva da economia em relação à preservação do patrimônio numa discussão sobre o binômio valor econômico versus valor cultural. Para tal realizamos uma revisão bibliográfica tomando como referência para esta discussão o texto de Françoise Choay, *A alegoria do patrimônio* (2006) para entender as questões presentes no patrimônio históricos, como os valores econômicos, na era da indústria cultural; as diferentes tipologias de valor presentes nesse tipo de discussão e os fatores ligados ao culto do patrimônio; os conflitos entre a indústria patrimonial versus a evolução da economia urbana e os diversos tipos de operações destinadas à valorização do monumento histórico e sua, eventual, transformação em produto cultural e por fim as questões ligadas à reutilização e reintegração de um edifício, especificamente do patrimônio industrial, à vida contemporânea. O texto *A importância Econômica de um Bem Cultural e a Importância Cultural de um Bem Econômico* (2000), de Ulpiano Bezerra de Meneses nos possibilitou compreender o conceito de valor como sendo aquele constituído não pelas coisas materiais ou imateriais em si, mas pelos valores que são atribuídos a estas coisas. Entre os valores abordados estão o valor cultural e o valor econômico e o autor discorre sobre as semelhanças e dessemelhanças entre eles. As questões levantadas por Ulpiano encontram apoio no texto de Randall Mason, *Be Interested and Beware: Joining Economic Valuation and Heritage Conservation* (2008) onde o autor discorre sobre os dois distintos modos de pensar a questão do patrimônio na sociedade contemporânea que ele nominou de discurso econômico e discurso de conservação. Pontuando estes dois últimos textos inserimos algumas observações presentes no livro do arquiteto florentino Roberto Cecchi, *Il Restauro* (2008), que recolhe depoimentos de colegas, do autor, e estudiosos da área sobre as questões ligadas ao patrimônio e o valor econômico.

Os anexos apresentados no fim deste trabalho ilustram passagens importantes no processo de reflexão ao longo desta pesquisa. O anexo I, já mencionado acima, contém a relação dos trabalhos acadêmicos que vêm sendo produzidos nos últimos anos tendo como foco o patrimônio industrial corroborando

nossa observação de que no Brasil o assunto vem ganhando interesse nas últimas décadas. Alguns dos trabalhos levantados não chegaram a ser utilizados dado que seu escopo não ia ao encontro da argumentação aqui apresentada. Outros trabalhos foram levantados, mas não foi possível ter acesso a eles.

O anexo II nasce no início dos trabalhos de pesquisa quando pareceu interessante analisar alguns casos exemplares de reuso. As obras inicialmente escolhidas foram a Cinemateca Brasileira, ex matadouro municipal da cidade de São Paulo localizado no bairro de Vila Mariana; o Instituto Criar de Televisão e Cinema e a Estação Ciência/USP. Estes dois últimos exemplares, localizados respectivamente nos bairros do Bom Retiro e da Lapa, foram em suas origens fábricas têxteis. Com o desenvolvimento da pesquisa revelou-se mais pertinente explorar de maneira mais aprofundada as questões conceituais, razão pela qual os estudos de caso não foram levados adiante. Não obstante achamos que seria de interesse incluir as análises no trabalho, pois estas ilustram em alguma medida o tipo de trabalho e de projetos cujos aspectos conceituais são efetivamente desenvolvidos nessa dissertação.

# **CAPÍTULO 1**

## **PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

“(...) grandes conchas vazias que a maré industrial abandonou (...)”

*Françoise Choay*

Neste capítulo trataremos de definir o conceito de patrimônio industrial e de sua área de abrangência. Para tal buscaremos entender o termo arqueologia industrial com o qual nos deparamos com muita frequência quando falamos de patrimônio da industrialização. Em seguida analisaremos o interesse pela preservação do patrimônio industrial ao longo do tempo e os instrumentos usados na defesa de seus bens. Finalmente discutiremos o patrimônio industrial no contexto brasileiro seja sob o ponto de vista das abordagens teóricas que práticas.

## 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O patrimônio industrial, ou patrimônio da industrialização, deve ser entendido com a expansão do campo cronológico da herança histórica e, portanto, com a ampliação daquilo que é considerado bem cultural:

A revolução industrial, como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana. Quaisquer que tenham sido as datas, que variam de acordo com cada país, o corte da industrialização continuou sendo, durante toda essa fase, uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual começa a modernidade. Em outras palavras, ela marca a fronteira que limita, a jusante, o campo temporal do conceito de monumento histórico – este pode, ao contrário, estender-se indefinidamente a montante, à medida que avançam os conhecimentos históricos e arqueológicos.<sup>4</sup>

Acompanhando o processo de alargamento do conceito de bem cultural, Beatriz Kühl considera:

(...) que o patrimônio histórico passou a englobar não apenas os grandes monumentos isolados de qualidade excepcional, mas os ambientes urbanos ou rurais inteiros, dando-se maior importância ao tecido urbano e à arquitetura vernacular. Passou a abranger também

---

<sup>4</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., p. 127.

construções mais recentes, como aquelas incluídas no patrimônio industrial e a herança do movimento moderno (...) <sup>5</sup>

Constituem o patrimônio industrial os chamados monumentos industriais que segundo Mendes podem ser distribuídos em três grandes grupos: <sup>6</sup>

- vestígios referentes à produção artesanal e industrial, entre os quais as oficinas, estruturas fabris e habitacionais como os bairros operários; ferramentas e utensílios, maquinário, moldes, produtos, catálogos, meios de transmissão de energia e iluminação. Essa cultura material deve ser estudada em interligação com os fatores humanos e sociais, os ritmos de produção, concentração e condições de trabalho, sindicalismo, cultura operária, associações culturais e sua atuação;

- transportes e comunicações cujos elementos mais significativos foram, sem dúvida, as estradas de ferro. No caso específico a capital paulista, a partir de 1864, com a inauguração da São Paulo Railway, contou com uma ocupação espacial e habitacional sem precedentes;

- e por fim os equipamentos coletivos referentes ao abastecimento e distribuição de energia (hidráulica, eólica, a gás e elétrica), estruturas relativas ao abastecimento de bens (mercados, armazéns), abastecimento de água e saneamento.

Assim o patrimônio industrial abrange além das fábricas e oficinas, com tudo o que as caracteriza, instalações, tecnologia, localização, área de entorno, incluindo técnicas, matérias primas e produtos industrializados; registros escritos, orais, iconográficos; meios de comunicação e de transporte; fontes e distribuição de energia; paisagens industriais e obras públicas.<sup>7</sup>

Freqüentemente ao nos referirmos a patrimônio industrial nos deparamos com o termo arqueologia industrial, uma área de conhecimento que nasceu da

---

<sup>5</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial:Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p. 208.

<sup>6</sup> MENDES, José Amado. *Patrimônio industrial: um bem da comunidade ao alcance da escola*. In: Revista Munda, n.16. Ed. GAAC, Coimbra, Portugal, 1988, pp.68-69, apud VILAR, Dalmo Dippold. *Água aos cântaros – os reservatórios da Cantareira: um estudo de arqueologia industrial*. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, pp.126-127.

<sup>7</sup> Idem. *Inventariação do Patrimônio Industrial*. In: Revista Munda, n.16. Ed. GAAC, Coimbra, Portugal, 1988, p.45 apud VILAR, Dalmo Dippold, op. cit., p.127.

necessidade de estudo e preservação dos testemunhos industriais ameaçados. Visando estabelecer critérios e métodos para a análise de edifícios, maquinaria e complexos industriais desativados, a expressão arqueologia industrial foi usada para designar um campo dedicado ao levantamento, estudo, registro e preservação do patrimônio industrial. Embora já em 1896 o termo arqueologia da indústria tenha sido usado em Portugal pelo arqueólogo e escritor Francisco de Souza Viterbo, quando realizava estudos para um trabalho sobre preservação de moinhos, intitulado “Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos” foram os britânicos que ganharam notoriedade como desbravadores das questões relativas ao patrimônio industrial.<sup>8</sup>

Mesmo se o termo arqueologia industrial teve suas origens no final do século XIX ele não obteve popularidade até meados de 1950, na Grã-Bretanha. A expressão *industrial archaeology* foi provavelmente utilizada, segundo Kenneth Hudson e Neil Cossons, pelo professor Donald Dudley, diretor do *Extra-Mural Studies* na Universidade de Birmingham, no início dos anos 1950 aparecendo pela primeira vez numa publicação inglesa, em 1955, em um artigo de Michael Rix sobre a necessidade de se inventariar e preservar os vestígios materiais da industrialização, antes que viessem a desaparecer.<sup>9</sup>

Em artigo intitulado *Industrial Archaeology* publicado em seu livro *The Amateur Historian*, Rix relaciona como campo de estudo, até aquele momento inexplorado, uma série de monumentos pertencentes ao século XVIII e ao começo do século XIX: fábricas, máquinas a vapor, locomotivas, os primeiros edifícios com estrutura de metal, aquedutos e pontes de ferro fundido, os pioneiros empreendimentos em ferrovias, canais e eclusas. Faz então um alerta, evidenciando a necessidade de se documentar e preservar esses testemunhos da industrialização, muitos deles ameaçados de destruição, conservando-se, se possível, a documentação ainda existente.<sup>10</sup>

A constituição da arqueologia industrial como ciência dos vestígios deixados pelas sociedades industriais surgiu paralelamente às primeiras ações e medidas de

---

<sup>8</sup> POZZER, Guilherme Pinheiro. *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, p. 220.

<sup>9</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008, p. 37.

<sup>10</sup> HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology, an introduction*. London: John Baker Publishers, 1966, p.11.

proteção e preservação do patrimônio industrial, após a destruição do Palácio de Cristal do Porto, da Gare de *Euston Station*, em 1962, dos pavilhões *Halles Centrales de Baltard*, em Paris, e a destruição parcial da antiga escola industrial Marquês de Pombal, em Alcântara, Portugal.<sup>11</sup>

Segundo Neil Cossons, o crescimento do interesse pela arqueologia industrial configura-se não apenas como uma reação contra a destruição desses artefatos da industrialização, mas também como uma tentativa de se opor ao ciclo de destruição e reconstrução impetrado pela alternância de diferentes paradigmas econômicos que sucessivamente alteram as paisagens e cotidianidades urbanas tradicionais. Nessa interpretação, os remanescentes físicos da industrialização transcendem a pura evidência histórica e adquirem representatividade como evidências culturais.<sup>12</sup>

Mas até a aceitação da arqueologia industrial, como um campo de estudo que envolve a preservação do patrimônio industrial, esta nova disciplina enfrentou o questionamento sobre sua abrangência e a crítica sobre sua autonomia. No início dos anos 1970, as atribuições a essa nova área do conhecimento, seus objetivos, as delimitações cronológicas e as definições de metodologia foram amplamente discutidos. Essas discussões que partiram, sobretudo, do campo da arqueologia, se rebateram em diferentes outros campos como o da história, das ciências sociais, da arquitetura e engenharia, o que demonstrou que essa nova área não estava restrita aos arqueólogos e à arqueologia, mas se estendia a todos aqueles interessados no levantamento, registro e preservação dos vestígios da industrialização. A ênfase inicial da arqueologia industrial no estudo e inventário de remanescentes da chamada Revolução Industrial logo foi colocada em questionamento. A conceituação, estabelecida por Michael Rix nos anos 1950, foi considerada demasiadamente restritiva por delimitar as condições específicas da industrialização de um dado momento, em especial britânico.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> FONSECA, Filomena Pugliese. *As águas do passado e os reservatórios do Guaraú, Engordador e Cabuçu: um estudo de arqueologia industrial*. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, p. 23.

<sup>12</sup> COSSONS, Neil In: RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, p. 178.

<sup>13</sup> RIX, Michael In: CAMPAGNOL, Gabriela. *Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, p. 415.

O próprio termo arqueologia vinculado com o industrial provocou muitas objeções. Separados, cada um remetia a períodos muito distantes e completamente diferentes. O termo industrial se relacionava com um fenômeno com não mais de dois séculos de idade e o termo arqueologia remetia ao passado distante.<sup>14</sup> Um problema então debatido, na medida em que se aprofundavam as discussões sobre o estudo do patrimônio industrial, foi a definição da abrangência e dos limites cronológicos da arqueologia industrial.

Após o período de entendimento e discussões metodológicas, a arqueologia industrial pode ser entendida como uma ciência interdisciplinar, que visa contribuir para uma melhor compreensão do passado industrial através do conjunto de vestígios que marcaram o nascimento de um novo tipo de sociedade e cultura.<sup>15</sup> Tem como finalidade estudar todas as evidências, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. Para tal utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.<sup>16</sup> Podemos ainda entender a arqueologia industrial como um elo que nos liga ao passado e, simultaneamente, nos projeta no futuro, tornando o arqueólogo industrial um personagem interveniente, com papel ativo a desempenhar nos quadros da sociedade atual.<sup>17</sup>

A incorporação da noção de patrimônio industrial à do próprio patrimônio artístico e cultural deve-se, em grande medida, à arqueologia industrial, de acordo com Lopez Garcia, devido: “a seu afã em salvaguardar e estudar os restos da cultura material que não se classificam como peças de arte ou obras de importância histórica por sua monumentalidade de abrangência nacional”.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> HUDSON, Kenneth, op. cit, p.15.

<sup>15</sup> CORDEIRO, José Lopes. *Algumas questões para a salvaguarda do patrimônio industrial*. In: Seminário Nacional de História e Energia. 1., 1987, São Paulo. Anais... São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1987. 1v., p.64.

<sup>16</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 431.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Isabel e SANTOS, Luisa. *A indústria do papel na perspectiva da arqueologia industrial*. In: I Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial. Editora Coimbra, Coimbra, 1990, p.485.

<sup>18</sup> LÓPEZ GARCIA, Mercedes. *El concepto de patrimonio: El patrimonio industrial o la memoria del lugar*. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (Org). *Arqueologia Industrial (monográfico)*, *Ábaco Revista de Cultura y Ciencia Sociales*. Gijón, Espanha: Nova Época, n.1, 1992, p.11.

## 1.2 PATRIMONIO INDUSTRIAL E A SUA DEFESA

Casos de interesse do patrimônio industrial em desuso merecem ser protegidos, quer por seu valor histórico, formal, memorial ou simbólico. Mas a demolição destes testemunhos da industrialização é muitas vezes, segundo B. Kühl, estimulada pela falta de interesse nos complexos industriais obsoletos distribuídos em extensas áreas, geralmente em proximidade dos centros urbanos, que com o crescimento das cidades e a valorização do solo passaram a ser vistos como reserva de área urbana.<sup>19</sup>

Nos últimos cinquenta anos os vestígios materiais da industrialização transformaram-se de empecilhos à preservação dos monumentos, como podemos notar no trecho a seguir reportado da Carta de Restauro de Atenas, em objetos de interesse patrimonial:

Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença de postes ou de fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou de história.<sup>20</sup>

Nesse mesmo caminho, a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, produzida em 1962 pela UNESCO, em Paris, colocou claramente que minas, pedreiras e instalações de equipamentos industriais eram perigos que ameaçavam as paisagens e sítios e que deviam ser controlados.<sup>21</sup>

Mas o interesse pela preservação do patrimônio industrial é relativamente recente e tem início na Inglaterra na década de 1950, conforme verificamos, embora se encontre na França do final do século XVII um dos primeiros movimentos de demonstração de interesse na defesa do patrimônio industrial. Para proteger elementos importantes do “vandalismo revolucionário”, durante a Revolução

---

<sup>19</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

<sup>20</sup> CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 3ª edição revista e aumentada, 2004, p.14.

<sup>21</sup> VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, p. 29.

Francesa, elaborou-se um inventário dos bens a serem preservados para a nação e dentre as diferentes categorias a serem “tombados” pela Comissão dos Monumentos estavam incluídas “máquinas e outros objetos relativos às artes mecânicas e as ciências”.<sup>22</sup> Segundo Vichnewski essa medida foi importante no sentido de qualificar essa categoria de bens como históricos e contribuir para o surgimento, em Paris, do primeiro museu técnico do mundo, o *Conservatoire des Arts et Métiers*, em 1794.<sup>23</sup>

País precursor na chamada Revolução Industrial, a Inglaterra foi igualmente precursora ao reconhecer a necessidade de realizar um inventário de seu patrimônio industrial ameaçado pelas destruições massivas da Segunda Guerra Mundial seguidas pelo posterior processo de reconversão econômica e urbanística, que se prolongou até a década de 1960, onde importantes testemunhos da industrialização começaram a ser demolidos principalmente devido à obsolescência ou desocupação de muitas dessas antigas instalações. As dificuldades com relação à reconstrução, restauração e modernização das áreas afetadas por esse conflito impulsionaram novos debates com respeito aos critérios de intervenção nos monumentos danificados. O grande número de edificações, instalações industriais e de transportes, e bairros históricos destruídos redireciona o foco das discussões em torno dos critérios de intervenção em monumentos e, no âmbito desses novos debates, abre o questionamento sobre a própria abrangência do termo “patrimônio”.<sup>24</sup>

A preocupação inicial de teóricos como Kenneth Hudson e Arthur Raistrick, entre outros autores que também desenvolveram o tema, diante da ameaça constante de demolição a que tais artefatos estavam submetidos, era evidenciar a necessidade de documentá-los e, em alguns casos, preservá-los. Esses estudos pioneiros, abarcados pela então recém-criada arqueologia industrial, voltavam-se tanto à discussão sobre os limites cronológicos que a nova disciplina deveria abordar, quanto aos métodos de registro e identificação das edificações e sítios

---

<sup>22</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., pp.99-100, nota de rodapé n. 12.

<sup>23</sup> VICHNEWSKI, Henrique Telles, op. cit., p. 19.

<sup>24</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti. *A preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pp. 128-129.

existentes, e aos critérios de seleção de quais artefatos deveriam ser efetivamente preservados.<sup>25</sup>

Nesse processo de preservação do patrimônio industrial, liderado pela Inglaterra, fazia-se necessário, portanto definir o que poderia ser considerado um monumento industrial. Surgem então as primeiras associações locais de arqueologia industrial, as quais desenvolveram as primeiras iniciativas de inventário dos sítios e monumentos industriais como, por exemplo, O *Council for British Archaeology* (CBA) que assim define monumento industrial:

(...) qualquer edificação ou estrutura permanente – especialmente do período da Revolução Industrial – que sozinha ou associada a instalações ou equipamentos, ilustra ou é significativamente associada ao início e evolução dos processos técnicos e industriais. Isso pode referir-se tanto à produção quanto aos meios de comunicação.<sup>26</sup>

Mais tarde, no entanto, a delimitação do período da Revolução Industrial é questionada considerando que a industrialização atingiu os diferentes países em fases e épocas diversas, mesmo na Grã-Bretanha, e, portanto a definição de uma data de início e término para tal revolução seria imprecisa. Kenneth Hudson, um dos primeiros teóricos a discutir o assunto, afirma que a arqueologia industrial se dedica ao descobrimento, inventário e estudo dos restos físicos, das comunicações e do passado industrial e que, portanto “seria lamentável e um grande obstáculo se seus limites fossem tão rígidos”.<sup>27</sup> Segundo Angus Buchanan arqueologia industrial é um “campo de estudo pratico no qual concerne o exame, a análise, o registro, e, em alguns casos, a proteção dos monumentos industriais, e um campo de estudo teórico centrado no processo de valorização do significado dos monumentos no contexto da história social e tecnológica”.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Idem. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, p.177.

<sup>26</sup> HUDSON, Kenneth, op. cit., p. 19.

<sup>27</sup> Ibid., p.21.

<sup>28</sup> BUCHANAN, Robert A., *Industrial Archaeology in Britain*, Harmondsworth, Penguin, 1972, p.15.

É, no entanto, nos anos 1960 que o assunto começa a atrair maior interesse, despertando uma nova sensibilidade em relação ao patrimônio histórico, devido à demolição de importantes exemplares da arquitetura industrial em consequência, entre outros fatores, do desenvolvimento urbano e da rápida modernização das indústrias. Assim têm início em vários países, seguindo a pioneira Inglaterra os Estados Unidos, Suécia, Alemanha e Áustria, os movimentos de defesa do legado industrial que tiveram conotações diferentes em vários países.

Na Inglaterra, ocorreu um forte associativismo, com a *Newcomen Society*, centrada na história da engenharia e da tecnologia que lança, em 1964, o *Journal of Industrial Archaeology*. O autor desse jornal, Kenneth Hudson, é também responsável pela publicação do primeiro livro sobre arqueologia industrial – *Industrial Archaeology*.<sup>29</sup> Em 1963, o poder público britânico, através do Conselho Britânico de Arqueologia e do Ministério de Obras Públicas, inicia o levantamento dos monumentos industriais, estabelecendo o NRIM – *National Record of Industrial Monuments*, que faz parte, desde 1981, da Real Comissão de Monumentos Históricos da Inglaterra. Em 1976, a *Association for Industrial Archaeology*, fundada três anos antes, inicia a publicação da *Industrial Archaeology Review*.<sup>30</sup>

Nos Estados Unidos, em 1965, o *Smithsonian Institution*, o *Historic American Building Survey* e o *American Institute of Architects* iniciaram em conjunto estudos pioneiros de campo.<sup>31</sup> Em 1971, surge a Sociedade de Arqueologia Industrial que inicia em 1975 a publicação do *Journal of the Society for Industrial Archaeology*.<sup>32</sup>

Na Alemanha, a inserção da arqueologia industrial deu-se em um contexto universitário no fim dos anos 1960, passando a fazer parte dos currículos dos cursos de tecnologia, cuja preocupação com os monumentos, parte visível da herança cultural, permite reconstituir a atividade das forças produtivas na sociedade, bem como as condições sociais nas quais essas forças nasceram.<sup>33</sup>

---

<sup>29</sup> SANTACREU SOLER, J. M. *Una vision global de la arqueologia industrial em Europa. Casos concretos en regiones concretas*. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coord.). *Arqueologia Industrial (monográfico)*, Ábaco Revista de Cultura y Ciência Sociales. Gijón, Espanha: Nova Época, n.1, primavera, 1992, pp.14-15, apud VICHNEWSKI, Henrique Telles, op. cit., p. 20.

<sup>30</sup> FONSECA, Filomena Pugliese, loc.cit.

<sup>31</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, loc.cit.

<sup>32</sup> FONSECA, Filomena Pugliese. op. cit., p. 25.

<sup>33</sup> Ibid., p. 24.

A década de 1960 se apresentou como um período de reconhecimento, pesquisa e realização de inventários sistemáticos com o escopo de documentar rapidamente importantes exemplares no sentido de preservar o patrimônio industrial remanescente. A pesquisa científica inicial acabou dando suporte para o reconhecimento de um patrimônio a ser preservado em programas específicos que se seguiriam a este período inicial.<sup>34</sup> Este foi um momento decisivo para a reformulação das visões sobre as intervenções e preservação do patrimônio histórico culminando em novos princípios documentados pela Carta de Veneza, em 1964.

A Carta de Veneza, resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos realizado em Veneza em 1964, deu início ao alargamento progressivo da noção de patrimônio histórico. Nesta carta, publicada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), a noção de monumento histórico vai além das grandes criações e compreende também as obras modestas, que tenham adquirido uma significação cultural. Por meio deste documento, o reconhecimento de que o patrimônio também pode compreender os conjuntos, bairros de cidades, e aldeias que apresentem um interesse histórico ou cultural, é reafirmado na Declaração de Amsterdã de 1975, elaborada em razão do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. A preocupação com a manutenção das relações históricas, estéticas e sociais, assume lugar de destaque sobre a preservação de bens culturais na Carta de Veneza ampliando, por sua vez, a noção proposta na segunda Carta de Atenas, elaborada em razão do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, em 1933. Esta segunda Carta de Atenas, publicada por Le Corbusier anos mais tarde, ressalta que os valores arquitetônicos - edifícios isolados ou conjuntos urbanos - seriam salvaguardados desde que não contrariassem os novos padrões urbanos de salubridade e circulação.<sup>35</sup>

A Carta de Veneza prevê como tal e em igual importância os arredores dos até então monumentos históricos – entendidos como construções grandiosas de significativo valor cultural, os centros históricos e a arquitetura vernacular. Apresenta

---

<sup>34</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 1998, pp. 221-227.

<sup>35</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., pp. 429-430.

ainda o conceito de preservação da ambiência do monumento histórico, suscitando questionamentos sobre a preservação de antigos conjuntos e áreas urbanas. A sobrevivência de muitas áreas antigas das cidades se deu devido a esta consciência da preservação do patrimônio cultural enquanto elemento ativamente integrado ao presente urbano, proposta pela conservação integrada. É nesse processo de conscientização que se inserem as instalações industriais e ferroviárias, uma vez que foram afetadas de maneira expressiva tanto pela sua própria obsolescência diante dos avanços tecnológicos quanto pelos audaciosos projetos de intervenção urbanística que visavam.<sup>36</sup> Um dos principais problemas que as áreas industriais desativadas apresentam, e que representa um desafio na sua preservação, diz respeito a sua extensão e a proposição de novos usos que favoreçam sua manutenção. Quanto à conservação, a Carta de Veneza, afirma:

Art. 5º. A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.<sup>37</sup>

No entanto, somente em 1999, com a Assembléia Mundial do ICOMOS, ocorrida no México, o tema sobre conservação do patrimônio industrial foi, pela primeira vez, discutido em uma mesa temática.<sup>38</sup>

No final da década de 1960, os resultados obtidos com os levantamentos da chamada “arqueologia industrial prática” de Buchanan possibilitaram uma mudança na concepção de patrimônio histórico, que, até então, não havia contemplado os restos ou testemunhos materiais deixados pela industrialização. Estes passaram a

---

<sup>36</sup> MOREIRA, Danielle Couto, op. cit., pp. 257-259.

<sup>37</sup> CURY, Isabelle (org.), op. cit., p.92.

<sup>38</sup> HERNÁNDEZ, Andrés Armando Sánchez. *Teorías de la conservación y patrimonio industrial*. Disponível em <http://morgan.iaa.unam.mx/usr/Industrial/BOL%208/ARTICULOS/SANCHEZ.HTML>, apud VICHNEWSKI, Henrique Telles, op. cit., p. 29.

ser considerados um bem cultural que devia ter reconhecimento jurídico, uma estrutura administrativa e uma política nacional e regional de proteção.<sup>39</sup>

A partir da década de 1970 o interesse pelo estudo da arqueologia industrial começa a manifestar-se de forma mais efetiva. Mesmo não havendo uma definição dos valores que revestiam o patrimônio arquitetônico, a Declaração de Amsterdã, de 1975, afirma que a conservação do mesmo deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial.<sup>40</sup>

Neste mesmo ano, a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa adotou uma *Recommandation relative à l'archeologie industrielle*. Dez anos mais tarde, ocorreram vários colóquios através desse organismo, com a finalidade de aumentar a valorização global do patrimônio industrial, dentre os quais *Quelles politiques pour le patrimoine industriel* (Lyon, França, em 1985), *Les ouvrages publics: une nouvelle dimension du patrimoine* (Madri, Espanha, em 1986) *Les monuments techniques de la mine, patrimoine culturel* (Bochum, Alemanha, em 1988).<sup>41</sup>

Em 1976 a Recomendação de Nairóbi relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e de sua função na vida contemporânea, elaborada na 19ª Conferência Geral da UNESCO, reafirma as considerações presentes na Carta de Veneza (1964) e na Declaração de Amsterdã (1975), avançando no debate sobre a preservação do patrimônio dentro de um contexto maior, ou seja, o do artefato a preservar como componente de um tecido urbano vivo e em transformação. O documento aprofunda os debates com relação à salvaguarda de conjuntos históricos e questiona a integração harmoniosa desses artefatos na vida urbana contemporânea.<sup>42</sup> Traz à tona, com maior clareza, a noção de “ambiência” definida como:

---

<sup>39</sup> SANTACREU SOLER, J. M. *Una vision global de la arqueologia industrial em Europa. Casos concretos en regiones concretas*. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coord.). *Arqueologia Industrial* (monográfico), Ábaco Revista de Cultura y Ciencia Sociales. Gijón, Espanha: Nova Época, n.1, primavera, 1992, p.15, apud CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 413.

<sup>40</sup> CURY, Isabelle (org.), op. cit., p.200.

<sup>41</sup> LÓPEZ GARCIA, Mercedes. *El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del lugar*. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coord.). *Arqueologia Industrial* (monográfico) Ábaco Revista de Cultura y Ciências Sociales. Gijón, Espanha: Nova Época, n. 1, primavera, 1992. p. 12.

<sup>42</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2004, p. 133.

(...) o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.<sup>43</sup>

A extensão da compreensão do conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência enquanto um todo coerente, incluindo as relações espaciais e humanas envolvidas, agrega elementos essenciais para o entendimento sobre o patrimônio industrial, sobretudo, por se tratarem de áreas que, muitas vezes envolvem diversas tipologias arquitetônicas e uma série de equipamentos que se relacionam de diferentes maneiras com determinado processo produtivo. O cenário do patrimônio industrial abrange não somente o edifício da fábrica ou da estação, mas todo um conjunto complexo de edificações e infra-estrutura relacionadas ao processo industrial ou que, de alguma maneira, relacionou-se ao processo de industrialização, cujo significado só pode ser compreendido quando considerado em conjunto.<sup>44</sup> Eventualmente, uma única edificação industrial isolada pode representar valores excepcionais, mas em muitos casos, trata-se de uma rede de edifícios, fabris ou não, inter-relacionados em torno da produção (galpões, edifícios fabris, vilas operárias, pátios de manobras, equipamentos, estruturas voltadas ao fornecimento de água, etc.), cuja avaliação e preservação não fará sentido se todos os elementos que compõem esse cenário não forem analisados como um conjunto, como um patrimônio urbano.<sup>45</sup>

As discussões, entretanto, durante algum tempo basearam-se muito mais na tentativa de compreensão e definição da abrangência da arqueologia industrial, que efetivamente em trabalhos de preservação do patrimônio industrial. As primeiras discussões basearam-se na tentativa de compreensão e do domínio de um novo campo de estudo. Particularmente durante os anos 1960, a falta de um enquadramento teórico dos sítios e monumentos estudados, bem como a baixa qualidade no resultado dos trabalhos de inventário realizados durante 1960 e 1981 foram os principais problemas que a arqueologia industrial apresentou na sua evolução na Grã-Bretanha. Aos poucos, porém, a noção de patrimônio industrial e o

---

<sup>43</sup> CURY, Isabelle (org.), op. cit., p. 220.

<sup>44</sup> MOREIRA, Danielle Couto, op. cit., pp. 259-260.

<sup>45</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, p. 181.

reconhecimento da arqueologia industrial, como uma área que incorpora essa noção, passaram a ser valorizados e seus conceitos aprofundados em discussões do meio científico e acadêmico.<sup>46</sup>

A valorização do tema, a partir de meados dos anos 1970, restrito inicialmente a Grã-Bretanha e alguns poucos países europeus, na sua maioria, começa a expandir-se através das primeiras conferências de caráter internacional sobre o assunto, explica Beatriz Kühl. Nesse período verificou-se, ainda, a fundação de inúmeras associações nacionais e internacionais dedicadas à preservação do patrimônio industrial.<sup>47</sup> O interesse na preservação do patrimônio industrial foi demonstrado por outros países como França, Bélgica, Itália e Portugal.

Na França os debates não ficaram somente na esfera da conceituação do termo “arqueologia industrial” e dos limites cronológicos que este novo campo deveria considerar, mas levaram à “materialização” do objeto a ser preservado.<sup>48</sup> O movimento em território francês teve início na década de 1960 quando os poderes públicos e a imprensa começaram a se preocupar com a preservação das ferrovias turísticas como a de *Mezrieu*, perto de Lyon. Foi o primeiro museu ferroviário da França acolhendo materiais antigos, salvaguardando-os e preservando-os, em funcionamento. Em 1977, a Universidade *Sorbonne*, em Paris, criou o Centro de Arqueologia do Mundo Moderno, sob a direção de Philippe Bruneau, divulgando os trabalhos em andamento na área, através de uma revista.<sup>49</sup>

Na Itália, segundo Eugenio Battisti, em 1977, na cidade de Milão, nasce o debate sobre arqueologia industrial, seu significado e a delimitação de seu campo de pesquisa em ocasião do I Congresso Internacional sobre a disciplina que culminará, um ano depois, na publicação de *Introduzione alla archeologia industriale*, por Franco Borsi.<sup>50</sup> Ainda em 1977 é fundada a *Società Italiana per l'Archeologia Industriale*. Nesse mesmo ano, a revista *Abitare*, em seu artigo *Archeologia Industriale: che cos'è, un caso vivo da discutere: Il villaggio Leumann* marca o início

---

<sup>46</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., pp. 409-410.

<sup>47</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

<sup>48</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2004, p. 117.

<sup>49</sup> FONSECA, Filomena Pugliese, loc. cit.

<sup>50</sup> BARBIERI, Franco, *Archeologia industriale e storia dell'arte*. In: *Archeologia industriale. Indagini sul territorio in Lombardia e Veneto*. Edizione Uicolpli, Milano, 1989, p.7 apud FONSECA, Filomena Pugliese, op. cit., p.24.

dos debates sobre a segregação espacial dos trabalhadores nas vilas operárias, sob a ótica dessa nova disciplina.<sup>51</sup>

Em Portugal, surgiram vários projetos de investigação na área da manufatura do vidro e, em 1985, realizou-se a Exposição de Arqueologia Industrial da Central do Tejo, que foi marcante para a divulgação dos trabalhos desse novo campo científico.<sup>52</sup> Em 1986 a disciplina arqueologia industrial foi inserida no currículo da faculdade de engenharia civil na Universidade do Minho, em Braga.<sup>53</sup>

Outra forma de valorização encontrou amparo nas novas concepções de museu de ciência e técnica. Entre estas concepções encontra-se a de ecomuseu cujo objetivo seria aquele de promover o encontro entre as ciências do homem e as da natureza, procurando popularizar a ciência e a tecnologia, em prol do desenvolvimento local.<sup>54</sup> Na proposta de utilização de espaços remanescentes da industrialização para a instalação dos próprios museus, essas iniciativas puderam contribuir para a preservação do patrimônio industrial. São exemplos de pioneirismo nesse processo de proteção e uso o Centro de Arquivo Histórico da Mina de Bochum, na Alemanha, e a Fundação do Museu do Vale de Ironbridge, um complexo industrial onde se situa a primeira ponte de ferro do mundo, a chamada *The Iron Bridge*, construída em 1779, na Inglaterra. Ambos os projetos concebidos após 1960. Posteriormente o Museu da Mina de Carvão de Argenteau-Trimbleur, na Bélgica, convertido em complexo turístico em 1980, e, em território francês, o ecomuseu de *Lé Creusot-Montceau-les-Mines*, do final dos anos 1970, e o Museu da Fábrica de Saint-Etienne, aberto ao público em 1989, são exemplos de experiências positivas que visaram à proteção e o uso do patrimônio industrial.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> BATTISTI, Eugenio. *Archeologia Industriale*. Milano: Editoriale Jaca Book SpA, 2001, p. 32. Tradução livre da autora.

<sup>52</sup> FONSECA, Filomena Pugliese, loc. cit.

<sup>53</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 412.

<sup>54</sup> FONSECA, Filomena Pugliese, loc. cit.

<sup>55</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 410.



**Imagem 1: Centro de Arquivo Histórico da Mina de Bochum, Alemanha**

Fonte: [http://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Bochum\\_Jahrhunderthalle.jpg](http://de.wikipedia.org/wiki/Datei:Bochum_Jahrhunderthalle.jpg). Acesso 05 abr. 2010.

**Imagem 2: Ironbridge, Inglaterra. A primeira ponte de ferro do mundo (1776-1779)**

Fonte: <http://www.wikiwak.com/wak/Commons:England>. Acesso 05 abr. 2010.



**Imagem 3: Museu da Fábrica de Saint-Etienne, França**

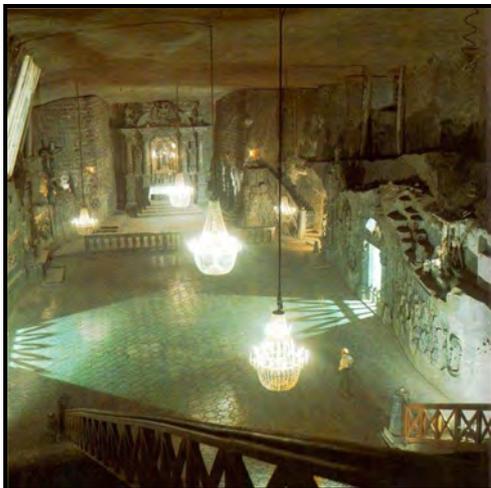
Fonte: <http://www.regionurbainedelyon.fr/images/806-1-saint-etienne-musee-de-la-mine.jpg>. Acesso 05 abr. 2010

**Imagem 4: Montceau-les-Mines – Museu da mina de Blanzly, França**

Fonte: <http://bjb71.free.fr/maville.htm>. Acesso 05 abr. 2010.

Esses debates multiplicaram-se no final da década 1970 e no começo dos anos 1980. A primeira conferência internacional sobre a discussão de questões ligadas a preservação do patrimônio industrial foi realizado, em Ironbridge, Inglaterra (1973). Mas foi com a III Conferência Internacional sobre o Patrimônio Industrial, realizada em 1978, em Estocolmo - Suécia, que foi oficialmente instituído *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH). Com a finalidade de promover a cooperação internacional no campo da

preservação, conservação, localização, pesquisa, documentação, valorização e formação em todos os aspectos do patrimônio industrial, atualmente o TICCIH possui representações em 54 países e é também consultor especial do ICOMOS no que se refere ao patrimônio industrial.<sup>56</sup> Apóia e organiza congressos internacionais trienais, na Europa, na América Latina e em outros países, para debater as diversas questões que envolvem o patrimônio industrial. A partir de 1988, o TICCIH passou a organizar encontros nacionais, dos quais o primeiro aconteceu em Barcelona. Além desses encontros, vêm sendo organizados também encontros regionais, a exemplo dos latino-americanos e europeus, ou temáticos, sobre siderurgia, ferrovias e tecelagem, por exemplo. O reconhecimento e apoio do ICOMOS ao patrimônio industrial foram manifestados no encontro de 1976, em Le Creusot, França, sobre Patrimônio Industrial e sociedade contemporânea: lugares, monumentos e museus, e, desde 1982, em reuniões organizadas pela sessão de Museus de Ciência e Técnica do ICOM<sup>57</sup> para fomento às ações destes museus. O primeiro bem considerado de caráter industrial inscrito pela UNESCO na lista de patrimônios mundiais foi a Mina de Sal Wieliczka na Polônia, em 1978.<sup>58</sup>



**Imagens 5 e 6: Mina de Sal Wieliczka, Polônia**

Fonte: <http://www.krakowtraveltours.com/wieliczka-excursion.html>. Acesso 02 mai. 2010.

<sup>56</sup> ICOMOS (Internacional Council on Monuments and Sites) é uma organização internacional não governamental, dedicada à conservação de monumentos e sítios históricos da humanidade. Foi fundado em 1965 como um resultado da Carta para Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios de Veneza (1964). Hoje a organização tem comitês nacionais em mais de 170 países e é a principal conselheira da UNESCO no que se refere à conservação e proteção de monumentos e sítios.

<sup>57</sup> ICOM é uma subdivisão do ICOMOS criada em 1982 para a documentação informatizada que incluía também informações sobre museus e objetos. Esta base foi transferida ao Canadá em 1986 e é acessível ao público desde 1987 (SANTACREU SOLER, 1992 apud CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p.414).

<sup>58</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 413.

Assim, se nos anos 1990 estava claro que o patrimônio industrial tinha valores e deveria ser defendido, as idéias sobre como fazê-lo corretamente estavam ainda estabelecendo-se. A isso contribuíram as reuniões profissionais, as investigações e o novo olhar da UNESCO, do ICOMOS e do World Monuments Fund. Estas instituições, entre outras, proporcionaram um importante lugar ao patrimônio industrial de muitas partes do mundo.<sup>59</sup>

O TICCIH vem exatamente nessa linha sedimentar os esforços em torno da preservação do patrimônio industrial fomentando debates teóricos e práticos sobre o tema através da realização de importantes conferências. Desses encontros trienais é elaborada, em assembléia geral na XII Conferência Internacional realizada pelo TICCIH em Nizhny Tagil, Rússia, em 17 de Julho de 2003, a Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, onde são elucidados termos e conceitos relativos ao patrimônio industrial e diretrizes para sua preservação.<sup>60</sup> A ação preservacionista específica em relação ao patrimônio industrial, portanto, é muito recente. A Carta de Nizhny Tagil tem como objetivos:

(...) afirmar que os edifícios e as estruturas construídas para as atividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para, além disso, os exemplos mais significativos e característicos devem ser inventariados, protegidos e conservados, de acordo com o espírito da Carta de Veneza, para uso e benefício do presente e do futuro.<sup>61</sup>

A Carta de Nizhny Tagil, que segue os princípios das importantes cartas anteriores, como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Burra (1994), assim como a

---

<sup>59</sup> VIÑUALES, Graciela María. *Olhares sobre o patrimônio industrial*. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/182>>. 2007. Acesso em: 29 mar. 2010.

<sup>60</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 411.

<sup>61</sup> CARTA de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. Disponível em <<http://www.patrimonioidustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

Recomendação R20 (1990) do Conselho da Europa<sup>62</sup>, define patrimônio industrial da seguinte maneira:

O Patrimônio Industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Esses vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção de transmissão e de utilização de energia, estruturas e infra-estruturas de transporte, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.<sup>63</sup>

Este documento deve ser interpretado não como uma expressão isolada por sua especificidade, mas como um resultado natural das concepções formadas e discutidas ao longo da história da preservação dos bens culturais expostas através das cartas patrimoniais. Apesar de o documento datar de 2003, nas últimas três décadas alguns exemplares industriais foram incluídos na Lista do Patrimônio Mundial estabelecida pela UNESCO cujo objetivo é a salvaguarda de bens culturais mundialmente representativos. Entre eles estão os conjuntos de elevadores do *Canal Du Centre*, na Bélgica, sistemas de irrigação na China, complexos mineradores na Polônia, México, Suíça e Alemanha, complexos industriais na Grã-Bretanha, estruturas de transporte ferroviário na Inglaterra, Áustria e Índia, entre outros.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> DEZEN-KEMPTER, Eloísa. *Patrimônio Industrial: em busca da sobrevivência*. In: Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Disponível em <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Elo%EDsa%20Dezen-Kempter.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

<sup>63</sup> CARTA de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, op. cit.

<sup>64</sup> MOREIRA, Danielle Couto, op. cit., p. 260.



**Imagens 7 e 8: Conjuntos de elevadores hidráulicos do Canal Du Centre, Bélgica**

Fonte: [http://it.wikipedia.org/wiki/Ascensori\\_idraulici\\_del\\_Canal\\_du\\_Centre](http://it.wikipedia.org/wiki/Ascensori_idraulici_del_Canal_du_Centre). Acesso 02 abr. 2010.

A elaboração da Carta de Nizhny surge como um marco para a preservação dos vestígios industriais em âmbito internacional, significando um passo adiante no reconhecimento universal na importância dessa herança e na conscientização da necessidade de sua preservação, consolidando os esforços da arqueologia industrial e das demais disciplinas e organizações relacionadas.<sup>65</sup>

Esta carta aborda sete pontos, que são: 1) Definição de patrimônio industrial; 2) Valores do patrimônio industrial; 3) A importância da identificação, do registro ou inventário e da investigação; 4) Proteção legal; 5) Manutenção e conservação; 6) Educação e formação; 7) Apresentação e interpretação.

O documento define o período histórico considerado de maior relevância na investigação do patrimônio industrial como sendo aquele que se estende desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII até os dias atuais, sem negligenciar suas raízes pré e proto-industriais. Além disso, recorre ao estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da técnica e da tecnologia. Chama a atenção também sobre os valores a serem considerados quando tratamos com o patrimônio industrial como o valor de testemunho de um passado cujas conseqüências ainda estão presentes na contemporaneidade; o valor social enquanto registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, proporcionando-lhes um importante sentimento de identidade; o valor científico e

---

<sup>65</sup> Ibid., p. 261.

tecnológico na história da indústria, da engenharia e da construção; o possível valor estético pela qualidade da sua arquitetura, do seu design, ou da sua própria concepção; e por fim um valor de raridade, que deve ser cuidadosamente avaliado, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de lugares ou paisagens, sendo os exemplares mais antigos ou pioneiros aqueles que apresentam um valor especial.<sup>66</sup> Portanto trata-se de valores que:

(...) são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e nas suas tradições.<sup>67</sup>

Destaca ainda, como síntese do pensamento e das práticas preservacionistas das demais cartas patrimoniais, a importância da identificação, do inventário e da investigação como instrumento para a preservação do patrimônio industrial. Descreve as formas de proteção legal desse patrimônio que deve ser considerado como parte integrante do patrimônio cultural em geral, mas que possui uma sua natureza específica a ser considerada. Afirma a necessidade de que os programas de preservação sejam integrados às políticas econômicas e ao planejamento regional e nacional, como preconizado anteriormente na Declaração de Amsterdã. Menciona a importância de se estabelecer, através dessas políticas de planejamento, novos usos que estimulem novas atividades, sobretudo quando se tratar de zonas em declínio econômico, para impedir a degradação das construções antigas. Estas políticas devem prever, no entanto formas econômicas apropriadas que possam assegurar a sobrevivência de edifícios industriais mediante a elaboração de diretrizes que garantam sua preservação orientando possíveis intervenções compatíveis a integridade histórica ou a autenticidade da construção original existente:

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 261.

<sup>67</sup> CARTA de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, op. cit.

(...) A adaptação coerente, assim como a reutilização, podem constituir formas apropriadas e econômicas de assegurar a sobrevivência de edifícios industriais, e devem ser encorajadas mediante controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais.<sup>68</sup>

A carta sinaliza, por fim, as formas de manutenção e conservação do patrimônio industrial visando à integridade funcional do exemplar a ser conservado. Menciona a necessidade, porém, antes de qualquer tipo de intervenção, de um conhecimento profundo dos sítios industriais enquanto conjunto, o entendimento dos objetivos para o qual estes foram construídos e os diferentes processos industriais que ali se desenvolveram. A importância da requalificação dos edifícios industriais e os preceitos da conservação integrada, como estratégia para o desenvolvimento econômico sustentável, emergem no texto como um dos atributos do patrimônio industrial na contemporaneidade:

v. Adaptar e continuar a utilizar edifícios industriais evita o desperdício de energia e contribui para o desenvolvimento econômico sustentado. O patrimônio industrial pode desempenhar um papel importante na regeneração econômica de regiões deprimidas ou em declínio. A continuidade que esta reutilização implica pode proporcionar um equilíbrio psicológico para as comunidades confrontadas com a perda súbita de empregos duradouros.<sup>69</sup>

A preservação da condição de integridade dos sítios, nos casos de ações interventoras de adaptação, configura-se como uma postura predominante no cenário atual das práticas patrimoniais e estendem-se de conseqüência ao patrimônio industrial. A Carta de Nizhny atenta para o respeito aos materiais específicos e esquemas originais de circulação e de produção nas novas utilizações compatíveis, dentro do possível, a sua anterior utilização; uma adaptação que evoque sua antiga atividade; a reversibilidade e o mínimo impacto; o registro de eventuais alterações e eliminações que o patrimônio venha a sofrer; a reconstituição dos bens patrimoniais somente em caráter excepcional e se “contribuir para o reforço da integridade do sítio no seu conjunto, ou no caso da destruição violenta de um sítio importante”. Por fim o documento exalta a necessidade de preservação de

---

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Idem.

registros documentais, arquivos empresariais, plantas de edifícios, assim como exemplares de produtos industriais; a necessidade de formação profissional especializada; a divulgação e publicação sobre a preservação do patrimônio industrial como forma de despertar no público interesse e apreciação de seu valor sendo estes “os meios mais seguros para assegurar a sua preservação”.<sup>70</sup> Portanto estudos acadêmicos que tenham como objetivo o levantamento, registro e análise dos processos produtivos e de seus espaços contribuem num primeiro passo para a preservação do patrimônio industrial.

A associação do termo bem cultural ao patrimônio industrial, de acordo com Nina Avramidou, presidente do *Centro Internazionale per la Conservazione del Patrimonio Architettonico* (CICOP), é portanto uma conquista recente e significa reconhecer neste a capacidade de satisfazer as necessidades culturais da coletividade, ou seja, de ativar um processo de identificação por parte da coletividade. Não se trata então de intervenções que visam somente a conservação do objeto material do patrimônio em si, mas de modelos de recuperação finalizados a tutela, as questões do uso adequado e da fruição do patrimônio tendo em vista a contemporaneidade. Vale ressaltar, porém que a atribuição de funções impróprias pode determinar uma degradação irreversível e, portanto, deve ser evitada bem como a redução dos bens culturais a objetos incapazes de ativar um processo de diálogo participativo com a contemporaneidade e que afrouxam a identificação existente entre a coletividade e o próprio bem.<sup>71</sup>

Segundo Beatriz Kühl, o movimento de defesa do patrimônio industrial se consolidou e ampliou, e vários países realizaram ou estão realizando inventários sistemáticos de sua herança do processo de industrialização. Significativos esforços foram feitos para definir o que é patrimônio industrial, estabelecer parâmetros cronológicos, dadas as diferentes épocas e fases de industrialização nos diversos países, e elaborar registros e estudos, com o objetivo de determinar o que e por que preservar.<sup>72</sup> A questão das áreas industriais abandonadas assume então um relevo

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> FAUSTINI, Laura; GUIDI, Elisa; MISITI, Massimo (orgs.). *Archeologia Industriale – metodologie di recupero e fruizione del bene industriale. Atti del Convegno*. Florença: EDIFIR, 2001, Introdução. Tradução livre da autora.

<sup>72</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

sempre mais importante, seja pelas dimensões, mas, sobretudo porque provocam processos de degradação física, ambiental e também social, que podem deprimir partes inteiras de uma cidade. E é aí que se põe com urgência o problema da reconversão.<sup>73</sup> Sob o ponto de vista urbanístico a questão das áreas industriais abandonadas, se por um lado representam degradação ambiental e social, por outro, porém podem se tornar um recurso importante no processo de renovação das cidades.<sup>74</sup>

### 1.3 O PATRIMONIO INDUSTRIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Embora as discussões no campo teórico no Brasil tenham começado mais tardiamente, na prática já em 1938, antes do despertar dos debates diretamente ligados à preservação industrial, as ruínas da primeira fábrica de ferro do Brasil - a Fábrica de Ferro Patriótica, instalada em Ouro Preto - foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como testemunho histórico da indústria siderúrgica no país.<sup>75</sup>

Em 1964, concomitantemente às primeiras publicações teóricas na Europa, outra ação singular em prol do patrimônio industrial é efetivada através do tombamento, pelo então SPHAN atual IPHAN, do primeiro complexo funcionante para exploração e fabricação de ferro no Brasil - a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema em Iperó, região de Sorocaba, São Paulo, em atividade até o fim do século XIX. Por outro lado as preocupações com assuntos relacionados à preservação dos vestígios industriais, no campo teórico, tiveram início a partir de alguns estudos de casos, inaugurados com texto de Warren Dean, em 1976, sobre a Fábrica de Tecidos São Luis de Itu.<sup>76</sup> Os edifícios da fábrica, existentes até hoje, fazem parte dos atrativos turísticos da cidade, e podem ser visitados.

---

<sup>73</sup> Reconversão é aqui entendida como “conjunto de intervenções arquitetônicas que visam principalmente a atualizar o acervo construído, viabilizando-lhe a utilização para novo fim, uma vez respeitadas as características fundamentais da construção”. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>74</sup> FAUSTINI, Laura; GUIDI, Elisa; MISITI, Massimo (orgs.), op. cit., pp. 32-33.

<sup>75</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 435.

<sup>76</sup> DEAN, Warren. *A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial*. In: ANAIS DE HISTÓRIA, 1976,

No mesmo ano da publicação do artigo de Warren Dean, foi lançado pela FAU/USP o Guia para a história da técnica no Brasil Colônia, de Júlio Katinsky. Para Andrey Schlee, o livro foi um opúsculo que refletiu a preocupação de um grupo de professores da Universidade de São Paulo (USP), que vinham pesquisando “antigos remanescentes das instalações de produção de bens de consumo (como fazendas de café, engenhos de açúcar e espaços fabris urbanos)”. Da mesma maneira, conforme ocorrido na Europa, aqui no Brasil o interesse pela disciplina arqueologia industrial caminhou paralelamente à história da técnica.<sup>77</sup>

O interesse sobre o estudo e a preservação do patrimônio industrial no Brasil, que procurou se ambientar ao contexto da preservação internacional, ganha contornos mais nítidos a partir de meados da década de 1980. A partir deste período destacam-se, além das várias pesquisas neste campo, os Seminários Nacionais de História e Energia (1986 e 1999) realizados pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo e, mais recentemente, a filiação do Brasil ao TICCIH (2004). Na industrialização brasileira, a cidade de São Paulo se destaca como espaço central de desenvolvimento desse processo. Provavelmente por isso, foi a primeira a sediar debates sobre o patrimônio industrial e projetos de reutilização e restauro de edifícios industriais do século XX. A realização do I Seminário Nacional de História e Energia, em 1986, fomentou o debate acadêmico sobre o tema, adquirindo o mesmo maior relevância nacional e intercâmbio internacional. Entre os trabalhos que debateram diretamente aspectos do patrimônio e da arqueologia industrial os apresentados por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, por Ruy Gama, pelo belga Eddy Stols e pelo português José Manuel Lopes Cordeiro são considerados de maior destaque.<sup>78</sup>

Já na década de 1990, o Grupo de História da Técnica (GEHT), ligado na época ao Centro de Memória, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), produziu uma declaração em defesa das construções e instalações utilitárias – “Declaração de Campinas” – na qual discutiram sobre a conservação dos bens culturais, designados por “construções e instalações utilitárias”, ligados aos ofícios,

---

Assis. Anais... São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano VIII, 1976.

<sup>77</sup> VICHNEWSKI, Henrique Telles, op. cit., p. 32.

<sup>78</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, loc. cit.

às profissões e às indústrias. A declaração foi redigida em 29 de janeiro de 1988, pelos vinte membros do Grupo de História da Técnica e hoje ratificada por 54 signatários de cinco países: Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Portugal e Espanha.<sup>79</sup>

Em 1999, por ocasião do II Seminário Internacional de História e Energia, organizado pela Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, a questão do patrimônio industrial foi retomada. O objetivo do evento foi promover o debate sobre o processo de transformação no setor energético, novas formas de gestão administrativa, as perspectivas e a política de preservação do patrimônio histórico do setor. O trabalho – Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais – foi exposto pelo professor da Universidade de Coimbra, Portugal, José M. Amado Mendes e foi debatido pelas arquitetas Regina Maria Proserpi Meyer e Raquel Rolnik.<sup>80</sup>

Nos anos 2000 temos outras iniciativas de debate e discussão sobre o patrimônio industrial. Em 2003, um pequeno grupo fundou nas dependências da Escola de Sociologia e Política na cidade de São Paulo o Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial composto por profissionais de diversas áreas e membros da comunidade. Este comitê provisório tinha como objetivo, através da promoção de debate aberto, a preservação do patrimônio industrial brasileiro.<sup>81</sup> Sua criação se deu a partir de discussões informais de profissionais das áreas de história, sociologia, arquitetura, da pastoral operária, da federação das indústrias e outras, sobre fatos concretos de destruição e deterioração de edifícios e áreas então industriais dada à velocidade das transformações que vêm atingindo o setor e as cidades.

Em junho de 2004, o Brasil se filia ao TICCIH e é criado o Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH - Brasil) formado por diversos profissionais das áreas de sociologia, história, arquitetura entre outras. O comitê tem como objetivo atuar como uma rede de intercâmbio de experiências e um grupo de pressão que assuma o papel de colocar na agenda pública o debate sobre

---

<sup>79</sup> VICHNEWSKI, Henrique Telles, op. cit., p. 34.

<sup>80</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 439.

<sup>81</sup> POZZER, Guilherme Pinheiro, op. cit., p. 254.

preservação do patrimônio industrial, dialogando com entidades da sociedade civil, empresários, universidades e órgãos responsáveis pelo patrimônio nos vários níveis governamentais. Serve também como órgão de estudo e pesquisa, divulgação da causa preservacionista, articulando comunidades, organizações da sociedade civil, entidades empresariais e sindicais, tanto na preservação desse patrimônio, quanto na busca de alternativas para seu restauro.<sup>82</sup>

Neste mesmo ano, o comitê, juntamente com o Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, representado pelas professoras Cristina Meneghello e Silvana Rubino, organizou o I Encontro em Patrimônio Industrial que aconteceu no período de 19 a 22 de novembro de 2004. Na intenção de atualizar o panorama inicial das pesquisas acadêmicas e das iniciativas públicas e privadas relacionadas à preservação do patrimônio industrial, e visando contribuir também para mobilizar os pesquisadores brasileiros para o V Colóquio Latino-Americano e Internacional sobre *Rescate y Preservación del Patrimonio Industrial* do TICCIH, previsto para 2010, em Ouro Preto – MG, o Centro Universitário Belas Artes de São Paulo sediou o II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial. O encontro aconteceu de 17 a 20 de junho de 2009 e teve como tema “Da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio Industrial”. Destaca-se nessa edição a participação de José Manuel Lopes Cordeiro, da Universidade do Minho, em Portugal, Beatriz Kühn, representando a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e Geraldo Gomes da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre outros profissionais que participaram do evento.<sup>83</sup>

Outra iniciativa que buscou discutir o abandono de antigas instalações decorrente da obsolescência de certos tipos de edificações, de elementos urbanos e de setores característicos da cidade industrial aconteceu, de 12 a 14 de agosto de 2009, na Universidade São Judas Tadeu (USJT), em São Paulo. O III Seminário do programa de pós-graduação stricto sensu em arquitetura e urbanismo da USJT Cidade e Indústria: Ações Contemporâneas propôs uma reflexão sobre os temas

---

<sup>82</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 440.

<sup>83</sup> II ENCONTRO Nacional sobre Patrimônio Industrial: da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio Industrial. São Paulo, 2009. Cd-Rom.

indústria e território, patrimônio industrial e as novas tecnologias de informação aplicadas ao estudo da cidade. Entendendo que os estudos urbanos e territoriais devam avançar no conhecimento do processo de reestruturação produtiva, de suas demandas espaciais, assim como afrontar as possíveis modalidades de informalidade que acompanham esse processo o seminário buscou mostrar que a necessidade de reestruturação de antigas instalações e de bairros industriais tradicionais é um importante desafio para a arquitetura e o urbanismo contemporâneos e que a capacidade de entendimento, organização e resposta dos agentes sociais envolvidos nessa área de atuação é condição fundamental para o futuro projeto das cidades. Nas discussões sobre patrimônio industrial destaca-se a participação de Esterzilda Berenstein de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Silvana Rubino, representando a UNICAMP e Beatriz Kühl pela FAU/USP.<sup>84</sup>

Embora a preocupação com o patrimônio industrial no Brasil seja comparativamente tardia, o país conta com uma área industrial considerada como patrimônio industrial. O conjunto arquitetônico de Ouro Preto, cidade fundada pela exploração mineira do ouro, foi declarada em 1980 pela UNESCO patrimônio da humanidade. A cidade já havia sido considerada monumento nacional através do decreto nº 22928, de 12.07.1933. O reconhecimento de Ouro Preto e de suas minas como patrimônio industrial vincula-se ao seu passado afortunado ligado à atividade mineradora. Os remanescentes de minas, as ruínas de siderúrgica e a arquitetura implantada dão testemunhos da exploração extrativa determinante para ocupação e desenvolvimento da região.<sup>85</sup>

Estudos, registros e preservação de bens históricos do patrimônio industrial têm sido feitos, embora ainda em pequena escala, por entidades oficiais ou da iniciativa privada. Há também a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo criada em março de 1998 com a missão de preservar e divulgar o acervo histórico do setor energético e de saneamento paulista, disponibilizando-o para a sociedade, visando contribuir assim para o desenvolvimento da educação, da pesquisa e da cultura no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, no Brasil. A fundação foi

---

<sup>84</sup> III SEMINÁRIO do programa de pós-graduação *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo da USJT Cidade e Indústria: Ações Contemporâneas. São Paulo, 2009. Cd-Rom.

<sup>85</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 436.

responsável pela preservação e restauro de quatro pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) construídas no interior do estado e de comprovado valor. Três dessas centrais datam entre 1895 e 1913 e estão localizadas nas cidades de Rio Claro, Santa Rita do Passa Quatro e Salesópolis enquanto a última das quatro, construída em 1940, encontra-se em Brotas. Também mantém dois museus dedicados ao setor energético nas cidades de Itu e Jundiaí. São tombadas pelo CONDEPHAAT-SP, na área de infraestrutura, a ponte Euclides da Cunha, em São Jose do Rio Pardo, a ponte pênsil no rio Parapanema, em Chavantes, e a ponte pênsil de São Vicente assim como o viaduto Santa Ifigênia, na cidade de São Paulo, também é considerado um monumento industrial. Na área de saneamento e energia, destacam-se o Sistema Cantareira, em São Paulo, a Usina Hidrelétrica de Corumbataí, em Rio Claro, e o Museu da Água, em Piracicaba. A própria sociedade organizada por vezes manifestou-se pela preservação de edifícios fabris ou ferroviários, demandando o tombamento municipal ou mesmo estadual de edifícios específicos como aqueles ligados a preservação de ferrovias, estações e equipamento ferroviário.<sup>86</sup>

Existem alguns testemunhos de nossa atividade manufatureira, durante o período do Brasil colônia, que foram levantados e preservados. Na maioria, são engenhos construídos a partir do século XVI, como o Engenho Matoim, em Candeias, na Bahia, o primeiro exemplar a ser tombado pelo IPHAN em 06 de setembro de 1943, e que integra um sobrado e fábrica de açúcar. Ou ainda o Engenho Freguesia, em Candeias, Bahia, composto de sobrado, capela e fábrica de açúcar, tombado em 14 de setembro de 1944. Ou mesmo o Engenho dos Erasmos, na cidade de Santos, interior de São Paulo, tombado pelo IPHAN e inscrito no Livro Histórico do Tombo em 2 de julho de 1963. A área desse engenho sofreu processo de recuperação e preservação, em agosto de 1994, com projeto liderado por um grupo de pesquisadores da USP, sob a coordenação da arqueóloga Margarida Davina Andreatta. Além desses exemplares tombados, outros testemunhos industriais de outras épocas foram estudados e preservados como a Fábrica de Vinho Tito Silva, em João Pessoa, Paraíba, tombada em agosto de 1984, hoje aberta à visitação ao público; a Fábrica Santa Amélia, de São Luís, Maranhão,

---

<sup>86</sup> *Ibid.*, p. 445.

tombada em julho de 1987, e que conserva ainda toda a estrutura do edifício próxima das condições originais; a mina de ouro de Passagem em Mariana – MG ou a Fazenda do Pinhal em São Carlos – SP.<sup>87</sup>

É necessário, porém mencionar que, embora havendo diversos exemplos de reutilização e tombamento de edifícios e áreas industriais, o Brasil não consolidou um campo teórico, metodológico e prático para o conhecimento sobre o patrimônio industrial. Muitos exemplares de nosso passado industrial estão abandonados, à sua própria destruição, situação essa vivida por galpões industriais, antigas fábricas e seus maquinários, linhas de trem e antigas estações. Além disso, os vestígios da industrialização, por sua própria inserção urbana, são rapidamente destruídos na ampliação e mudança das atividades econômicas ou fabris e pelo crescimento urbano.<sup>88</sup>

No entanto temos visto um crescente interesse e preocupação com o patrimônio industrial demonstrada em trabalhos acadêmicos que vêm sendo produzidos nos últimos anos. São artigos da história da industrialização, da arquitetura industrial, de vilas operárias, das relações sociais da indústria, sobre a preservação de todo um complexo inserido no universo fabril, como estações ferroviárias, portos marítimos, mineração, engenhos, fábricas e outros. No Anexo I reproduzimos a contribuição do autor Henrique Telles Vichnewski que em sua dissertação de mestrado, pelo Departamento de História da UNICAMP, elenca boa parte da produção sobre o tema patrimônio industrial, corroborando nossa observação de que no Brasil o assunto vem ganhando interesse nas últimas décadas. A listagem elaborada por Vichnewski abrange artigos sobre patrimônio e arqueologia industrial publicados em seminários, encontros e periódicos bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado realizadas a partir de 1986, em função do 1º Seminário Nacional de História e Energia realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo em São Paulo, até 2004, ano de conclusão de seu mestrado. O autor subdivide o levantamento feito em categorias: arquitetura industrial, porto marítimo, mineração, engenhos e usinas de açúcar, cerâmica, fábricas, arquitetura do ferro e ferroviária,

---

<sup>87</sup> VICHNEWSKI, Henrique Telles, op. cit., p. 35.

<sup>88</sup> SERAPIÃO, Fernando. *Anexos semelhantes têm materialidade e uso diversos*. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/brasil-arquitetura-10-04-2008.html>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

abastecimento de água, paisagem urbano-industrial. A esta lista acrescentamos os trabalhos de mestrado e doutorado desenvolvidos a partir de agosto de 2004 até maio de 2010, tendo como fonte de consulta o Banco de Teses da Capes e o Banco de Dados Bibliográficos Dedalus/ USP, buscando contribuir para a divulgação do tema patrimônio industrial.

Mas conforme observa Manoela Ruffinoni não obstante a pertinência e interesse de muitos textos na abordagem da preservação do patrimônio industrial poucas são as referências que buscaram efetivamente discutir os critérios empregados em projetos de intervenção no patrimônio industrial. A maioria dos textos examinados limita-se à descrição dos complexos industriais e dos novos usos propostos sem vislumbrar os critérios possivelmente empregados na realização dessas intervenções e qual a relação que possuem com a teoria do restauro. Da mesma forma os últimos encontros e eventos promovidos pelo TICCIH têm discutido as intervenções realizadas, mas sem fazer referência significativa aos critérios empregados de acordo com os preceitos teóricos que deveriam guiar a preservação e a restauração. Segundo Ruffinoni muitos projetos apresentados assumiam como prioridade a adaptação das estruturas industriais para novos usos e destacavam como prerrogativas projetuais a versatilidade desses edifícios e sítios para a inserção de diferenciadas funções, tratando-os, portanto, como meros receptáculos para o novo. Ou seja, mesmo diante de uma produção teórica, nesse campo, em expansão prevalece ainda a fragilidade na interpretação de certos conceitos e princípios e uma grande distância entre a teoria e a prática.<sup>89</sup>

Paralelamente aos trabalhos acadêmicos, ao longo dessas últimas décadas, um número mais significativo de sítios e monumentos industriais foi incorporado a processos de tombamento em seus diversos níveis. Diante da crescente valorização pelos espaços patrimoniais, notam-se diversos casos de reuso do patrimônio industrial onde se destacam duas ações precursoras: a restauração do Solar do Unhão em Salvador, já no início da década de 1960, projeto da arquiteta italiana naturalizada brasileira Lina Bo Bardi; e a adaptação do antigo depósito de pólvora de

---

<sup>89</sup> RUFFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, pp. 185-186.

Curitiba em teatro de arena, projeto de 1971 do arquiteto Abraão Assad.<sup>90</sup> Esses projetos, bem como outros casos interessantes de reuso do patrimônio industrial, serão comentados a seguir no capítulo dois.



**Imagem 9: Vista Solar do Unhão, Salvador, Bahia**

Fonte: <http://conversademenina.wordpress.com/2009/05/15/va-ao-museu/>. Acesso 10 mai. 2010.

**Imagem 10: Fachada do Teatro Paiois, Curitiba, Paraná**

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro\\_Paiois](http://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_Paiois). Acesso 10 mai. 2010.

---

<sup>90</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 436.

## **CAPÍTULO 2**

### **CONCEITOS DE PATRIMÔNIO, CONCEITOS DE PROJETO**

“(...) a maior parte dos velhos edifícios industriais permanecerá um recipiente vazio.”

*Eugenio Battisti*

O capítulo dois contém uma discussão sobre as questões ligadas a reutilização do patrimônio industrial e as posturas adotadas nas intervenções de reconversão desse patrimônio. Para tal começaremos por caracterizar o reuso relatando casos de reconversão de edifícios e requalificação de áreas industriais na Europa, nos Estados Unidos e na América do Sul incluindo o Brasil. Procuraremos analisar em seguida o entendimento do que deve ser preservado no campo do patrimônio industrial e as dificuldades ligadas ao tema, entre elas as de uso e funções atribuídos aos monumentos e espaços industriais. Por fim discutiremos as posturas adotadas nos projetos de recuperação do patrimônio da industrialização, ou seja, a conservação do documento e, muitas vezes, as vertentes e os critérios adotados na abordagem dos projetos versus a projeção do uso e da organização funcional com suas necessidades técnicas e arquitetônicas.

## 2.1 O REUSO DO PATRIMONIO INDUSTRIAL

Inicialmente o interesse do patrimônio industrial e da arqueologia industrial esteve ligado à preservação de monumentos industriais. Os trabalhos de preservação desse novo campo de conhecimento preocupavam-se principalmente com as edificações, buscando registrá-las e inventariá-las. Paralelamente a esses trabalhos de registro e inventário alguns autores começaram a chamar a atenção para o potencial histórico-cultural e econômico do reuso deste tipo de patrimônio.<sup>91</sup>

Embora não só o monumento, mas todos os vestígios devessem ser estudados, não por eles mesmos, mas como sendo a manifestação de uma sociedade concreta nascida com a industrialização e determinada por novas e diferentes relações sociais,<sup>92</sup> Ulpiano de Meneses ao utilizar-se da expressão de Leonardo Benevolo - “carcaças simbólicas” – justifica que muitas vezes os exemplares que permanecem

---

<sup>91</sup> MENDES, José Amado. *Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais*. In: Seminário Internacional História e Energia, 2, 1999, São Paulo. Potencial estratégico de cultura e negócios. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000, pp.20-21

<sup>92</sup> CERDÀ, Manuel; BONAFÉ, Mario García. *Arqueologia Industrial*. In: BERROCAL, Paloma (coord.). Enciclopèdia Valenciana de Arqueologia Industrial. Associació Valenciana d'Arqueologia Industrial. Valencia, Espanha: Edicions Alfons el Magnànim e Institució Valenciana d'estudis i investigació, 1995, p.95.

em pé são “abstrações estetizantes, que realmente não compensam a carga documental comprometida”.<sup>93</sup>

O precursor dos estudos sobre arqueologia industrial na Itália, Eugenio Battisti, afirma que são poucas as fábricas conservadas com seus equipamentos e maquinários originais que chegaram até nossos dias. Quase sempre, as zonas onde se encontram exemplares da arquitetura industrial em desuso são cortadas fora das grandes áreas de desenvolvimento urbano, diz o autor, e evoca a necessidade de reconquistar estas zonas em desuso. Dos edifícios que permanecem em pé, na sua maioria, são conservadas as fachadas, segundo Battisti, por razões de prestígio, pela sua qualidade de monumento. Os edifícios, muitas vezes, são esvaziados de seu conteúdo como no caso da fábrica da Fiat Lingotto em Turim. No entanto demolir estes exemplares, por não saber qual função atribuir aos mesmos, seria um desperdício visto as características, por definição, modernas de grande parte desses edifícios. O correto seria encontrar destinações de uso que respeitem o espírito originário, pois segundo o autor:

(...) aquilo que me assusta é somente a falsa restauração, não a idéia de colocar uma arquitetura contemporânea dentro daquela moderna.<sup>94</sup>

A argumentação de Battisti a favor da conservação da arquitetura industrial está também na questão do espaço interno desses edifícios. Na maior parte das vezes os exemplares fabris apresentam plantas sem divisórias internas, são espaços abertos, amplos e desimpedidos. Espaços livres para transformar e adaptar de acordo com as freqüentes necessidades de mudança, ao longo do tempo, das funções dos edifícios.<sup>95</sup> A polivalência de uso e o constante renovar-se são implícitos na arquitetura industrial:

Além disso, a indústria produzindo desgasta e consome a si mesma de dupla maneira: consumindo as instalações, que devem ser renovadas, e saturando o mercado com o seu produto, que envelhece e gradualmente perde a atração, porque é imitado pelos

---

<sup>93</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Patrimônio Industrial e Política Cultural*. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. São Paulo. Anais... São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 2v., 1988, pp. 68-69.

<sup>94</sup> BATTISTI, Eugenio, op. cit., pp. 32-33. Tradução livre da autora.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 36. Tradução livre da autora.

concorrentes, se transforma em algo costumeiro, e passa de moda, declinando de qualidade respeito ao preço, ou vice-versa. A sobrevivência está no constante renovar-se (...) <sup>96</sup>

Neil Cossons destaca também o grande potencial de adaptação dos edifícios industriais a novos usos como salas de concerto, flats, escritórios, hotéis, atividades voltadas ao turismo ou ainda museus que poderiam garantir a manutenção das relações espaciais e funcionais originais. Atividades que além de salvaguardar os edifícios a partir do incremento de um uso contemporâneo, promovem ainda a reabilitação de áreas degradadas.<sup>97</sup> De fato vários edifícios industriais vêm sendo transformados para os mais variados usos demonstrando sua versatilidade. Dionisio Vianello, engenheiro urbanista italiano, cita, no congresso sobre arqueologia industrial que aconteceu na cidade de Prato, Itália, em 2000, o caso do complexo denominado *Environment Park*. Inaugurado em Turim em 1996 este parque científico e tecnológico, projetado pelo arquiteto Emilio Ambasz, confronta construções novas com galpões existentes, cujas estruturas metálicas foram recuperadas e as vedações convencionais substituída por vidro. E, no confronto entre o velho e o novo, diz Vianello: “não é por certo o velho que deturpa”.<sup>98</sup> Outro caso mencionado pelo engenheiro é o projeto realizado na área industrial do bairro Bovisa, em Milão, onde várias faculdades do Politécnico de Milão se instalaram dentro dos galpões metálicos existentes aproveitando a estrutura. Os galpões, porém foram usados como caixas, ou melhor, invólucros para a inserção de outros recipientes completamente novos com um efeito, segundo o autor, muito atraente. Mas o caso mais freqüente é aquele da conservação de alguns elementos significativos como aconteceu no bairro industrial Bagnoli, em Nápoles, onde dezesseis elementos classificados como arqueologia industrial, muito diversos entre si, passando da fábrica de aço a chaminés, foram individuados.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> Ibid., p. 60. Tradução livre da autora.

<sup>97</sup> COSSONS, Neil, *The BP Book of industrial archaeology*. London: David&Charles, 1978, pp.424-425 apud RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2004, p. 125.

<sup>98</sup> FAUSTINI, Laura; GUIDI, Elisa; MISITI, Massimo (orgs.), op. cit., p. 36. Tradução livre da autora.

<sup>99</sup> Ibid., p. 37. Tradução livre da autora.



**Imagem 11: Environment Park, Turim, Itália**

Fonte: <http://www.torinoscienza.it/img/orig/it/s00/00/0012/000012e7.jpg>. Acesso 02 mar. 2009.

**Imagem 12: Bagnoli, Nápoles, Itália**

Fonte: <http://www.napolimotus.com/2008/07/citta-della-scienza-science-centre/>. Acesso 02 mar. 2009.

**Imagem 13: Depósitos de Algodão Savannah, Georgia, EUA**

Fonte: <http://www.terrageria.com/photos/?q=savannah+cotton&submit.x=48&submit.y=9>. Acesso 02 mar. 2009.

Existem ainda exemplares de estações ferroviárias abandonadas e transformadas, nos Estados Unidos, em escritórios para uso da iniciativa privada ou de órgãos públicos e Battisti discorre sobre a importância da “maquiagem” na reconversão dos exemplares da arquitetura industrial:

É importantíssima, a tal escopo, a cosmética: basta repintar as traves de ferro de cor vermelha ou azul, repintar com cores que estejam o mais longe possível da sordidez do abandono, para consentir uma nova leitura, freqüentemente muito válida em termos também financeiros.<sup>100</sup>

A transformação da superfície, segundo ele, é aceitável, mas não a modificação da substância. O autor menciona alguns casos onde as arquiteturas reconvertidas transformaram trechos da cidade e passaram a ser apreciados pela população:

Enquanto me oponho com decisão a qualquer modificação da substância, aceito de bom grado uma transformação de superfície, através do uso de cores, que em poucos anos pode ser automaticamente renovada. Conheço de fato casos memoráveis de releituras de prédios históricos com usos diferentes do original, que passaram a ser muito apreciados por um largo e indiferenciado público, como por exemplo, a Cervejaria de San Francisco ou mesmo os Depósitos de Algodão de Savannah. Estes se tornaram locais de feiras comerciais permanentes, mas também locais onde se podem apreciar espetáculos de música e teatro, e onde se aprende novamente a amar a cidade e a sua história social.<sup>38</sup>

---

<sup>100</sup> BATTISTI, Eugenio, op. cit., p. 39. Tradução livre da autora.

Apesar de tudo, de acordo com Battisti, a maior parte dos velhos edifícios industriais permanecerá um recipiente vazio. E será necessário escolher e decidir, sobretudo, quando não existirem qualidades de monumento ou ligações culturais com o ambiente, as possibilidades de reuso desses edifícios. Estes remanescentes industriais se tornaram socialmente desejáveis, de acordo com o autor, e pela experiência adquirida é sabido que se não são recuperados imediatamente caem em mãos da especulação imobiliária que os abate.<sup>101</sup> Segundo Dionisio Vianello a demolição se dá devido aos custos para a reconversão de um edifício industrial a uso civil serem mais altos que os necessários para a realização de um edifício novo. Esclarece Vianello que se a operação não vale a pena economicamente o privado não a faz e o edifício corre o risco de cair em ruínas.<sup>102</sup> Battisti é do parecer que o problema que se põe é de ordem prática, ou seja, intervir antes que o estabelecimento seja abandonado através de uma conservação preventiva do edifício enquanto ainda em atividade. O abandono comporta tal despesa que a reciclagem, segundo o autor, se não é prevista e coordenada anos antes, se torna impossível devido aos custos de recuperação intoleráveis. E conclui afirmando que num momento de rápidas transformações, como no qual vivemos, é absolutamente necessário estabelecer uma estratégia de intervenções para o futuro próximo que poderia evitar um grande percentual de desperdícios devido ao abandono e a degradação dos edifícios industriais.<sup>103</sup>

Uma vez aceito o desafio de recuperação da antiga arquitetura industrial as possibilidades de reuso são infinitas. Segundo Battisti é supérfluo lembrar que alguns dos mais elegantes bairros comerciais em todo o mundo foram implantados em paisagens industriais, ou seja, antigos depósitos ou fábricas, salvos pela tenacidade de poucos indivíduos, como aconteceu em São Francisco, Boston, Filadélfia, Sidney enquanto administrações municipais, como a de Turim, os transformaram em escolas, centros comunitários, etc.<sup>104</sup>

Com relação às qualidades paisagísticas do patrimônio industrial, Neil Cossons busca enfatizar que essas paisagens industriais, além da importância como

---

<sup>101</sup> Ibid., pp. 38-39. Tradução livre da autora.

<sup>102</sup> FAUSTINI, Laura; GUIDI, Elisa; MISITI, Massimo (orgs.), op. cit., p. 37. Tradução livre da autora.

<sup>103</sup> BATTISTI, Eugenio, op. cit., p. 255. Tradução livre da autora.

<sup>104</sup> Ibid., pp. 46-47. Tradução livre da autora.

testemunhos históricos ou técnicos, contribuem ainda para a configuração do que chamou de “personalidade” de uma região. Para apreender essa personalidade, o autor ressalta a necessidade de desenvolvermos uma sutil apreciação estética que nos permita vislumbrar as características formais e construtivas dos edifícios, os detalhes arquitetônicos e também as “características intangíveis de uma área”. E ressalta ainda que os elementos que compõe essa paisagem, fato também evidenciado pelos estudos que delinearão a “invenção” do patrimônio urbano, não representam interesse isoladamente. São justamente a escala monumental, a perfeita assimilação dos edifícios ao entorno e o efeito de conjunto, os atributos que lhe conferem a destacada representatividade; atributos que “excitam a imaginação e estimulam os sentidos”. Segundo Manoela Rufinoni tais considerações, portanto, evidenciam a inequívoca caracterização de certos conjuntos arquitetônicos industriais como patrimônio urbano e cultural.<sup>105</sup>

A recuperação da área de Porto Madero, em Buenos Aires, nos anos 1990, e de seus depósitos inativos é um caso emblemático na América do Sul de recuperação de paisagem industrial. O antigo porto, construído no final dos anos 1880-90, foi desativado por obsolescência na década de 1920 levando esta área lindeira da cidade a um processo de crescente decadência. Um plano de recuperação dessa arquitetura fabril abandonada, proposto pelos arquitetos Borthgaray, Carnicer, Doval, Garcia Espil, Laidemann, Marre, Perez, Tufaro e Xaus, a partir de 1989, incluía uma série de ações como abertura de bulevares até o rio da Prata, venda dos galpões, a construção de conjuntos de escritórios e moradias, áreas comerciais, de lazer, instalações esportivas, culturais e até uma universidade. As diretrizes projetuais encaminhadas, em 1992, aos diversos arquitetos que atuavam em cada conjunto de galpões enfatizavam o respeito às construções antigas e seus volumes dotando-as, porém de toda tecnologia moderna.<sup>106</sup> A Doca 7, projeto dos arquitetos Baudizzone, Lestard e Varas (1993-1995), é um desses exemplares do processo de reciclagem de um velho depósito que permaneceu inativo por anos. A reciclagem deste depósito implicou na recuperação de uma área próxima ao centro histórico contribuindo para criar uma imagem contemporânea da

---

<sup>105</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, p. 178.

<sup>106</sup> ZEIN, Ruth Verde; DI MARCO, Anita Regina. *Sala São Paulo de Concertos. Revitalização da Estação Julio Prestes: o projeto arquitetônico*. São Paulo: Altermarket, 2001, p. 93.

cidade. Este edifício pertence a uma série de dezesseis obras similares, construídas no fim do século XIX, e que ultimamente têm sido remodeladas para distintos fins. Como conjunto constitui um acontecimento urbano em Buenos Aires.<sup>107</sup>



**Imagem 14: Doca 7, Porto Madero, Buenos Aires, Argentina. Foto Estúdio Alberto Varas**

Fonte: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq054/arq054\\_03\\_e.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq054/arq054_03_e.asp). Acesso 02 dez. 2009.

**Imagem 15: Panorama Porto Madero, Buenos Aires, Argentina**

Fonte: <http://www.pictures-argentina.com/Buenos+Aires-Porto+Madero++Buenos+Aires>. Acesso 02 dez. 2009.

Em território europeu temos os casos de outras áreas portuárias, como a de Barcelona, Lisboa, Gênova, as *Docklands* em Londres e Roterdã, que sofreram processos semelhantes aos de Porto Madero. Todos estes são exemplos de refuncionalização de regiões semi ou totalmente desocupadas. O caso do vale de Ruhr, região Norte do Reno-Westfália, Alemanha, talvez seja o mais emblemático onde complexos industriais inteiros foram conservados e reutilizados, num projeto de envergadura implantado ao longo de dez anos.<sup>108</sup>

A região do Ruhr se transformou com o carvão e a metalurgia que possibilitaram, por mais de um século de dominação no cenário industrial alemão, um intenso desenvolvimento da área com a realização de numerosos complexos industriais associados a zonas habitacionais e centros comerciais além de malha de transporte de mercadorias ferroviária e fluvial. Com o esgotamento do carvão e o declínio da siderurgia, a região entrou em decadência, apresentando nos anos 1980, graves problemas econômicos, sociais e ambientais. Em 1989 foi criada a

<sup>107</sup> COX, Christian Fernández; FERNÁNDEZ, Antonio Toca. *América Latina: nueva arquitectura una modernidad posracionalista*. México: Ediciones G. Gilli, 1998, p. 43. Tradução livre da autora.

<sup>108</sup> FAUSTINI, Laura; GUIDI, Elisa; MISITI, Massimo (orgs.), op. cit., p. 37. Tradução livre da autora.

*Internationale Bauausstellung Emscher Park*, dirigida por Karl Ganser, que deu início a um plano de intervenção decenal na zona do *Emscher Park* e que não se limitava aos edifícios industriais. O projeto, envolvendo uma área de aproximadamente 800 km<sup>2</sup>, foi complexo e articulado e envolveu várias esferas de poder, local, regional e nacional, contando ainda com o financiamento da Comunidade Européia. Foram promovidas novas atividades econômicas e dada particular atenção ao espaço natural e construído, atuando-se através de projetos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos que incluíram trilhas para caminhada e ciclovias. Foram desenvolvidas ainda outras iniciativas visando, por exemplo, a despoluição do território e de conseqüência também do rio Emscher, a instalação de infra-estrutura, a exploração de fontes de energia alternativa, a recomposição de matas ciliares, a construção de complexos habitacionais e de centros de pesquisa além do reaproveitamento dos grandes complexos industriais obsoletos das mais diferentes maneiras, em iniciativas provisórias e permanentes.<sup>109</sup> Os edifícios industriais foram adaptados para novos usos, sobretudo culturais, e algumas estruturas e equipamentos foram incorporados ao parque de modo criativo: um gasômetro foi convertido em espaços para exposições, um tanque de gás transformado em tanque para mergulho, antigas siderúrgicas abrigaram teatros, antigas fornalhas foram adaptadas como local para escaladas.<sup>110</sup> E nesse processo de reconversão vale a pena mencionar como exemplo desse novo uso o caso do *Landschaftspark* em Duisburg, ex fábrica de aço da Thissen transformada em centro de lazer (1991) com projeto do arquiteto Peter Latz.

---

<sup>109</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, pp.136-137.

<sup>110</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, p. 252.



**Imagem 16: Vista panorâmica *Landschaftspark* (ex fábrica de aço da Thissen), Duisburg, Alemanha**  
Autor: Arq. Luigi Bertolotto, mai. 2009.

Ou ainda o complexo minerário *Zollverein* de Essen também transformado em 2001 em centro de lazer, com projeto dos arquitetos Fritz Schupp e Martin Kremmer, e o gasômetro de *Oberhausen* transformado em centro expositivo em 1994.

A questão da degradação na área do vale do Ruhr abarcava não somente edifícios industriais obsoletos, mas toda uma realidade urbana envoltória e de grandes dimensões. Manoela Rufinoni destaca que a abordagem do problema foi feita de forma ampla, articulada e integrada ao planejamento urbano e regional, conduzindo à soluções complexas e de longa duração. Nos alerta ainda para o fato de que a recorrência às soluções imediatistas, pontuais e desarticuladas, em casos como este, não permitem o desenvolvimento de um processo coerente de revitalização, nem conduzem a um adequado tratamento do patrimônio urbano, podendo até mesmo gerar desequilíbrios ainda mais problemáticos para a região.<sup>111</sup>

---

<sup>111</sup> Idem.



**Imagens 17 e 18: Vista do ex complexo minerário Zollverein, Vale do Ruhr, Alemanha.**  
Autor: Arq. Luigi Bertolotto, mai. 2009



**Imagens 19 e 20: Vista do ex gasômetro de Oberhausen, Vale do Ruhr, Alemanha**  
Autor: Arq. Luigi Bertolotto, mai. 2009

Em território brasileiro podemos mencionar alguns exemplos de reconversão de edifícios industriais. A começar pelo caso emblemático do SESC Pompéia, projeto da arquiteta Lina Bo Bardi (1977-1986), cujas qualidades são reconhecidas internacionalmente, e que será mais bem relatado no sub-capítulo 2.3 deste trabalho. Devido ao reconhecido sucesso no projeto do SESC Pompéia, outros

projetos subseqüentes foram realizados, inclusive alguns mantidos pelo próprio SESC, como o do Belenzinho, em São Paulo, e o de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, utilizando conceito semelhante na preservação e restauração de espaços fabris. No estado de Minas Gerais a Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte e a Companhia Têxtil Mascarenhas, em Juiz de Fora. Na Bahia o caso do Centro Cultural Dannemann, em São Félix. No estado de São Paulo, o Engenho Central de Piracicaba; a antiga fabrica têxtil Adamastor, em Guarulhos; o Shopping Lupo, em Araraquara; o Centro Universitário da Fábrica Brasital, em Salto; e na cidade de São Paulo a reconversão do Cotonifício Crespi em hipermercado, caso polêmico e que também será mais bem tratado no sub-capítulo 2.3.<sup>112</sup>



**Imagem 21: Cinemateca Brasileira (ex Matadouro Municipal da Vila Mariana), São Paulo**

Foto da autora. Jan. 2010.

**Imagem 22: Instituto Criar de Televisão e Cinema, São Paulo**

Foto da autora. Jan. 2010.

A título de citação, tendo em vista que esses casos serão mais bem detalhados no Anexo II no fim deste trabalho, na cidade de São Paulo temos a reconversão do antigo matadouro municipal da Vila Mariana, construído em 1887, em Cinemateca Brasileira, instituição responsável pela preservação da produção audiovisual brasileira que desenvolve também atividades em torno da difusão e da restauração de seu acervo, um dos maiores da América Latina, com projeto de restauração e adaptação iniciado pelos arquitetos Lúcio Gomes Machado e Eduardo de Jesus Rodrigues (1989) e concluído pelo arquiteto Nelson Dupré (2007). Outro

<sup>112</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 447.

exemplo é o da intervenção em antiga fábrica têxtil, localizada no bairro do Bom Retiro, reconvertida, com projeto dos arquitetos Silvio Oksman e Fernanda Neiva (2004), no Instituto Criar de Televisão e Cinema - organização não governamental que tem por iniciativa capacitar jovens de baixa renda para o mercado de trabalho na indústria de entretenimento, sobretudo o cinema e a televisão, oferecendo para tal fim cursos técnicos na área de produção audiovisual. Ou então a reconversão de outra antiga tecelagem, localizada no bairro da Lapa, que, com projeto dos arquitetos Lúcio Gomes Machado, Marlene Yurgel e Eduardo de Jesus Rodrigues, abriga desde 1987 a Estação Ciência/USP - espaço pensado para ser um centro de ciências interativo que realizasse exposições em diversas áreas científicas, além de cursos, eventos e outras atividades, com o objetivo de popularizar a ciência e promover a educação científica de forma lúdica e prazerosa.<sup>113</sup>



**Imagem 23: Estação Ciência/USP, São Paulo**

Foto da autora. Jan. 2010.

**Imagem 24: Museu do Pão, Ilópolis, Rio Grande do Sul**

**Fonte:** [http://www2.nelsonkon.com.br/obras.asp?ID\\_Categoria=0&node=0&tiponode=&ID\\_Obra=146](http://www2.nelsonkon.com.br/obras.asp?ID_Categoria=0&node=0&tiponode=&ID_Obra=146). Acesso 02 mar. 2009

Outro exemplo significativo de restauração bem sucedida é a do moinho Colognese, situado no centro de Ilópolis, cidadezinha localizada na serra gaúcha, que abriga vários exemplares de moinhos coloniais construídos, na sua maioria, por imigrantes italianos para a produção de farinha de trigo. Com o monopólio estatal da farinha de trigo, na década de 1960, vários desses moinhos foram abandonados e

<sup>113</sup> Estes casos serão mais bem detalhados no anexo dois ao fim deste trabalho.

entraram em decadência. No projeto de restauração e resgate desse exemplar pelos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz (2005) o moinho ganhou dois pequenos anexos destinados ao Museu do Pão, inaugurado em fevereiro de 2008, que possuem uso e materialidade diferentes da construção existente. Além da utilização de elementos encontrados na região, o projeto também faz alusão a outras propostas de requalificação de edifícios históricos. São evidentes os paralelos entre o revestimento da oficina e os azulejos desenhados de Lina Bo Bardi para o SESC Pompéia, projeto em que Ferraz colaborou, assim como a linha d'água em cascata que delimita três faces do lote (no fundo há um córrego) tem desenho inspirado em Carlo Scarpa.<sup>114</sup> O escritório Brasil Arquitetura já tem em projeto a restauração de outro exemplar nessa mesma área.

## **2.2 QUESTÕES QUE ENVOLVEM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO INDUSTRIAL**

Na busca de definições conceituais e métodos em arqueologia industrial, alguns trabalhos importantes foram publicados procurando esclarecer as questões ligadas à preservação do patrimônio industrial - um dos principais objetivos da arqueologia industrial, como mencionado no primeiro capítulo. Mas é necessário o entendimento do que pode ser considerado patrimônio industrial (ponto já discutido no capítulo um desse trabalho), dos critérios para se proceder a essa avaliação e de como preservar esse patrimônio. Para Beatriz Kühl:

(...) o passo inicial é o recenseamento do patrimônio existente no país, ou em uma região, e uma avaliação de suas qualidades e especificidades. Um levantamento preliminar deveria conter uma descrição do sitio ou artefato, as dimensões básicas, o estado em que se encontra, a presença ou não de maquinário, proporcionando, assim, uma apreciação geral da situação.<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> SERAPIÃO, Fernando, op. cit.

<sup>115</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 1998, p. 228.

Uma segunda etapa que envolve a preservação do patrimônio industrial parte do pressuposto de um conhecimento prévio desse patrimônio, ou seja, de uma avaliação qualitativa e quantitativa do que se considera patrimônio existente em um local e dos exemplares a ser preservados, o que significa definir critérios para a seleção desses exemplares. Para auxílio no entendimento do que deve ser preservado no campo do patrimônio industrial, Angus Buchanan propôs algumas diretrizes gerais para orientar a seleção dos artefatos mais significativos através da observação de seis critérios. O primeiro é o grau de unicidade ou singularidade do exemplar (*degree of uniqueness*), que pode ser justificado por ser o primeiro ou último remanescente, de uma determinada categoria, estilo, período ou modelo. O segundo critério é o grau de representatividade do exemplar (*representational distinction*) como referencial de determinada técnica ou época. O terceiro são a dimensão e o uso dos exemplares e as potencialidades para reutilização, inclusive turístico. O quarto aspecto destaca, justamente, as potencialidades turísticas de determinadas áreas industriais. O quinto é a observação da existência de incentivos locais para financiamento e apoio na efetivação de projetos de preservação e restauração. E o sexto aspecto destaca os exemplares que se relacionam a fatos ou pessoas importantes.<sup>116</sup>

Questões importantes envolvem o campo do patrimônio industrial, e de sua preservação, e refletem algumas das dificuldades de estudo e documentação relacionadas ao tema. Na década de 1980, Ulpiano de Meneses salientou as quatro principais dificuldades relacionadas ao tema. A primeira refere-se à delimitação do próprio campo de estudos que tem considerado seu conteúdo, ou o que integraria seu domínio, segundo três categorias: os conhecimentos e técnicas, os monumentos e os sítios. Contudo o autor aponta para uma sobrevalorização dos monumentos industriais, como os edifícios fabris, minas, galpões, chaminés, equipamentos e sistemas de transportes e abastecimento, e a marginalização da categoria dos sítios industriais, categoria que, por sua natureza espacial, torna-se fundamental para a compreensão do patrimônio industrial. O problema está justamente no reconhecimento do conjunto edificado, como sítio industrial, preservando sua paisagem e traçado. Nesse sentido, é essencial que se entenda a importância da

---

<sup>116</sup> BUCHANAN, Robert A., op. cit., pp. 52-54.

preservação do espaço produtivo como um sistema, isto é, “como um conjunto de objetos solidariamente inter-relacionados e espacialmente dependentes”. A ausência dessa dimensão espacial, segundo Meneses, prejudica a compreensão histórica do próprio “metabolismo” da atividade industrial e a apreensão das qualidades formais e estéticas possíveis. No seu entendimento não é possível selecionar “estruturas significativas” isoladas tendo em vista que o acervo industrial deve ser compreendido enquanto vestígios de um sistema complexo de relações.<sup>117</sup>

Meneses ressalta a segunda dificuldade chamando a atenção em relação à excessiva especialização temática, refletida no desenvolvimento de atividades, como coleta, preservação e estudo, entre outras, a partir de certas categorias tipológico-funcionais de objetos. Pode resultar, por exemplo, nos museus monotemáticos ou monográficos, como do bonde, do vidro, do relógio, do telefone, que, apesar de desempenhar uma importante função quanto à documentação e preservação dos bens, impõe muitas vezes certa restrição interpretativa. Nesse processo de setorização, os objetos do conhecimento acabam fragmentados, pulverizados e compartimentados e os acervos, de conseqüência acabam destituídos de uma significação global. Para o autor a organização dos acervos industriais deveria partir da perspectiva de grande escala em que máquinas, equipamentos, fábricas, usinas, estações, e demais instalações correlatas “se articulam num mesmo sistema, por derivarem de um mesmo processo, fundamental na organização técnica e social do trabalho e na produção da paisagem urbana e rural”.<sup>118</sup>

A terceira dificuldade refere-se aos limites cronológicos impostos ao estudo, como, por exemplo, àqueles monumentos industriais que estejam desativados, ou que representem o período de industrialização européia, em geral datados do século XVIII e XIX. Assim, esse critério, quando aplicado numa situação como a do Brasil, onde a industrialização foi tardia e as tecnologias pré-industriais ainda têm peso, seria muito restritivo, pois segundo Ulpiano “a história não é a disciplina que tem por objeto o passado, mas que se preocupa com o problema da mudança, isto é, os aspectos dinâmicos do fenômeno sócio-cultural”. O autor considera que a documentação relativa deva também abranger o patrimônio industrial

---

<sup>117</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, op. cit., 1988, pp. 68-73.

<sup>118</sup> Idem.

contemporâneo, visto que “da dinâmica social não está obviamente excluído o presente”.<sup>119</sup>

Enfim, a quarta dificuldade é relacionada aos usos e funções atribuídos aos monumentos e espaços industriais. Um uso corrente é o museológico. Entretanto, segundo Meneses, algumas experiências nesse sentido têm demonstrado certa alienação em seus propósitos. Os museus de sítio, os “ecomuseus”, como por exemplo, o da Fazenda Real de São João do Ipanema, em Iperó - São Paulo, ou os museus de fábrica, nos quais são preservadas as relações espaciais com o contexto imediato da produção, como, por exemplo, o Museu da Alpargatas, em São Paulo, embora nessa ótica e tendo as condições mais favoráveis para a superação das restrições enfrentadas pelo museu temático, apresentam suas dificuldades. Muitas vezes, para minimizar o embaraço que esses museus possam demonstrar diante dessas coleções de fenômenos “*in vitro*”, tem sido freqüente o uso da reconstituição de ambientes, da simulação de “clima”, de diversas formas de encenação, funcionando como verdadeiros parques. O autor atenta para o fato de que esse tipo de recurso, no entanto, pode levar o museu a categoria de “museu-espetáculo”.<sup>120</sup>



**Imagens 25 e 26: Fazenda Real de São João do Ipanema, Iperó, São Paulo**

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=708852>. Acesso 02 abr. 2010.

Meneses considera que os usos e funções atribuídas ao patrimônio cultural como um todo deveriam ir além da fórmula reducionista de usos culturais predominante no cenário brasileiro. A destinação de uso dada ao patrimônio deveria

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem.

permitir um diálogo de forma mais estreita e efetiva com as instâncias do cotidiano e do universo de trabalho. Propõe a retomada normal de operações de espaços e equipamentos, com programas antigos ou adaptados as novas necessidades, e a possibilidade de interação dessas atividades com o dia a dia sem que necessariamente estejam ligadas a fins turísticos. Ou seja, a necessidade de inserir o patrimônio industrial em um contexto mais “amplo de vida e menos segmentado, com o uso efetivo dos bens em causa, embora sem excluir funções museológicas (principalmente didáticas) e o consumo turístico”. Além de contribuir para a preservação do sítio em si, essa interpretação do bem cultural permite também um resgate e a continuação da vertente imaterial do patrimônio industrial, inserindo-o novamente nas relações sócio-econômicas que não sejam as atividades turísticas. A incorporação efetiva do patrimônio industrial ao panorama das práticas cotidianas, como forma de garantir sua preservação, tem se mostrado ainda incipiente no contexto nacional. As dificuldades de ordem prática são sentidas seja no que diz respeito à realidade urbanística, onde grandes extensões de tecido urbano ocupadas pelo patrimônio industrial, e muitas vezes localizadas em áreas centrais urbanas, são freqüentemente alvo de pressões especulativas, quanto no que diz respeito à falta de embasamento teórico nas intervenções nesse tipo de patrimônio.<sup>121</sup>

As grandes dimensões de áreas industriais e as proporções de novos usos que favoreçam sua manutenção representam um dos maiores desafios para a preservação desse patrimônio. Encontrar um novo programa adequado, que justifique a permanência de vastas áreas é um problema que envolve o planejamento urbano e demanda um estudo aprofundado para que se evidenciem os possíveis valores históricos e culturais.<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 425.

### 2.3 POSTURAS CONCEITUAIS

A presença de exemplares da arquitetura industrial em desuso e o potencial de reconversão destas, aspecto não secundário das políticas urbanas contemporâneas, apresentam-se como uma perspectiva para a cidade futura, para a cidade desse novo século onde a prática de reciclar e reabilitar ganha mais peso numa tentativa de impulsionar a requalificação de áreas deterioradas das cidades. Como afirma Francesco Guerrieri, esses exemplares devem ser considerados como um recurso importante, inclusive econômico, no processo de renovação das cidades e não como empecilho às novas funções urbanas.<sup>123</sup>

Porém, segundo Beatriz Kühl, o único meio de viabilizar a preservação de edifícios e complexos industriais, que na maioria das vezes se encontram em áreas extensas, obsoletas e decadentes, é agir em escala mais ampla. Como no significativo caso relatado do vale do Ruhr é necessária a presença de instrumentos do planejamento urbano e territorial em intervenções articuladas com a iniciativa da própria comunidade e da sociedade, pois, na ausência desses instrumentos legais, a sociedade não pode ser eximida da responsabilidade de preservação de seus bens. Existem preceitos e métodos de análise e de atuação pertinentes para intervir em edifícios isolados ou em conjuntos urbanos, que são fornecidos pela teoria da restauração independente da existência de planos diretores, e que são sempre necessários para atuação nesses casos. Um projeto pontual, mesmo na inexistência de um plano diretor, “feito com diligência em relação às estratificações históricas e vocação do local, que seja articulado de maneira sensível com as necessidades ali detectadas, respeitando os aspectos documentais, formais, memoriais e simbólicos do edifício, são pertinentes para a edificação e podem ter impacto positivo na área envoltória.”<sup>124</sup>

A abrangência crescente daquilo que é considerado patrimônio histórico, provocou um expressivo aumento quantitativo e uma grande variedade qualitativa dos bens a ser preservados. Levou de conseqüência a uma maior, e legítima,

---

<sup>123</sup> FAUSTINI, Laura; GUIDI, Elisa; MISITI, Massimo (orgs.), op. cit., Introdução. Tradução livre da autora.

<sup>124</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, p. 144.

interferência em questões políticas e econômicas bem como a necessidade de revisão e reinterpretação metodológica nos processos de intervenção nas atuais circunstâncias. Kühl chama a atenção para as formas de atuação sobre o patrimônio histórico que têm se multiplicado na atualidade, as quais deixam de ter as raízes culturais que motivaram o campo da preservação, pautando-se em aspectos pragmáticos a exemplo da reutilização, da reabilitação e da recuperação.<sup>125</sup> Citando o também professor e arquiteto italiano Giovanni Carbonara esclarece a questão:

(Carbonara) Considerou a reutilização o meio mais eficaz para garantir a preservação de um bem, pois um monumento sem uso se deteriora rapidamente enquanto aquele mantido em funcionamento pode durar séculos. (Carbonara) Comparou a manutenção com a medicina preventiva, afirmando que ela pode evitar a intervenção de restauro, sempre mais traumática. No entanto a reutilização é um meio de preservar o bem, mas não a finalidade da intervenção.<sup>126</sup>

O ponto enfatizado por ambos os autores é que em se tratando de um bem que adquiriu com o tempo significado cultural, por questões histórico-documentais, formais, simbólicas ou memoriais, deve-se atuar partindo de restaurações, empregando a reutilização como meio, mas não como o fim supremo da intervenção.<sup>127</sup>

Mas em muitos casos, as intervenções executadas em edifícios ou sítios industriais culturalmente representativos não observam os princípios mais básicos da teoria do restauro, em flagrante discordância com as diretrizes da Carta de Veneza e documentos complementares. Seja pela incompreensão das especificidades que compõem esses exemplares, por não reconhecê-los como patrimônio cultural, seja pelo desconhecimento desses princípios teóricos que deveriam reger as intervenções, independentemente da natureza do exemplar a receber a intervenção, muitas dessas ações configuram-se como meras reformas

---

<sup>125</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 1998, p. 208.

<sup>126</sup> Ibid., p. 209.

<sup>127</sup> PAULETO, Ludmilla Sandim Tidei de Lima. *Diretrizes para intervenção em edificações ferroviárias de interesse histórico no Estado de São Paulo: as estações da estrada de ferro noroeste do Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, p. 216.

que deturpam o documento histórico e alteram indiscriminadamente sua imagem figurativa. Os exemplos encontram-se, apenas para citar dois casos emblemáticos na cidade de São Paulo, nas polêmicas obras recentemente realizadas na Estação da Luz, edifício tombado em instância federal, estadual e municipal, para a instalação do Museu da Língua Portuguesa, intervenção que resultou em demolições e alterações incisivas, notadamente nos interiores de partes da Estação, e a reforma realizada no conjunto arquitetônico do Cotonifício Crespi, cujo edifício principal representa um dos exemplares mais importantes da arquitetura industrial em nossa cidade e é objeto de estudo para tombamento em instância municipal, para a instalação de um hipermercado.<sup>128</sup>



**Imagem 27: Estação da Luz, São Paulo**

Fonte: <http://cassildamartyres.blogspot.com/2007/10/ruy-barata-uma-convivencia-e-vrias.html>. Acesso 02 abr. 2010.

**Imagem 28: Supermercado Extra (ex Cotonifício Crespi), São Paulo**

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/7145473>. Acesso 02 abr. 2010.

Observamos em ambas as obras citadas o emprego de soluções projetuais que priorizaram o novo uso em detrimento dos critérios amplamente discutidos com relação à intervenção em bens culturais. As especificidades compositivas das obras e do conjunto construído do qual fazem parte não foram devidamente estudadas e respeitadas em projeto, ao contrário, foram propostas incisivas alterações nas volumetrias, na materialidade e na própria imagem das obras. Os aspectos conservativos limitaram-se às fachadas e, ainda assim, segundo Rufinoni, de modo pouco criterioso. A Carta de Veneza, em seu artigo 5º, mencionado no capítulo um,

<sup>128</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, p. 183.

recomenda a atribuição de novos usos como um importante recurso para favorecer a conservação da obra, inserindo-a na sociedade. Portanto é evidente que qualquer proposta envolvendo alterações de uso implicará certas transformações. De conseqüência não se pode sugerir o contrário, ou seja, defender o ‘congelamento’ de um bem cultural. O documento, porém, ressalta com clareza que a nova função deverá ser compatível com as características do monumento e permitir a permanência das qualidades que efetivamente o configuram como um patrimônio cultural: seus atributos históricos, estéticos, memoriais.<sup>129</sup>

A determinação de um novo uso para esses edifícios, portanto deve ser feita, segundo Kühl, valendo-se dos instrumentos teóricos da restauração para que as características do edifício possam ser preservadas, respeitadas, valorizadas e seus principais elementos caracterizadores não sejam deturpados. Essa determinação de novo uso, por sua vez, deve estar articulada com uma ação, inclusive política, a ser desenvolvida na região na qual se encontra o edifício, para que este possa ser realmente incorporado a uma nova realidade na qual terá o papel de estimular, por sua vez, outras atividades. O que se verifica na transformação dos edifícios da industrialização é que na maioria das vezes este novo uso é de cunho cultural, como por exemplo, os casos da Estação Julio Prestes e da Pinacoteca mencionados pela autora, o que não representa um problema se as iniciativas oferecem apoio e abertura para a comunidade do em torno e para as pessoas que freqüentam a região ao invés de se fecharem em si mesmas e em um público específico. A determinação do uso deve então contemplar os “aspectos sociais, formais, documentais, memoriais e simbólicos da área e dos edifícios que a compõem, escolhendo novas utilizações que respeitem e sejam compatíveis com esses fatores (...)”. Conflitos existirão sempre, visto que projetos de intervenção em bens culturais inevitavelmente implicam alguma transformação, mas é possível uma solução pertinente.<sup>130</sup>

As iniciativas em edifícios isolados, no entanto, têm seu mérito e são necessárias, mas acabam tendo um resultado limitado no contexto no qual se encontram se não forem unidas a ações mais abrangentes que considerem a

---

<sup>129</sup> Ibid., p. 184.

<sup>130</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, pp. 138-142.

questão cultural e a questão social em sua complexidade. Giovanni Carbonara chama a atenção para o fato de que a conservação de um bem, que deve ser entendido como uma fonte de informação histórica na forma de um “arquivo de pedra”, não seja pontual e nem míope, mas que considere o contexto, o específico ambiente no qual o edifício se apresenta e vive. Este testemunho da história, na sua autenticidade material, se corretamente indagado, dirá sempre a verdade, uma verdade progressivamente mais rica na medida em que o interroguemos de maneira mais sofisticada e insistente.<sup>131</sup>

Grande parte desses complexos industriais abandonados e subutilizados podem, com medidas adequadas, ser recuperados “para uma nova dimensão econômica e social”. É necessário, porém “transformar valorizando o sentido desses bens, respeitando suas características essenciais, inserindo novos elementos, se necessário, com propriedade para formar uma nova sintaxe arquitetônica e urbana”.<sup>132</sup>

A autora lembra, no entanto que existem complexos industriais de interesse para a preservação como testemunhos relevantes da operosidade humana, mas que não apresentam maior qualidade figurativa. No entanto sendo reconhecida a existência de seu valor histórico, ou mesmo ambiental, memorial ou simbólico, é de restauro que se trata e nesses casos é necessária particular atenção, pois demanda sempre esforço interpretativo caso a caso visto que não existe uma fórmula geral a ser aplicada. Trata-se de exemplares que não são considerados “obras de arte”, mas nos quais o valor documental predomina para sua preservação e este não deve invalidar os princípios da restauração, uma vez que as obras possuem imagem figurada. Os aspectos formais e os aspectos documentais devem ser considerados concomitantemente. Os elementos não podem ser demolidos de modo arbitrário e nem novos elementos devem ser inseridos sem análise criteriosa, pois se corre o risco de se descaracterizar a composição do conjunto através de substituições não justificadas. O modo de operar, determinando a necessidade de se adicionar ou se subtrair elementos e tratar certos componentes como “edificações de base” fornecendo indicações para se promover, se necessário, a integração da imagem e

---

<sup>131</sup> CARBONARA, Giovanni. In: CECCHI, Roberto (org.). *Il Restauro*, 2008, pp. 15-25.

<sup>132</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, pp 147-148.

conduzir o ato criativo, deve ser guiado pela análise da conformação da obra, considerando suas dimensões materiais, formais e documentais, e de suas transformações ao longo do tempo.<sup>133</sup>

Portanto em um projeto de recuperação de um edifício histórico se confrontam dois principais componentes: a conservação do documento e a projeção do uso e da organização funcional com suas necessidades técnicas e arquitetônicas. O objetivo da conservação e do restauro, às vezes, pode interferir com as escolhas projetuais, não sob o que diz respeito à legibilidade e a conservação das partes históricas, mas em relação a destinação de uso que se pretende dar e o nível de equipamentos que esta nova destinação pede. Caso as exigências do novo uso sejam pouco compatíveis, pouco idôneas as características históricas do edifício, ou seja, no caso em que as necessidades funcionais exigissem grandes mudanças na estrutura original do edifício a destinação de uso deveria ser questionada. Porém vale lembrar que só conservar não é suficiente. É necessário dar vida ao edifício, interpretando suas transformações históricas, sua estrutura e permitir um sistema de percursos, de arquitetura, de usos, de atração que com esta estrutura interajam de modo eficaz e não neutro.<sup>134</sup>

Não se trata, portanto de conservar todos os exemplares existentes e sim de analisar de forma crítica e judiciosa para identificar quais os elementos caracterizadores que devem ser preservados e de que forma intervir e modificar para que esses valores possam ser transmitidos para as gerações futuras o que exige, quase sempre, inovações. Em base a esta análise determinar quais devem ser as ações conservativas e aquelas eventualmente, raras e excepcionais, “não conservativas” e, portanto passíveis de se operar por substituições. O que pode acontecer no caso de “obras ou conjuntos que, em função do próprio projeto, em consequência das várias transformações que sofreram ao longo do tempo, de intervenções recentes, de acidentes, etc., podem se encontrar desarticulados, descaracterizados, deformados ou mutilados e exigir uma intervenção mais profunda”.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, pp. 150-151.

<sup>134</sup> BELGIOJOSO, Alberico Barbiano. In: CECCHI, Roberto (org.), op. cit., pp. 59-62.

<sup>135</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, p. 150.

As intervenções de demolição ou de inserção de novos elementos nesses conjuntos descaracterizados e desarticulados acarretam problemas fundamentais, discutidos desde o início do século XX, pela legitimidade da presença da arquitetura contemporânea em edifícios ou ambientes de interesse histórico e a relação antigo-novo nos projetos de restauração. Beatriz Kühl acena para os debates em torno dessa relação trazendo a cena os principais teóricos e seus pensamentos a respeito. Nos mostra como estes autores acreditam que, em caso dessa presença ser considerada lícita, essa intervenção deva ser feita considerando sempre as duas instâncias fundamentais, a estética e a histórica. Cita ainda algumas tendências atuais, analisadas por G. Carbonara, para enfrentar o problema.<sup>136</sup>

Uma primeira forma de abordagem nos projetos de restauração é pela denominada vertente crítico-conservativa, conceito formulado nos anos 1940 na Europa, tendo como principais teóricos, Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli e Paul Philippot. Rever as contribuições de Cesare Brandi (1906-1988) revela-se oportuno em razão da autoridade representada pelo autor no domínio da preservação e do restauro. A relevância de sua obra dá-se pela busca de princípios e métodos de intervenção filiados ao pensamento crítico e científico, como forma de se contrapor ao empirismo e à arbitrariedade.<sup>137</sup>

Fundamentada na relação dialética entre valores estéticos e históricos da obra, ou seja, no juízo histórico-crítico, o restauro crítico considera cada intervenção única, que deve ser analisada com critérios e métodos aplicados caso a caso, tendo como base um conjunto sólido de princípios, evitando, dessa forma, uma interpretação mecânica.<sup>138</sup> Esta vertente baseia-se na releitura dos princípios do chamado restauro crítico, presentes na teoria de Brandi, bem como na Carta de Veneza resultando numa postura conservativa que propõe, quando necessário, o uso de recursos criativos. Neste caso se trabalha por diferenciação em consonância, ou seja, com uma arquitetura diferenciada, mas em consonância com a preexistente sem buscar, no entanto, a mimese, a analogia ou a repriminção. Partindo desses

---

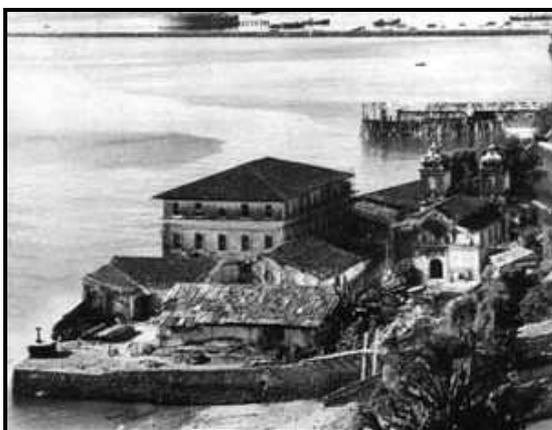
<sup>136</sup> Ibid., p. 151-162.

<sup>137</sup> ALMEIDA, Eneida de; BOGÉA, Marta. *Esquecer para preservar*. 2007. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

<sup>138</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 437.

princípios uma série de questões presentes nas intervenções de restauro, como a remoção de adições e a reintegração de lacunas onde o objetivo maior é a reintegração da imagem com respeito aos aspectos documentais e formais da obra, são consideradas. Na busca de uma imagem unitária e expressiva, o restauro crítico permite completar a obra com elementos faltantes e remover adições.<sup>139</sup> O que se procura, nesse tipo de intervenção, é uma relação positiva do novo com o preexistente, de modo eficiente e respeitoso, que atue como elemento de conexão no tecido figurativo, desenvolvendo a “unidade potencial” das obras. Tomando-se os preceitos fundamentais da restauração (mínima intervenção, re-trabalhabilidade, distinguibilidade) como guia da intervenção, o modo de articulação entre o novo e o antigo, através de um diálogo “cortês”, pode tomar as mais variadas formas. Dessa maneira a arquitetura contemporânea se afirma, mas sem uma presença ostentatória.<sup>140</sup> Como afirma Carbonara:

Será a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, que vai sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida.<sup>141</sup>



**Imagem 29: Vista Solar do Unhão, Salvador, Bahia – antes da intervenção de restauro.**

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181>. Acesso 15 abr. 2010.

**Imagem 30: Vista Solar do Unhão, Salvador, Bahia – após a intervenção de restauro.**

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181>. Acesso 15 abr. 2010.

<sup>139</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, loc. cit.

<sup>140</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, pp. 163-164.

<sup>141</sup> CARBONARA, Giovanni, 1997, apud KÜHL, Beatriz Mugayar. *Questões teóricas relativas à preservação de edifícios industriais*. *Desígnio Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP; Annablume, n.1, mar. 2004, p.285.

Um exemplo da aplicação da vertente crítico-conservativa em projetos de restauro vemos no exemplo do Solar do Unhão, mencionado no capítulo 1. Engenho de açúcar a beira mar, o Solar do Unhão foi fundado no século XVI e sofreu várias modificações no século XVII e XIX em função das diversas alterações de uso pelos quais passou até a instalação em seu conjunto de uma das primeiras manufaturas do Brasil. Composto por casa-grande, igreja, senzala, armazéns e cais foi tombado pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na década de 1940. Em seguida foi adquirido pelo Governo do Estado para sediar o Museu de Arte Popular e as Oficinas do Unhão, pertencentes ao Museu de Arte Moderna da Bahia. Para tal o conjunto foi restaurado pela arquiteta Lina Bo Bardi e entregue em 1963 ao Museu de Arte Moderna (MAM).<sup>142</sup> A arquiteta buscou recuperar as características fundamentais do conjunto evidenciando as transformações e demais funções que desempenhou historicamente. A restauração incorporou as intervenções significativas que o conjunto sofreu ao longo do tempo respeitando ainda todos os aspectos dramáticos do ambiente: nova escada construída em madeira num sistema de encaixes dos antigos carros de boi, conservação da belíssima estrutura de madeira de lei bem como dos elevadores manuais da velha manufatura.<sup>143</sup> Alguns equipamentos e edifícios construídos no século XIX foram mantidos e restaurados; outros foram eliminados, como o alpendre da igreja construído no século XIX; e outros ainda acrescentados como a escada de madeira projetada pela arquiteta no interior da casa-grande.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> FERRAZ, Marcelo Carvalho (coord.). Lina Bo Bardi. Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, São Paulo, 1996, pp. 152-162.

<sup>143</sup> FERRAZ, Marcelo Carvalho (coord.), loc. cit.

<sup>144</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., p. 437.



**Imagem 31: Vista Solar do Unhão, Salvador, Bahia**

Fonte: <http://viverabahia.blogspot.com/2009/11/solar-do-unhao.html>. Acesso 10 mai. 2010.

**Imagem 32: Escada do Museu do Solar do Unhão, Salvador, Bahia**

Fonte: <http://arquitetandonanet.blogspot.com/2009/02/escada-do-museu-do-solar-do-unhao.html>. Acesso 10 mai. 2010.

Uma segunda maneira de intervir é por diferenciação em dissonância em relação ao existente, segundo o pensamento de Riegl e Zevi, e de acordo com a vertente da conservação integral. O ambiente, no entanto, deve aceitar esse tipo de intervenção, sem se esfacelar, que preconiza a inserção de elementos quando necessário e não como premissa. São situações delicadas, explica Kühl, que pedem análise acurada para que a intervenção respeite integralmente o documento histórico e valorize os elementos que caracterizam o conjunto. Esta pode ser, por exemplo, a situação de complexos industriais desarticulados e deteriorados inseridos em áreas degradadas, onde a inserção de uma nova arquitetura, desde que respeite a existente e não seja um “ato egocêntrico, alienado e exibicionista”, pode servir de elemento estimulador a uma desejada e necessária nova realidade. Preservando escrupulosamente o existente, ou seja, respeitando os aspectos histórico-documentais, a vertente da conservação integral não propõe a resolução de questões ligadas à reintegração da imagem tais como à remoção de adições ou o tratamento de lacunas. Nesta forma de trabalhar o novo e o existente são pensados como situações distintas e a obra, por sua vez, é pensada para se comportar “como o somatório das intervenções, admitindo descontinuidades”. A autora menciona o caso da sede para o Serviço Social do Comércio (SESC) localizada no bairro da Pompéia (1977-1986), São Paulo, onde a arquitetura contemporânea se comporta como um novo estrato que

não destrói e respeita os elementos caracterizadores da composição preexistente mesmo se a ênfase está no projeto do novo e não na preservação em si.<sup>145</sup>

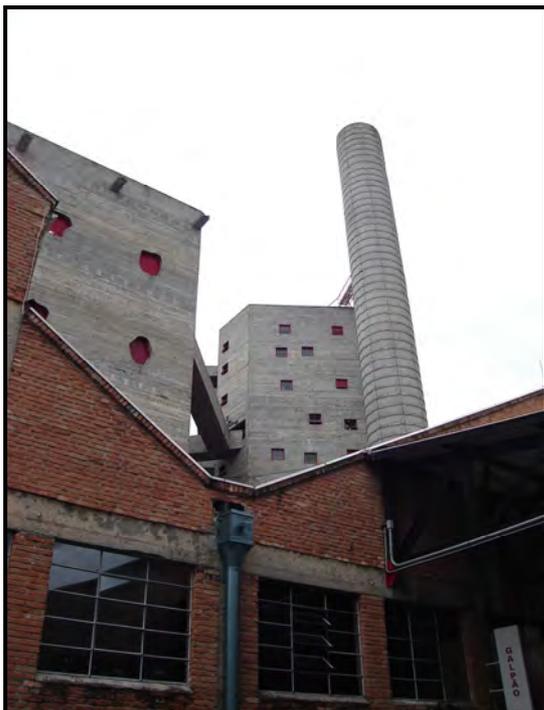
Mesmo não sendo um conjunto tombado, ou seja, reconhecido como patrimônio por uma legislação na época de sua construção, o complexo idealizado pela arquiteta Lina Bo Bardi para o SESC da Vila Pompéia tornou-se uma referência em se tratando de preservação de espaço fabril. O conjunto reutilizado foi construído por volta dos anos 1930 e pertenceu à antiga Fábrica de Tambores Mauser, de propriedade de alemães. Com a Segunda Guerra Mundial, a fábrica foi fechada. Posteriormente mudou de proprietário e passou a abrigar a linha de montagem das geladeiras Gelomatic (IBESA). Em 1968, foi comprada pelo SESC que então pensava em construir um grande edifício no local. Entretanto, após a compra, a instituição logo se instalou nos prédios apesar das condições precárias que se encontravam, com a presença de entulhos e instalações deficitárias. Em 1976, foi encomendado à arquiteta Lina Bo Bardi o projeto para a transformação da área num centro de lazer. A idéia inicial de demolir os antigos edifícios industriais deu lugar às idéias de Lina Bo Bardi e Renato Requixa, então diretor do Departamento Regional do SESC - São Paulo, de restaurar a área propondo um novo uso aos galpões industriais, sendo destinados ao lazer cultural.<sup>146</sup> Para definir esse trabalho, inaugurado em 1982, a própria arquiteta preferiu usar a palavra “arqueologia industrial” a “reciclagem” que julgou imprecisa, de acordo com matéria publicada no *Jornal da Tarde* em fevereiro de 1981.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, pp. 165-167.

<sup>146</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., 2008, pp.437- 438.

<sup>147</sup> RECEITA para transformar uma fábrica em um centro de lazer. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 3 fev. 1981 apud CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., 2008, p.438.



**Imagens 33 e 34: SESC Pompéia, São Paulo**  
Fotos da autora. Jan. 2009

Na intervenção de L. Bo Bardi pode-se distinguir a construção industrial original e as novas adições propostas pela arquiteta, pelo uso diferenciado de materiais e formas. Além da reutilização dos galpões industriais, foram construídos dois novos edifícios interligados por quatro passarelas para abrigar um centro esportivo, piscina, vestiário e lanchonete. Também foi erguido um grande reservatório cilíndrico d'água, feito de concreto usando formas deslizantes levemente cônicas, com 75 metros de altura, que faz lembrar a antiga chaminé industrial, demolida antes da intervenção.<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> CAMPAGNOL, Gabriela, op. cit., 2008, p. 439.



**Imagens 35 e 36: Centro Cultural KKKK, Registro, São Paulo**

Fonte: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq066/arq066\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq066/arq066_00.asp). Acesso 02 mar. 2009.

Fonte: <http://camiloaparecido.blog.terra.com.br/category/colonizacao-japonesa/>. Acesso 15 abr. 2010

Outro caso que podemos mencionar dentro dessa vertente é o do Centro de Educação e Cultura KKKK, assim chamado devido ao nome da Companhia Ultramarina de Desenvolvimento Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha. Localizado na cidade de Registro, interior do Estado de São Paulo, o Centro KKKK, projeto dos arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz (1996-2001), foi inaugurado em 2002. O conjunto, que data de 1924, constitui testemunho expressivo da colonização japonesa na região. De fato a instalação das famílias nesta região foi resultado de uma ação planejada de povoamento ligada à produção agrícola, especialmente ao cultivo de arroz. Com o fechamento da empresa em 1937 inicia-se então um ciclo de estagnação e abandono que levou o conjunto a um processo de deterioração interrompido somente após a redescoberta do conjunto pelos arquitetos que iniciam uma campanha de mobilização da população e ativação do poder público para viabilizar a recuperação dos edifícios. Em 1987, o conjunto foi reconhecido como patrimônio cultural do Estado de São Paulo e então tombado pelo Condephaat. Dez anos depois, a restauração do prédio foi iniciada. Os antigos galpões cedem espaço a um novo prédio, que prevê um complexo que servirá como referência cultural agregando o Museu da Imigração Japonesa e um anfiteatro com capacidade para 250 pessoas.<sup>149</sup>

<sup>149</sup> KKKK - Marco da colonização Japonesa em Registro. Disponível em <http://www.registro.sp.gov.br/kkkk.asp>. Acesso em: 02 mar. 2009.

Segundo Marta Bogéa e Eneida de Almeida a intervenção, no entanto não se limita ao ato de projetar, mas busca uma interdisciplinaridade pela integração com profissionais de diversas áreas extrapolando, portanto o campo estrito da arquitetura para a realização de um trabalho de alcance político e social que mira a articulação entre as demandas das comunidades – os futuros usuários – e as ações da administração pública. De fato o programa de uso foi elaborado em conjunto com a Prefeitura Municipal de Registro e com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, através da Fundação para o Desenvolvimento do Ensino (FDE). Reúne um centro de formação de professores da rede estadual de ensino, um centro de convivência dos habitantes e o Memorial da Imigração Japonesa do Vale do Ribeira.<sup>150</sup>

O conjunto é constituído por quatro corpos iguais enfileirados, antes destinados ao armazenamento, e um edifício mais alto, já usina de beneficiamento do arroz e local das máquinas, de três pavimentos, separado dos primeiros. Apesar de configurar uma tipologia diferente, o edifício de beneficiamento mantém uniformidade de composição com o conjunto. O volume externo dos edifícios é marcado pela contigüidade dos telhados de duas águas agrupados dois a dois (rompida pela inversão da direção do caimento das águas do último bloco) e pela composição das fachadas de alvenaria estrutural de tijolos maciços, deixados à vista, em que se destaca a modulação das arcadas cegas escalonadas e escavadas na superfície. Internamente é visível a estrutura metálica constituída de vigas e pilares. A ligação dos galpões entre si e com o edifício de beneficiamento fazia-se por um extenso alpendre que corria desde o primeiro galpão, até a entrada do prédio mais alto. Uma nova cobertura reconfigura a comunicação entre os blocos, na medida em que se interliga à marquise que se desenvolve em toda a extensão dos galpões enfileirados, como redesenho dos antigos alpendres. Ligação mantida, assegurada por uma nova materialidade.<sup>151</sup>

A intervenção deteve-se, portanto, segundo as autoras, no reconhecimento da expressão arquitetônica do conjunto dos quatro edifícios contíguos e na separação

---

<sup>150</sup> ALMEIDA, Eneida de; BOGÉA, Marta, op. cit

<sup>151</sup> Idem.

destes em relação ao corpo mais alto, onde se instalou o Memorial. O Memorial localiza-se no antigo edifício de beneficiamento de arroz que assume este uso a partir de um movimento de apoio que foi se afirmando pouco a pouco, por parte da população residente, ao longo do processo de recuperação das construções. Um bloco de menor dimensão, que se interpunha entre esses dois grupos de edificações, foi demolido para dar lugar à marquise de concreto que recupera o valor do vazio existente antes da construção daquele corpo extemporâneo. Os elementos novos têm a marca da contemporaneidade.<sup>152</sup>

Existe ainda uma última vertente chamada de “hipermanutenção” que trabalha através de assonâncias, ou seja, analogia de formas e materiais. Esta vertente propõe o tratamento da obra mediante manutenções ou integrações, ordinárias e extraordinárias, retomando formas e técnicas do passado.<sup>153</sup>

Traçando um paralelo entre as três vertentes, a autora afirma que a vertente crítico-conservativa e a vertente da conservação integral preconizam e valorizam a diversidade, respeitando os três conceitos abordados por Baldini que são a concepção da obra, a passagem do tempo e a ação humana. Por outro lado na vertente que adota a hipermanutenção como forma de intervenção existe uma postura de trabalho por analogia que se vale das formas semelhantes na busca pela unidade da obra.<sup>154</sup>

No entanto, vale lembrar, conforme explica Kühl, que “quando se trata de preservação, freqüentemente se trabalha com termos que se contrapõem: preservação e inovação; novo e antigo; os objetivos da preservação e aqueles do projeto; preservação e desenvolvimento”.<sup>155</sup> A inserção de novos elementos, considerando o âmbito da preservação como ação cultural, deveria ser fundamentada na análise aprofundada do conjunto e no respeito por ele. A prática da restauração deve ser:

---

<sup>152</sup> Idem.

<sup>153</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar, op. cit., 2008, p. 167.

<sup>154</sup> Idem. *O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração*. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material / Universidade de São Paulo, Museu Paulista. São Paulo: O Museu, 1922-1987; Nova série vol.1 (1993), p.317. Apud PAULETO, Ludmilla Sandim Tidei de Lima, op. cit., p. 222.

<sup>155</sup> Idem, op. cit., 2008, p. 168.

(...) um exercício de arquitetura contemporânea para valorizar os edifícios históricos e o conjunto de que fazem parte, que precisam ser escrutinados e compreendidos em sua essência, através de estudos multidisciplinares acurados e da aproximação por intermédio de uma visão histórica.<sup>156</sup>

Quando for legítima e necessária a intervenção, esta deve manifestar-se respeitando e valorizando o preexistente, procurando uma relação positiva e construtiva entre o novo e o antigo. O projeto deve inserir uma nova estratificação que se comporte como adição, mas sem destruir o edifício, ou o conjunto urbano, dos pontos de vista físico, figurativo, documental, memorial e simbólico. Considerando estes pontos, poderia haver alterações com intuito inovador, desde que esta vontade inovadora não condicione a aproximação crítica ao edifício, oferecendo renovada configuração ao conjunto para que possa adquirir inclusive consistência.<sup>157</sup>

É necessário ainda entender, finaliza Kühl, que estes conjuntos estão articulados com uma realidade complexa, não somente sob o ponto de vista arquitetônico e cultural, que ela trata em seu texto, mas também de acordo com as questões econômicas, políticas e sociais. A preservação deve estar vinculada à realidade, mas as questões utilitárias não podem ser as únicas a prevalecerem nas decisões projetuais:

É essencial que todo o processo seja embasado em rigorosa metodologia, que se façam conscienciosos estudos, e que o processo de aquisição e análise dos conhecimentos funcione de modo articulado com o projeto, para que se façam propostas pertinentes, que sejam fundamentadas, justificáveis e justificadas. Pois se trata sempre de intervenções em documentos únicos e não reproduzíveis.<sup>158</sup>

A intervenção deve então ser subordinada a um projeto crível, de modo a não criar um volume vazio à procura de uma utilização e nem tão pouco dispersar

---

<sup>156</sup> Ibid., p. 169.

<sup>157</sup> Ibid., pp. 170-175.

<sup>158</sup> Ibid., p. 171.

financiamentos que poderiam ser usados em projetos consistentes. O restauro é projeto e, portanto uma ação voltada ao uso dos espaços, neste caso, o reuso que torna o edifício vivo pelas atividades que ali serão desenvolvidas. E o testemunho material da civilização pressupõe exatamente a existência dessas atividades nas quais a modernidade está inscrita,<sup>159</sup> tais como, e entre outras, as econômicas e sociais que serão abordadas a seguir no capítulo três.

---

<sup>159</sup> CECCHI, Roberto (org.), op. cit., pp. 89, 145, 156, 157. Tradução nossa.

## **CAPÍTULO 3**

### **OS VALORES CONTEMPORÂNEOS DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

“A inter-relação entre teoria da restauração e práticas de intervenção com a realidade socioeconômica e política em que essas atividades são praticadas deve, de fato, ser mais bem perscrutada.”

*Beatriz Kühl*

No último capítulo dessa dissertação trataremos dos valores contemporâneos relacionados ao patrimônio industrial tendo em vista que a preservação de sua herança e de seus remanescentes está relacionada com a existência de atividades nas quais a modernidade está inscrita entre elas as econômicas e sociais. Dependente que é a arquitetura de recursos para materializar-se e manter-se, nos interessa refletir sobre a natureza destes recursos que não são meramente econômicos, mas também simbólicos, e, nesse sentido, intrinsecamente relacionados à cultura e a tradição dos lugares de existência. Apresentamos então algumas reflexões sobre o papel e a importância das relações entre valor econômico e valor cultural/simbólico na preservação e reconversão do patrimônio industrial. Para tal começaremos por definir o conceito de patrimônio histórico/cultural e de sua ampliação que inclui também as instalações e sítios industriais como bens patrimoniais. Em seguida analisaremos as questões ligadas aos valores intrínsecos dos exemplares da industrialização, o bem cultural versus o uso e a economia. Finalmente buscaremos mostrar a perspectiva da economia em relação à preservação do patrimônio discutindo o binômio valor econômico versus valor cultural.

### **3.1 A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO**

A idéia de patrimônio arquitetônico sugere uma imagem complexa, constituída por elementos que incluem os aspectos históricos, estéticos e culturais. Também traz em si a noção de valor: o valor social, o valor ambiental, entre outros de que pode revestir-se. Dentre eles, um fator determinante de seu destino é o valor econômico.

Associa-se o termo “patrimônio”, em sua origem, à herança paterna, aos bens de família, à riqueza, com forte conotação às relações econômicas. Requalificado por diversos adjetivos ao longo do tempo, como patrimônio genético, patrimônio natural, patrimônio histórico, a expressão “patrimônio cultural” designa em bem herdado por um grupo social. Françoise Choay afirma que patrimônio histórico é uma expressão que:

(...) designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.<sup>160</sup>

Em 1985, no México, a Conferência Mundial do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, sobre políticas culturais estabelece que:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábio, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura e as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.<sup>161</sup>

Durante esta conferência o ICOMOS afirmou que a cultura constitui dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. A Declaração do México sugere que o desenvolvimento equilibrado só pode ser atingido mediante a integração dos fatores culturais, nas dimensões histórica, social e cultural de cada sociedade, reafirmando a importância do patrimônio cultural de um povo, que compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, bem como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida, obras materiais e imateriais que expressam a criatividade desse povo.<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., p.11.

<sup>161</sup> Declaração do México, ICOMOS, 1985 apud PASSARELLI, Silvia Helena Facciola. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, p. 52.

<sup>162</sup> PASSARELLI, Silvia Helena Facciola. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, p. 54.

Em 1986, ainda o ICOMOS, em Washington, aprovou a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, explicitando que a preservação deve se pautar pelo caráter histórico e pelo conjunto de elementos materiais e imateriais que expressam sua imagem, como a forma urbana definida pelo traçado e parcelamento do solo, pelas relações entre espaços construídos e espaços abertos, pela forma e o aspecto das edificações que estão definidas por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração, pelas relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem e pelas diversas vocações da cidade adquiridas ao longo de sua história.<sup>163</sup>

Mas o culto ao monumento histórico, segundo Françoise Choay, acontece “com o advento de uma administração assumida pelo Estado, cujo modelo jurídico, administrativo e técnico foi oferecido à Europa pela França” e que ganhou maior expansão a partir da década de 1960. Portanto as discussões em torno da preservação da herança e de remanescentes da atividade industrial envolvem, um período recente, de cinco décadas aproximadamente. Apesar de relativamente nova, são correlatas ao período que Choay denomina de “culto ao patrimônio”, a partir de 1960.<sup>164</sup> Ou seja, tais discussões caminharam conjuntamente em torno do próprio patrimônio cultural.

A criação, na França, nesse período, de um ministério para assuntos culturais - o Ministério “da Cultura” - se torna modelo para os demais países europeus e além mares. A contribuição à expansão desse culto por sua vez se deu por vários fatores. Dentre as razões que contribuíram para a ampliação do conceito, que incluiria as instalações e sítios industriais também como bens patrimoniais, aponta-se para uma nova concepção da história, que passa a valorizar os feitos “menores” da humanidade, como a vida cotidiana e a cultura material. Nas palavras de Françoise Choay:

(...) os produtos técnicos da indústria adquiriram os mesmos privilégios e direitos à conservação que as obras de arte arquitetônicas e as laboriosas realizações da produção

---

<sup>163</sup> Ibid., p. 55.

<sup>164</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., p.207.

industrial (...) um mundo de edifícios modestos, nem memoriais, nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por disciplinas novas como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas, a arqueologia medieval, foram integrados ao corpus patrimonial. Contudo, o aporte mais considerável de novos tipos se deve a transposição do muro da industrialização e à anexação, pela prática conservatória, de edifícios da segunda metade do século XIX e do século XX, que se apóiam em técnicas de construção novas: imóveis para habitação, grandes lojas, bancos, obras de arte, e também usinas, entrepostos, hangares, refugos do progresso técnico ou das mudanças estruturais da economia, grandes conchas vazias que a maré industrial abandonou na periferia das cidades e mesmo em seu centro.<sup>165</sup>

As alterações significativas que a noção de patrimônio têm sofrido, segundo Ferreira, devem-se a ampliação do campo semântico da palavra cultura, uma vez que progressivamente vão se integrando à sua realidade o que a ela responde e corresponde: recentes ou remotas áreas de conhecimento, novas ou negligenciadas formas de experiência e de atividades, vestígios das mais antigas práticas rituais e artesanais, ou resultados das mais modernas conquistas tecnológicas, ou seja, o patrimônio industrial, ampliando conseqüentemente a área do que deve ser conservado, preservado, exposto e difundido como exemplo do que o homem tem feito ao longo dos séculos.<sup>166</sup>

As cartas internacionais sobre patrimônio apontam também para uma nova maneira de ver e pensar o patrimônio cultural na qual são valorizados, além dos monumentos artísticos e de caráter excepcional na paisagem, os espaços produzidos coletivamente, as ambiências urbanas que fazem parte das vivências comunitárias e cotidianas. Este ponto de vista já era defendido por autores como os italianos Giulio Carlo Argan<sup>167</sup> e Aldo Rossi<sup>168</sup> que conceituam a cidade como um espaço de criação coletiva, carregado de símbolos que remetem à memória e identidade de seus habitantes e, portanto, possuem valor cultural e valor afetivo. A paisagem urbana se revela, portanto como lugar repleto de historicidade, de memórias, de referências e de vivências, que segundo Alain Bourdin, reforçam no

---

<sup>165</sup> Ibid., p.209.

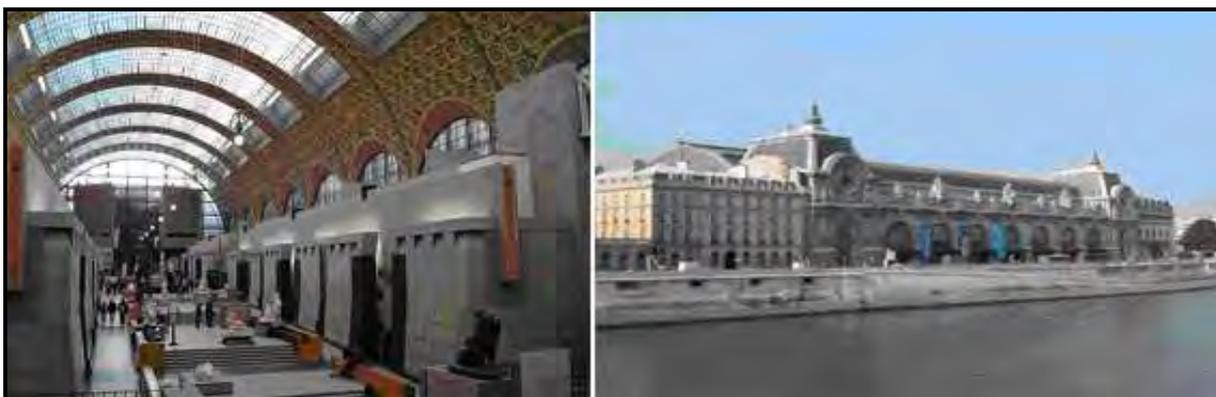
<sup>166</sup> FERREIRA, D. M. *Defesa e Valorização do Patrimônio Cultural Português*. In: Boletim da Secretaria do Estado da Cultura, n.5. Editora da Secretaria da Cultura, Lisboa, 1977, apud FONSECA, Filomena Pugliese, op. cit., p. 226.

<sup>167</sup> ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 243-250.

<sup>168</sup> ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

habitante o sentimento de pertencimento a um grupo social e a um território, abrindo campos de atuação na área da valorização da história local e do patrimônio cultural em sua mais ampla totalidade, e, dentro dele, o patrimônio ambiental urbano.<sup>169</sup>

Mas talvez o mais significativo fator que tenha contribuído para a ampliação do conceito de patrimônio tenha sido “o grande projeto de democratização do saber”<sup>170</sup> aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e do turismo cultural, dito de massa, onde a cultura perdeu seu caráter de realização pessoal e tornou-se uma indústria. A decolagem dessa indústria e seu endosso pelo Estado francês têm na inauguração do Museu D’Orsay, em 1987, com toda a visibilidade das coisas oficiais, e no Primeiro Salão Internacional dos Museus e Exposições, em 1988, dois pontos de referência simbólicos.



**Imagem 37: Museu d’Orsay inaugurado em 1987**

Foto interna - fonte: [www.polemikos.com/imagem5/museu%20dorsay%2001.jpg](http://www.polemikos.com/imagem5/museu%20dorsay%2001.jpg). Acesso 07 dez. 2009.

Foto externa - fonte: [http://balaperdida.zip.net/images/musee\\_dorsay\\_paris2.jpg](http://balaperdida.zip.net/images/musee_dorsay_paris2.jpg). Acesso 07 dez. 2009.

Os monumentos e o patrimônio histórico adquirem então uma dupla função: proporcionar saber e prazer ao alcance de todos, e ao mesmo tempo ser “produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”. E aqui estamos diante de uma “metamorfose de seu valor de uso em valor econômico que ocorre graças à engenharia cultural”.<sup>171</sup> F. Choay chama a atenção sobre a natureza

<sup>169</sup> BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.121.

<sup>170</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., p. 210.

<sup>171</sup> Ibid, p.211.

diferente de um valor induzido pelo desenvolvimento da indústria cultural: o valor econômico do patrimônio histórico.<sup>172</sup>

### 3.2 A QUESTÃO DO VALOR: O BEM CULTURAL, O USO E A ECONOMIA

Para que a prática da preservação se tornasse um tema de interesse público foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda de monumentos que acalorasse o sentimento de “culto a nação”, ou seja, de valorização do próprio patrimônio. O termo valorização, no entanto, segundo a autora, não deve dissimular que ainda hoje, apesar das legislações de proteção, “a destruição continua pelo mundo, a pretexto de modernização e também restauração, ou à força de pressões políticas, quase sempre irresistíveis.” A ambigüidade desse termo e da noção de patrimônio nos leva a práticas projetuais, apoiadas pela indústria patrimonial e pela evolução da economia urbana, muitas vezes conflitantes. A autora chama a atenção, dentre os mais variados processos destinados a valorização e eventual transformação dos edifícios em produto econômico, para alguns dos procedimentos que mais freqüentemente incidem sobre os edifícios e sobre a forma como o público os vê. Comenta sobre a ilusão de se acreditar que todos os “princípios, regras e preceitos da conservação e restauração, devidamente argumentados e refinados nos últimos cem anos, não estarem plenamente estabelecidos e fora de questionamento” e sobre a valorização corrente de “reconstituições “históricas” ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis”. Ela lembra os procedimentos de *mise-en-scène* criados com os “chamados “espetáculos de som e luz” que atuam sobre a percepção do espectador ou de animação cultural onde o edifício associa-se a uma série de eventos, da ópera ao desfile de moda, e em decorrência desta “estranha relação antagônica”, o patrimônio pode “ser engrandecido, depreciado ou reduzido a nada”. Faz reflexões sobre o chamado processo de modernização que assim como no de animação cultural “põe em jogo o mesmo desvio de atenção e a mesma transferência de valores pela inserção do

---

<sup>172</sup> Ibid., p.239.

presente no passado, mas sobre a forma de um objeto construído, e não de um espetáculo” e sobre a conversão em dinheiro com a locação ou utilização do edifício como suporte publicitário. Por fim comenta sobre a questão do acesso determinado pelo “número de visitantes, à renda dos ingressos e do consumo complementar”.<sup>173</sup>

No entanto a questão da valorização nos “remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer”. E esse ambíguo conceito de valor contém também a noção de mais-valia, por exemplo, “de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar”.<sup>174</sup> A indústria patrimonial representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações significando para muitas delas sua sobrevivência e futuro econômico.<sup>175</sup>

Sobre o conceito de valor Ulpiano Meneses, ao conceituar patrimônio cultural, afirma que este é constituído não pelas coisas materiais ou imateriais em si, mas pelos valores que são atribuídos a estas coisas. Discutir, portanto qualquer assunto neste campo é defrontar-se, desde o início, com a problemática do valor.<sup>176</sup>

Também sobre valor o arquiteto Roberto Cecchi afirma que a problemática da tutela do patrimônio na Itália não está simplesmente ligada as questões de recursos financeiros, carência de pessoal especializado ou falta de estrutura, mas de demasiada atenção dada ao objeto em si desvinculada da preocupação com o resto. Ele afirma a necessidade de se deslocar a atenção do “monumento” em prol de uma visão de tutela onde exista o equilíbrio desses valores e perspectivas de valorização em vários níveis de gestão administrativa do território. Faz um convite, portanto a deixar de lado a idéia de que o exercício da tutela não deva passar necessariamente através de um juízo de valor, inclusive o econômico.<sup>177</sup>

O valor não é imanente aos bens, não faz parte intrínseca das coisas, mas é instituído pelos homens em sociedade. É fruto, portanto das relações dos homens

---

<sup>173</sup> Ibid., pp. 213-218.

<sup>174</sup> Ibid., p. 212.

<sup>175</sup> Ibid., pp. 225-226.

<sup>176</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A importância Econômica de um Bem Cultural e a Importância Cultural de um Bem Econômico*. In: II Seminário Internacional de História e Energia. Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000, São Paulo, p. 1.

<sup>177</sup> CECCHI, Roberto (org.), op. cit., pp. 9-11. Tradução nossa.

entre si e não das relações diretas dos homens com os objetos. Os bens materiais ou imateriais são selecionados e investidos de uma significação específica, e não fruto de critérios casuais ou arbitrários, plena de conseqüências em vários níveis e escalas. Estes sentidos e significações produzidos pelo homem variam ao longo do tempo, do espaço e das condições sociais. Enfim o conceito de valor expressa a capacidade de alguma coisa, bem material ou não material, responder a uma necessidade humana – qualquer necessidade, de qualquer tipo ou gradação inclusive as de natureza econômica - pela mediação preponderante dos sentidos, dos significados. Tais sentidos, e os valores com eles formados, permeiam todas as instâncias e momentos da vida humana, sem exceção. A antinomia valor cultural versus valor econômico não tem sentido já que valores econômicos e valores culturais somam muito mais semelhanças do que dessemelhanças.<sup>178</sup>

As atividades culturais estão inseridas no quadro da economia produzindo, via de regra, bens e atividades que podem ser tratados como mercadorias e serviços. O patrimônio cultural tem sido apontado como um dos principais fundamentos do turismo, que é tido como uma verdadeira indústria, pois gera e faz circular recursos em altíssima escala. Encontra-se aí a relevância econômica de museus (“o museu é a própria fábrica e a nova riqueza vem de lá”<sup>179</sup>), paisagens, monumentos, manchas e núcleos urbanos, edifícios, tanto quanto hábitos e costumes congelados no “típico” para o mercado turístico. No setor de patrimônio ambiental urbano, em particular no que se refere à preservação urbana e aos projetos de renovação e revitalização de áreas dotadas de valor cultural, tem havido consciência crescente das vantagens e benefícios econômicos das estratégias de conservação em luta contra a especulação imobiliária e a autofagia de nossas cidades, principalmente nos países em desenvolvimento.<sup>180</sup> É inconveniente vincular bens culturais a usos e funções “culturais”. A cidade será um bem cultural se tal prática puder fazer-se qualificadamente preocupando-se com as questões de infraestrutura, privilegiando os domínios do cotidiano e do trabalho, não excluindo o lazer, mas indo muito além dele. É necessário, na visão de Ulpiano, não musealizar a cidade, mas introduzir

---

<sup>178</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, op. cit., 2000, pp. 2-3, 9-11.

<sup>179</sup> CAGNARDI, Augusto. In: CECCHI, Roberto (org.), op. cit., p.68.

<sup>180</sup> MENESES. Ulpiano Toledo Bezerra de, op. cit., 2000, p.5.

valores em todos os âmbitos da vida urbana “culturalizando” a cidade, garantindo a possibilidade de transformar a vida inteira mesmo que isso implique em tensões.<sup>181</sup>

Nas últimas décadas do século XX tem-se visto um intenso processo de valorização da memória e do patrimônio cultural abrangendo também os elementos da paisagem, ou o patrimônio ambiental urbano. Este processo de valorização se reflete nas ações da gestão pública justamente de requalificação de centros urbanos deteriorados ou mesmo nas experiências de preservação de áreas urbanas contínuas como é o caso, por exemplo, de alguns bairros implantados pela Companhia *City* na cidade de São Paulo que pelo seu desenho e qualidade urbana diferenciados foram tombados.<sup>182</sup>

O aparecimento de áreas abandonadas nas cidades contemporâneas acarreta alterações econômicas num determinado espaço. Os efeitos sociais constituem apenas alguns dos efeitos possíveis sobre o tecido urbano. A aparência de degradação dos locais abandonados, seja devido ao tipo de uso ou pela falta de manutenção que sofrem os terrenos e prédios ainda existentes, produz sobre a paisagem urbana um efeito bastante depreciador e que acaba influenciando as práticas sociais, alterando os hábitos de vida dos habitantes, seus costumes e visões de mundo relacionadas a esses locais degradados. Alguns passam a ser associados ao "vandalismo, tráfico de drogas, assaltos, assassinatos". Outros efeitos sociais e econômicos tais como o aparecimento da insegurança, e em alguns casos o surgimento da violência nas áreas próximas; o aumento da taxa de desemprego e o desaparecimento de algumas atividades o que acarreta também a diminuição de receitas, são associados às áreas degradadas. Há, também, um efeito de desestimulação sobre as empresas que buscam implantar atividades em locais próximos, implicando na sub-utilização das infra-estruturas, das redes e dos equipamentos existentes, sinal da desvalorização de todo um patrimônio social.<sup>183</sup>

---

<sup>181</sup> Ibid., pp. 13-14.

<sup>182</sup> PASSARELLI, Silvia Helena Facciola, op. cit., p. 56.

<sup>183</sup> MENDONÇA, Adalton da Motta. *Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines*. 2001. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

A requalificação de áreas abandonadas, segundo o sociólogo Adalton da Motta Mendonça, possibilitaria a implantação de empreendimentos que poderiam servir como operações-piloto, implicando na manutenção das identidades do distrito, mas o que se observa é a modificação das vocações e a rápida transformação da imagem da cidade. Esclarece o autor que algumas áreas têm sua vocação alterada para favorecer empresas dos ramos de serviço e comércio, pois, para a razão econômica, certas espacialidades são desvalorizadas com a implantação de outros usos ou para atividades culturais e de lazer. Mas a recuperação ou revitalização dessas áreas poderia assumir formas diversas: novas atividades, habitações populares, equipamentos urbanos, espaços verdes etc. A requalificação de áreas abandonadas pode tanto remediar uma série de carências urbanas, como a falta de equipamentos urbanos e habitações, a ausência de vida econômica local e áreas de lazer, quanto contribuir para a preservação das identidades locais, ao mesmo tempo em que se modifica o tecido urbano.<sup>184</sup>

Mas segundo Vicente Del Rio, o modelo de requalificação que tem sido adotado nas últimas décadas é:

Integrador e abrangente, o modelo de revitalização distancia-se tanto dos projetos traumáticos de renovação quanto das atitudes exageradamente conservacionistas, mas incorpora e excede as práticas urbanísticas anteriores na busca pelo renascimento econômico, social e cultural das áreas centrais esvaziadas, decadentes e sub-utilizadas. Pressupõe-se agora um processo, onde ações conjuntas e integradas voltam-se para dar-lhes uma nova vida.<sup>185</sup>

Experiências bem sucedidas que adotaram esses princípios podem ser observadas nas propostas de requalificação das áreas centrais de Boston, Baltimore e São Francisco, nos EUA, as pioneiras; Londres e Glasgow, na Grã-Bretanha; Barcelona e Bilbao, na Espanha; Berlin e Hamburgo, na Alemanha - o movimento na

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> DEL RIO, Vicente. *Em busca do tempo perdido. O renascimento dos centros urbanos*. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/963>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

direção da revitalização das áreas centrais foi plenamente aceito como o novo modelo para o desenvolvimento urbano. No cenário brasileiro, após uma experiência ainda em pequena escala no centro histórico de Curitiba, em meados dos anos 1970, temos ações mais recentes como, por exemplo, no Rio de Janeiro, no Pelourinho em Salvador, no centro de Recife e em São Paulo.<sup>186</sup> Ações que vão de encontro à evolução da abrangência do conceito de patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico e dos instrumentos de salvaguarda expressos nas recomendações de organismos internacionais, que destacam a importância da ação local sobre a preservação, como expressou a resolução da Conferência Geral da UNESCO, realizada, em 1976, em Nairóbi:

A aplicação de uma política global de salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais e de sua ambiência deveria basear-se em princípios válidos para cada país em sua totalidade. (...) Conviria (as Estados Membros) revisar as leis relativas ao planejamento físico territorial, ao urbanismo e à política habitacional de modo a coordenar e harmonizar suas disposições com as das leis relativas à salvaguarda do patrimônio arquitetônico. Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adoção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local, para assegurar tal salvaguarda.<sup>187</sup>

Alguns desses projetos de requalificação são orientados em função de uma atividade específica: o turismo. Vale ressaltar que o conceito contemporâneo de turismo está ligado às questões sobre a urbanização e a globalização, questões que permeiam a discussão sobre o turismo e sobre as práticas voltadas à fruição do patrimônio cultural. David Harvey, em seu livro *Condição Pós Moderna*, relata o caso bem sucedido ocorrido na cidade de Baltimore, Estados Unidos, como exemplo pioneiro de adaptação urbana pós-moderna, onde a partir de um mega evento de lazer, levou-se a termo a requalificação urbana de uma região a beira mar. A realização de *Harbor Place*, em Baltimore, não estava sozinha na construção de novos espaços urbanos. Diversos exemplos se multiplicaram nos Estados Unidos e

---

<sup>186</sup> DEL RIO, Vicente, op. cit.

<sup>187</sup> RECOMENDAÇÕES de Nairóbi, UNESCO, 1976, In: Cadernos de Sociomuseologia, n.15 – 1999. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/339/248>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

também na Europa, muitos deles em função de eventos mais transitórios como os Jogos Olímpicos ou a montagem de eventos históricos. Além das intervenções físicas, o que fica claro nesses exemplos são os novos valores urbanos que permeiam a proposta: <sup>188</sup>

Dar determinada imagem a cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados. <sup>189</sup>

As adaptações espaciais, muitas vezes, se fazem presentes de maneira clara, e muitas vezes dizem respeito aos re-arranjos espaciais urbanos. Dentro desse processo, alguns setores urbanos são adaptados para fins específicos, como o já mencionado setor turístico, especialmente o turismo cultural. O turismo desempenha uma função acentuada, já que veicula valores locais e nacionais expressos no patrimônio cultural, normalmente a partir da organização de produtos turísticos em áreas requalificadas da cidade. Para tanto, os remanescentes arquitetônicos ganham funções diferenciadas das originais, visando atender as demandas contemporâneas. O turismo e a requalificação urbana são fenômenos que ganham atenção especial no atual estágio da urbanização, altamente influenciada pelas relações globalizadas. Esse processo é dinâmico, mas seus resultados, no que tange o turismo cultural, já são notórios, como por exemplo, os centros históricos que sofrem processos de requalificação, restauração, etc. numa clara tentativa de se atualizarem com as demandas globais de produção. Assim, obras de restauro de edifícios e reconversão de usos tornam-se paradigmas de novas estratégias no âmbito das administrações dos territórios urbanos, evidenciando políticas de empreedimentismo urbano. Ou seja, o que se vê é um processo iniciado nas grandes cidades, localizadas no topo da hierarquia urbana, de valorização da cultura como estratégia de gestão urbana. Este modelo tem orientado projetos de requalificação seja nas cidades globais ou mundiais que em pequenas cidades

---

<sup>188</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2008, pp. 90-94.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 92.

localizadas em regiões deslocadas dos tradicionais eixos econômicos ou turísticos.<sup>190</sup>

Como observa Pierre Bourdieu, os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. E nesse sentido, deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto; e, ao mesmo tempo, para descrever, por um lado, as diferentes maneiras de apropriação de alguns desses bens considerados, em determinado momento, obras de arte e, por outro, as condições sociais da constituição do modo de apropriação, reputado como legítimo.<sup>191</sup>

Também Michele Porcari chama atenção para o fato de que o conceito de bem cultural tem sua economia e economicidade próprias já que ao mesmo tempo em que este bem é visto, conhecido, fruído, constitui também por si só um retorno econômico a coletividade mesmo sem produzir diretamente um útil econômico. Quando se possui um bem cultural o seu valor econômico não pode ser avaliado só e exclusivamente sobre a capacidade de atrair visitantes, vender ingressos ou de fazer merchandising, mas sobre uma série de elementos econômicos induzidos tais como o crescimento cultural do território, a capacidade de estudo, a possibilidade de fazer desenvolver o inteiro território entorno a este bem e estes são os conceitos postos a base dos planos de gestão dos sítios Unesco. A economicidade aqui colocada, explica o autor, deve ser entendida como a capacidade de trazer retorno, não somente de tipo estreitamente econômico, mas cultural e de conhecimento do território, através da valorização de dois componentes. O primeiro componente é o econômico da gestão do bem e o segundo componente é aquele da política cultural que, por sua vez, tem uma forte capacidade de promover o crescimento da riqueza territorial. Seguramente, também esta é uma forma de economia, porque a riqueza da cultura é uma riqueza que serve ao território, que enriquece as possibilidades de desenvolvimento dos cidadãos ali residentes. Conclui o autor afirmando que estes

---

<sup>190</sup> ALLIS, Thiago. *Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário. Um estudo sobre ferrovias turísticas no Brasil e na Argentina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)- Universidade de São Paulo, pp.215-218.

<sup>191</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008, p.9.

temas tornam-se pontos fortes de reflexão sobre os bens culturais: a necessidade de compreender os mecanismos da gestão, individualizar os instrumentos que esclarecem como esta é realizada e as normas que a codificam, pois de outra forma o trabalho terá sido em vão.<sup>192</sup>

No entanto os objetivos e procedimentos do mercado e da cultura não são e nem podem ser os mesmos. O mercado visando à obtenção de lucros tende a instrumentalizar a cultura que, por sua vez, age segundo uma lógica de finalidade e prioridade que é a produção do sentido e da comunicação. Cálculos de investimento/retorno, custo/benefício só são legítimos, no campo da cultura, se estes termos todos forem determinados segundo hierarquia fundamentada na lógica cultural. Esta é a condição essencial para neutralizar o risco de se atrelar um empreendimento a procedimentos derivados de objetivos extraculturais e, uma vez inserido no mercado, ao invés de servir-se dele, servir a ele.<sup>193</sup>

O valor cultural não é monolítico, mas pode, em nossa sociedade, compreender múltiplas variantes: os valores cognitivos podem sugerir possibilidades de conhecimento a partir de um objeto que funciona como um suporte para esse processo; valores formais podem transferir ao objeto propriedades estéticas;<sup>194</sup> valores afetivos implicam relações subjetivas dos indivíduos no ambiente social o que envolve espaços, estruturas e objetos;<sup>195</sup> e finalmente os valores pragmáticos são aqueles percebidos como portadores de qualidades específicas.<sup>196</sup> De todos são os mais marginalizados, precisamente por serem julgados pouco ou nada “culturais”. Talvez, segundo Ulpiano Meneses, este valor de uso pragmático não seja considerado como portador de qualidades relevantes, pois “nossa sociedade é uma sociedade do desperdício, que ainda não se desfez de sua herança escravocrata, consumista e de profundos desequilíbrios sociais”.<sup>197</sup>

---

<sup>192</sup> PORCARI, Michele. In: CECCHI, Roberto (org.), op. cit., pp.178-180.

<sup>193</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, op. cit., pp.16-20.

<sup>194</sup> De acordo com Meneses estas funções dizem respeito à capacidade de certos atributos formais dos bens potencializarem determinadas percepções, em um dado contexto sócio-cultural, permitindo, assim, a construção de um universo de sentido, pp.11-12.

<sup>195</sup> Meneses prossegue ponderando que os valores afetivos dizem respeito ainda a cargas simbólicas elevadas que alimentam processos identitários ou a memória social, idem.

<sup>196</sup> Meneses observa por fim que os valores pragmáticos referem-se também ao “potencial de uso altamente qualificado ou a criação tecnológica de especial significação”, ibid.

<sup>197</sup> Ibid., pp. 11-12.

Na área do patrimônio cultural ainda domina, maciçamente, o valor cognitivo, em particular o estilístico e o factual seguido pelo valor formal, embora muitas vezes, se trate, antes, também de valoração estilística sob aparência estética. Em decorrência disso, a fruição é essencialmente visual, contemplativa postura que se estende dos monumentos aos espaços urbanos “musealizados”. Contudo estas posições estão mudando e podem ser vistas principalmente na área do patrimônio industrial onde a obsolescência é condição para um bem tecnológico transformar-se em bem cultural.<sup>198</sup>

Paralelamente ao valor artístico, Riegl coloca um valor terreno “de uso” que diz respeito às condições materiais de utilização prática dos monumentos. Valor que é inerente a todos os monumentos históricos quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. A ausência de valor de uso é o critério que distingue um monumento histórico de uma ruína. Mas o valor do uso contraria freqüentemente o valor artístico e o histórico criando conflitos que, no entanto não são insolúveis. Segundo Riegl estes dependem de compromissos, negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural em que se insere.<sup>199</sup>

A reutilização que, entre outras definições, pode consistir na ação de reintegração de um edifício em desuso a uma atividade, que não necessariamente, seja voltada a funções culturais e museológicas é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. Esta difícil e complexa operação “não deve basear-se apenas numa homologia com sua destinação original (do edifício), mas deve antes de tudo, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais.”<sup>200</sup>

Também Cesare de Michelis afirma que a valorização de um patrimônio é o seu reuso e, portanto não pode ser valorização tudo aquilo que não se confronta com o tema do reuso. Afirma que os bens culturais não podem ser conservados como os castelos escoceses, que se tornam um peso insuportável para quem os possui e que não é possível submeter uma comunidade a suportar taxas sempre

---

<sup>198</sup> Ibid., pp.14-15.

<sup>199</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., pp. 169-170.

<sup>200</sup> Ibid., p. 219.

mais altas para tutelar e conservar seu patrimônio. Esclarece ele que isto é utópico. Prossegue afirmando que com a dimensão do econômico, mesmo não agradando a alguns, temos que fazer as contas. Segundo as escalas da economia devemos mensurar os mesmos bens artísticos e culturais, que são bens, valores, como o dinheiro, as jóias, o patrimônio: não é realístico os considerar estranhos a esta avaliação. A fruição e o reuso pertencem, de qualquer maneira, a dimensão do privado; que se ocupe o Estado ou o Município, a questão não muda: sempre no mercado este bem deve estar. Este é o ponto: quem abre um museu e vende ingressos está, de qualquer forma, agindo no mercado, que seja o Estado, um Município ou um privado, e deve estar dentro da economia que regula o mercado.<sup>201</sup>

### 3.3 A PERSPECTIVA ECONÔMICA E CULTURAL

É com a expansão tipológica do patrimônio histórico que edifícios como os da segunda metade do século XIX e do século XX passam a ser reconhecidos e valorizados por novas disciplinas e assim integrados ao corpus patrimonial.<sup>202</sup> O patrimônio industrial, devido a esta expansão do campo cronológico, se torna objeto de conservação através de intervenções de reconversão o que nos coloca diante de questões ligadas ao valor afetivo da memória e do documento, mas também de questões ligadas a custos uma vez que os trabalhos de infra-estrutura exigem uma competência técnica especial, com custos às vezes tão proibitivos, que é difícil garantir que a reutilização seja rentável.<sup>203</sup> É, portanto importante ressaltar que nas intervenções de conservação e preservação de um patrimônio estão envolvidos uma série de investimentos entendidos não só de ordem financeira, mas também investimentos de tempo, de atenção, de agenciamento de pessoas, de recursos entre outros.

De acordo com Manoela Rufinoni, no entanto as especificidades compositivas dos edifícios e sítios industriais e as dificuldades para o seu reconhecimento como

---

<sup>201</sup> DE MICHELIS, Cesare. In: CECCHI, Roberto (org.), op. cit., pp. 142-147.

<sup>202</sup> CHOAY, Françoise, op. cit., p. 209.

<sup>203</sup> Ibid., pp. 219-221.

patrimônio cultural são os principais motivos que dificultam um tratamento adequado nos projetos de readaptação para novos usos. A prioridade ao atuar em áreas industriais desativadas é, geralmente, de ordem funcional. Busca-se verificar qual o potencial que os edifícios possuem para abrigar novos usos ou quais as possibilidades para nova ocupação dessas áreas após a demolição passando para segundo plano, quando às vezes nem mesmo chega a ser cogitada, a verificação de suas possíveis qualidades históricas e estéticas. Esse tipo de abordagem se fortalece ainda mais quando consideramos a escala urbana desse patrimônio. O fato de muitos sítios industriais ocuparem extensas áreas, por um lado dificulta a apreensão de suas especificidades de conjunto, e, por outro lado, aguça ainda mais o interesse na implementação de novas construções.<sup>204</sup>

A questão da preservação do patrimônio industrial, nesses casos, adquire sem dúvidas, uma dimensão urbana e deve, portanto, ser tratada nos moldes da conservação integrada, conforme as recomendações de Amsterdã. O tratamento de áreas extensas, geralmente desativadas e degradadas, necessariamente precisa ser pensado a partir de uma escala mais ampla, considerando a articulação de diversos fatores envolvidos na dinâmica urbana em jogo e buscando o diálogo entre as diretrizes de planejamento urbano e as exigências do restauro. É uma situação, portanto, que nos remete às discussões em torno da preservação de áreas urbanas: a necessidade de pensar a inserção de novos elementos em sintonia com o preexistente, de propor novos usos condizentes com a escala e a dinâmica urbana local, bem como a oportunidade de integrar projetos pontuais a projetos de maior abrangência reinserindo com cuidado as áreas restauradas em uma nova realidade.<sup>205</sup>

Rufinoni menciona que essa abordagem foi proposta pela arquiteta e professora italiana Anna Rosa Genovese quando buscou inserir a questão do patrimônio industrial no contexto das discussões sobre a preservação do patrimônio cultural em geral. Genovese buscou evidenciar que a preservação desse patrimônio deve considerar com cuidado o equilíbrio entre valor cultural e valor econômico (ou desenvolvimento urbano), e que as diretrizes para a condução desse equilíbrio,

---

<sup>204</sup> RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, p. 179.

<sup>205</sup> Ibid., pp.179-180

como se trata de áreas caracterizadas como bens culturais, devem necessariamente ser guiadas pela teoria do restauro e pelos documentos internacionais. Do mesmo modo, ressalta ainda a necessidade de estudos aprofundados para desvendar as especificidades desse patrimônio como recurso imprescindível para uma fundamentação criteriosa das escolhas a serem tomadas, sobretudo relacionadas à seleção de quais artefatos industriais deverão ser preservados.<sup>206</sup>

Também Randall Mason discorre em seu artigo sobre os dois distintos modos de pensar a questão do patrimônio na sociedade contemporânea que ele nominou de discurso econômico e discurso de conservação. Ambos são conceitos complexos, que têm uma longa história, e distintamente diferentes. O discurso da conservação utiliza as narrativas históricas, os juízos de conhecimento, as ciência dos materiais e as mídias visuais no sentido de fazer valer seus argumentos. O discurso econômico baseia-se na matemática e nas expressões quantitativas. O discurso da conservação toma como um dado adquirido os benefícios da conservação do patrimônio; o discurso econômico questiona os benefícios da conservação do patrimônio com ceticismo, incumbindo o mercado do julgamento das formas mais eficientes para tomar decisões e alocar recursos.<sup>207</sup>

Enfatizando o que já foi dito anteriormente um lugar pode ter valor de patrimônio devido à sua idade, ou por estar associado a um evento histórico ou a uma pessoa; pode ter valor simbólico ou cultural decorrentes de sua importância na identidade cultural de um grupo; pode ter valor estético se for considerado belo, sublime, ou artístico. Embora distintos tipos de valor possam ser identificados, estes podem estar também sobrepostos e interligados. Mas o patrimônio tem outros valores, mais contemporâneos, que incluem os valores econômicos, os valores sociais, e os valores ambientais. Estes valores são preocupações legítimas seja no discurso da conservação que no discurso econômico, e modelam fortemente as atitudes e decisões públicas. No entanto, tradicionalmente, têm sido deixados de

---

<sup>206</sup> GENOVESE, Rosa Anna. *Presentazione*. Restauro, anno XIV, n.82,1985, p.6 apud RUFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, p. 180.

<sup>207</sup> MASON, Randall. *Be Interested and Beware: Joining Economic Valuation and Heritage Conservation*. International Journal of Heritage Studies, Inglaterra, v.14, no.4, pp. 303-304, Jul. 2008. Tradução nossa.

lado na conservação por parecem independentes do significado de lugar como “patrimônio”.<sup>208</sup>

As narrativas sobre valor cultural e a impossibilidade de estimá-lo, de quantificá-lo economicamente, cria problemas entre economia e conservação principalmente no tocante a adoção de métodos acadêmicos. Porque “o preço inestimável” é anátema no tradicional discurso do patrimônio, enquanto a economia, a avaliação quantitativa e a justificativa financeira são consideradas secundárias no cultivo da memória histórica, na reparação de tecidos urbanos, e na salvaguarda da cultura, em nome das gerações futuras. Segundo Mason, intelectualmente, esta distinção tem o interesse em manter a hegemonia da disciplina de conservação sobre as demais e é uma postura não mais defensável embora permaneça duradoura no campo da conservação.<sup>209</sup>

Por sua vez a conservação do patrimônio é uma preocupação marginal na maior parte dos discursos empresariais e de crescimento econômico. A conservação raramente aparece como uma parte significativa das economias regionais ou nacionais, embora se saiba dos feitos do crescimento do patrimônio em setores como o turismo o que sugere a importância crescente da conservação como um fenômeno econômico. Para o relativamente pequeno quadro de economistas que estudam as atividades culturais como fenômenos econômicos (“cultural economists”), no entanto, o patrimônio apresenta-se como um caso interessante. A conservação do patrimônio levanta questões de deficiência do mercado, de público e da boa disposição a medição de desafios colocados noutros locais do setor cultural (museus, artes plásticas e cênicas), e se relaciona bem com os conceitos e análises que os economistas ambientais têm criado para lidar com a conservação ambiental. Adotando a perspectiva do campo da conservação do patrimônio aparecem argumentos a favor e contra a conservação engajados nos discursos econômicos.<sup>210</sup>

Motivos e valores econômicos estão entre as razões pelas quais as sociedades estão dispostas a realizar a conservação de seu patrimônio e os valores culturais do patrimônio são a chave para essa conservação, mas não são, para

---

<sup>208</sup> Ibid., p. 305.

<sup>209</sup> Ibid., p. 308.

<sup>210</sup> Ibid., p.308.

todos, os valores mais importantes. Não se trata, no entanto de decidir qual valor, o econômico ou o cultural, é mais importante já que ambos estão intimamente ligados. O desenvolvimento do turismo, por exemplo, promove os valores culturais, e nesse processo também os converte em valores econômicos. Os proprietários de casas históricas estão interessados na manutenção do valor econômico dos seus investimentos, assim como do valor estético, cultural ou de outros valores pessoais que são incorporados ao patrimônio. Assim se dá com as *villas* italianas onde os investimentos financeiros são, com muita freqüência, insuficientes e tem sido necessário repensar sua destinação de uso dentro de um contexto de reuso sustentável. Um reuso que deve necessariamente ser adequado ao valor das *villas* mas deve também consentir uma perspectiva econômica em grau de fornecer os recursos necessários a sua conservação e tutela futuras.<sup>211</sup>

Ainda, o apoio político e o apoio financeiro caminham lado a lado. Entre os problemas de ordem prática enfrentados na conservação está a questão de como construir o apoio político e, portanto, apoio financeiro para a conservação.<sup>212</sup> Sobre o ponto de vista econômico é necessário fazer um esforço e encontrar soluções de financiamento alternativas aquela pública porque evidentemente os fundos públicos não são mais suficientes para valorizar o imenso patrimônio cultural de certos países, como no caso a Itália. Para tal a análise da relação custo-benefício, por exemplo, que trata diretamente desse problema, deve incentivar outros investidores em um sistema que os coloque em condições de rever os investimentos feitos. Se os bens culturais não têm suficiente *appeal* político para serem colocados entre os destinatários de financiamentos públicos importantes, é necessário encontrar outros caminhos.<sup>213</sup>

As questões econômicas devem ser consideradas seriamente se um processo de conservação pretende ser crível à grande parte da sociedade. Segundo Mason:

---

<sup>211</sup> QUALARSA, Nadia. In: CECCHI, Roberto (org.), op. cit., p. 244.

<sup>212</sup> MASON, Randall, op. cit., p. 309.

<sup>213</sup> BETTI, Stefano. In: CECCHI, Roberto (org.), op. cit., p. 270.

(...) não podemos agir sobre a crença e a fé na importância do patrimônio cultural para o bem estar social com base em valores culturais não quantificáveis embora estes sentimentos sejam naturalmente importantes na história social e intelectual da conservação e constituam um trunfo importante no discurso político. Precisamos também tomar decisões rigorosas e transparentes que considerem os muitos usos que a sociedade faz do patrimônio incluindo aqueles econômicos e empresariais.<sup>214</sup>

As sociedades contemporâneas centradas no mercado põem ainda na mesma balança os valores econômicos e culturais. Este comportamento levanta legítimos receios entre os defensores da conservação. O discurso econômico ameaça o discurso filosófico e ético, que são bases primárias da conservação. O pensamento econômico é um poderoso caminho para examinar as relações entre conservação e a sociedade mais ampla, e se for colocado do mesmo modo que o pensamento empresarial, muitas vezes considerado um inimigo da conservação, perde-se uma ferramenta importante de investigação. A conservação tem importantes dimensões econômicas e produz benefícios econômicos tanto para o setor privado como para o setor público em geral. Projetos de preservação podem ser rentáveis e as políticas de preservação orçamentárias podem ser sólidas. No entanto, os custos e benefícios econômicos da conservação do patrimônio são demasiadamente pontuais para se generalizar e extrapolar.<sup>215</sup>

Mason conclui afirmando que mais atenção deveria ser dada a questão da conservação versus outros tipos de investimentos, pois quando os parâmetros ambientais e culturais entram na relação custo-benefício eles podem modificar o cálculo.<sup>216</sup> A incorporação de valores econômicos à conservação chama mais interessados e produz decisões mais sustentáveis sobre a conservação do patrimônio: “a conservação, antes de tudo, é uma empresa pública com o objetivo de proteger valores que devem ser vistos por muitos e não por poucos”. Desenvolver o discurso econômico no patrimônio poderia fazer a diferença entre a prática de um tipo de conservação tradicional e um tipo de conservação vista como uma política engajada no planejamento e no desenvolvimento das cidades. A disciplina de conservação do patrimônio não deverá retirar-se da lógica do mercado, da economia

---

<sup>214</sup> MASON, Randall, loc. cit.

<sup>215</sup> Ibid., p. 311.

<sup>216</sup> Ibid., p. 314.

política, ou da precisão, ilusória e persuasiva, dos métodos de avaliação econômica. A economia ilumina mais do que os valores de mercado e devemos usá-la, sugere o autor, como outra ferramenta para tomar boas decisões sobre a conservação e compreender o papel da herança na sociedade contemporânea.<sup>217</sup>

As questões econômicas envolvidas nas intervenções sobre o patrimônio urbano certamente possuem grande influência e não podem ser negligenciadas, mas vale lembrar, como bem enfatiza Ruffinoni, que estas, e também as questões políticas, dentro de certos limites, não devem assumir o equivocado posto de objetivo do restauro. Estas são questões que devem ser abordadas como mais um dado de projeto a ser considerado na condução do restauro que, por sua vez, deve ser pautado pelas prioridades da esfera cultural. A pressão de prioridades econômicas ou políticas não deveria tomar a dianteira na condução dos projetos ligados ao patrimônio em geral e especificadamente ao industrial muitas vezes visto como ‘áreas desocupadas’ ou seja, uma importante reserva de terreno livre.<sup>218</sup>

O retorno econômico deveria ser encarado como uma consequência natural de uma intervenção bem sucedida que conta com conhecimentos construídos em décadas de discussões teóricas e experiências práticas, com a participação interdisciplinar (arquitetos, restauradores, urbanistas, historiadores, sociólogos...) no desenvolvimento de projetos criteriosos de restauro que garantissem a valorização e preservação de estruturas históricas e vislumbassem melhorias para as áreas envolvidas gerando, conseqüentemente, retornos financeiros. Mas o que se nota é que os conceitos adquiridos no campo da preservação e do restauro não estão suficientemente integrados à nossa “cultura de projeto”, pois não têm sido devidamente contempladas na elaboração de projetos de intervenção no patrimônio num grande distanciamento entre a teoria e a prática. Na balança dos interesses econômicos, políticos e especulativos, proliferam as intervenções de cunho midiático – os projetos “espetáculo”, ou a “internacionalização” das cidades a partir da promoção de projetos arquitetônicos estratégicos elaborados por arquitetos de renome. O problema, mais uma vez, não está na inserção do novo no velho, mas no

---

<sup>217</sup> Ibid., p. 315.

<sup>218</sup> RUFFINONI, Manoela Rossinetti, op. cit., 2009, pp. 295-297.

fato do distanciamento dessas intervenções do campo do restauro e a aproximação na suposta autonomia da arquitetura do novo.<sup>219</sup>

---

<sup>219</sup> *Ibid.*, p. 298.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consistiu num esforço de reflexão acerca de valores contemporâneos que interferem na reutilização dos exemplares do patrimônio industrial e nos projetos de reabilitação de áreas e edificações pertencentes a esse conjunto. Portanto esta dissertação se propõe a contribuir para trazer à tona a idéia de que contemporaneamente os valores culturais e econômicos mesclam-se de maneira indistinguível quando abordamos as questões ligadas à preservação do patrimônio. Procuramos no decorrer do trabalho mostrar que o binômio valor cultural-valor econômico é merecedor de atenção e de melhor reconhecimento como categoria útil de análise (mas não a única categoria) nos estudos sobre reutilização do patrimônio industrial. Afinal, se Bourdieu afirma que existem consumidores interessados em bens culturais, Battisti esclarece que esses bens, em particular modo se referindo ao patrimônio industrial, são socialmente desejáveis.

Com esse objetivo entendemos que o texto de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2000), *A importância Econômica de um Bem Cultural e a Importância Cultural de um Bem Econômico* é muito pertinente à discussão que queríamos promover sobre os valores contemporâneos relacionados à preservação do patrimônio inclusive os valores pragmáticos - de todos os mais marginalizados, precisamente por ser julgados pouco ou nada "culturais". Discursando sobre os valores econômicos e os valores culturais, Ulpiano lembra que no setor de patrimônio ambiental urbano, em particular no que se refere à preservação urbana e aos projetos de renovação e revitalização de áreas dotadas de valor cultural, tem havido consciência crescente das vantagens e benefícios econômicos das estratégias de conservação em luta contra a especulação imobiliária e a autofagia de nossas cidades, principalmente nos países em desenvolvimento. A idéia de que os valores econômicos teriam um papel importante na compreensão desse quadro nos levou ao texto de Randall Mason (2008), *Be Interested and Beware: Joining Economic Valuation and Heritage Conservation*, que corrobora a impressão compartilhada por Roberto Cecchi (2008), em seu livro *Il Restauro*, de que os aspectos ligados ao reuso dos edifícios industriais do patrimônio fundamentam-se fortemente em questões econômicas. Se o aspecto econômico mencionado por Ulpiano encontra eco em Mason o aspecto cultural foi mais bem explorado por meio do livro de Beatriz Kühl (2008), *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da*

*Industrialização: problemas teóricos do restauro*, e da tese de doutorado de Manoela Rufinoni (2009) *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*.

Conforme nos relata Manoela Rufinoni, têm sido discutidos os métodos para reabilitar áreas degradadas a partir da adoção de novos usos, as possibilidades para a promoção de atividades turísticas, os instrumentos jurídicos e administrativos para viabilizar os empreendimentos de reconversão do patrimônio industrial, os métodos de financiamento das operações, as parcerias público-privadas, tabelas e gráficos sobre as questões econômicas e sociais envolvidas, etc., assuntos que são também, sem dúvida alguma, pertinentes à conservação integrada e que deveriam, segundo a autora, ser devidamente analisados. Mas sinaliza para o fato de que as discussões em torno da atuação sobre o patrimônio da industrialização deveriam se referir à restauração e aos seus princípios basilares, aos critérios de intervenção adotados, relacionando os assuntos citados acima com os prioritários princípios histórico-críticos do restauro. O centro desses debates não pode privilegiar aspectos econômicos e operacionais em detrimento das questões ligadas à restauração.

O fato de um resultado final parecer satisfatório, conforme nos explica Beatriz Kühl, não significa que a intervenção tenha sido respeitosa em relação ao bem que se pretendia preservar. Ao contrário, tal ação pode acobertar desatenções a aspectos que caberiam ser observados. Seria desejável, portanto que as intervenções buscassem a qualidade projetual a partir da integração, sem equívocos, entre composição arquitetônica e restauro. Rufinoni, em sua tese, prossegue afirmando que a inserção do novo no antigo, ou seja, da produção contemporânea paralela a preexistência histórica é essencialmente um problema de projeto. Por sua vez seria interessante que este projeto pudesse estar fundamentado no juízo histórico-crítico entendido como uma “arma poderosa” contra os projetos arquitetônicos desastrosos gerados exclusivamente pela especulação imobiliária. No entanto, muitas vezes o que se percebe, segundo esclarece a autora, é que os princípios fundamentais do restauro moderno - como a questão da “retrabalhabilidade”, da “distingüibilidade” e da mínima intervenção, ou ainda as orientações sobre a conservação integrada e a necessidade de buscar métodos de estudo, proposta e projeto a partir de esforços interdisciplinares, questões tratadas

em décadas de debates – não têm sido devidamente observados na elaboração de projetos de intervenção no patrimônio urbano.

Conhecendo os conceitos teóricos e atentos às orientações das cartas patrimoniais - textos que nos fornecem bases conceituais e operacionais sólidas, diretrizes ainda bastante atuais para atuação sobre o patrimônio – seria conveniente observar os reais objetivos do restauro e dosar adequadamente os fatores envolvidos. O estudo do patrimônio histórico é relativamente incipiente, comparado a outras áreas, mas são pelo menos quatro décadas de discussões sobre o tema, com numerosas experiências práticas acumuladas. De acordo com Rufinoni não nos falta base teórica ou instrumentos para enfrentarmos de modo consciente e responsável os problemas pertinentes à preservação e intervenção no patrimônio industrial. Talvez o que falte seja a disposição de analisar e aplicar esses instrumentos à nossa realidade na busca de soluções, que nunca serão simples ou manualísticas, mas que permitirão o desenvolvimento de formas de se relacionar com o patrimônio a fim de assegurar a sua transmissão ao futuro.

Acreditamos que além, é claro, do peso das razões culturais existem vantagens em se levar em conta também os benefícios gerados para a coletividade como a melhoria da qualidade de vida nas áreas em questão. Seria interessante que a preservação do patrimônio industrial assegurasse as relações sociais e o bem estar da comunidade, respeitando ainda seus valores históricos e estéticos, prevalentes e não replicáveis. Esses exemplares de interesse cultural, conforme Rufinoni (2009), “não deveriam ser considerados como ilhas separadas do processo de desenvolvimento urbano e territorial”.

Ainda em linha com a posição de Rufinoni observamos que nem as operações ligadas à preservação do patrimônio industrial, com muita frequência prefixadas pelo “re” – “recuperação”, “renovação”, “reuso”, “reutilização”, “reabilitação”, “revitalização”, “reconversão”, “reciclagem”, etc., podem ser confiadas exclusivamente e pontualmente ao restauro nem tampouco ao planejamento urbano, e de conseqüência às questões econômicas. Seria apropriado que estas operações buscassem soluções a partir de esforços e contribuições multidisciplinares, como defendem os pressupostos da conservação integrada. Frequentemente as

modificações, adaptações e propostas de novos usos são necessárias para a preservação do bem, notadamente quando tratamos de áreas desocupadas e degradadas como muitos sítios industriais. No entanto, é conveniente ter clareza de que a questão do novo uso é um meio para buscar a preservação, e não a finalidade da intervenção. E foi justamente esse esforço, voltado para a interpretação dos valores contemporâneos e da sua aplicação no patrimônio urbano industrial, que procuramos desenvolver este trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ARGAN**, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ALMEIDA**, Eneida de; **BOGÉA**, Marta. *Esquecer para preservar*. 2007. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181>>. Acesso em: 15 abr. 2010.
- BAROSIO**, Michela. *L'impronta industriale. Analisi della forma urbana e progetto di trasformazione delle aree produttive dismesse*. Milão: FrancoAngeli, 2009.
- BATTISTI**, Eugenio. *Archeologia Industriale*. Milano: Editoriale Jaca Book SpA, 2001.
- BENEVOLO**, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A arquitetura no novo milênio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- BINNEY**, Marcus. *Bright future: the re-use of industrial buildings*. London: SAVE Britain's Heritage, 1990.
- BOITO**, Camillo. *Os restauradores*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2002.
- BOURDIEU**, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIN**, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRANDI**, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.
- BUCHANAN**, Robert A. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth, Penguin, 1972.
- CARTA** de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. Disponível em <<http://www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>>. Acesso em: 29 mar. 2010.
- CECCHI**, Roberto (org.). *Il Restauro*. 1.ed. Milão: Spirali, 2008.
- CERDÀ**, Manuel; **BONAFÉ**, Mario García. *Arqueologia Industrial*. In: **BERROCAL**, Paloma (coord.). Enciclopèdia Valenciana de Arqueologia Industrial. Associació

Valenciana d'Arqueologia Industrial. Valencia, Espanha: Edicions Alfons el Magnànim e Institució Valeciana d'estudis i investigació, 1995.

**CHOAY**, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.Unesp, 2006.

**COMAS**, Carlos Eduardo; **PEIXOTO**, Marta; **MARQUES**, Sergio M. (orgs.). *O moderno já passado o passado no moderno: reciclagem, requalificação, rearquitetura*. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2009.

**CORBIOLI**, Nanci. *Layout une diferentes gerências e traduz filosofia de trabalho*. Revista Projeto Design. São Paulo, n. 314, pp. 84-89, abril 2006.

**CORDEIRO**, José Lopes. *Algumas questões para a salvaguarda do patrimônio industrial*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. 1., 1987, São Paulo. Anais... São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1987. 1v.

**COX**, Christian Fernández; **FERNÁNDEZ**, Antonio Toca. *América Latina: nueva arquitectura una modernidad posracionalista*. México: Ediciones G. Gilli, 1998.

**CURY**, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 3ª edição revista e aumentada, 2004.

**DEAN**, Warren. *A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial*. In: ANAIS DE HISTÓRIA, 1976, Assis. Anais... São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano VIII, 1976.

**DEL RIO**, Vicente. *Em busca do tempo perdido. O renascimento dos centros urbanos*. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/963>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

**DEZEN-KEMPTER**, Eloísa. *Patrimônio Industrial: em busca da sobrevivência*. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. Disponível em <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Elo%EDsa%20Dezen-Kempter.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

**DVOŘAK**, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

**FAUSTINI**, Laura; **GUIDI**, Elisa; **MISITI**, Massimo (orgs.) *Archeologia Industriale – metodologie di recupero e fruizione del bene industriale. Atti del Convegno*. Florença: EDIFIR, 2001.

**FERRAZ**, Marcelo Carvalho (coord.). *Lina Bo Bardi*. Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, São Paulo, 1996.

**FONSECA**, Eduardo Giannetti da. *O mercado das crenças: filosofia econômica e mudança social*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**FONTES**, Paulo. *Mapeando o patrimônio industrial*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=166>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

**GAMA**, Ruy. *Aspectos da arqueologia industrial no Brasil*. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de patrimônio Histórico, 1988. v.2.

**HARVEY**, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.

**HISTÓRIA** preservada a serviço da Ciência. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, pp. 226-230, ago. 1987.

**HUDSON**, Kenneth. *Industrial Archaeology, an introduction*. John Baker Publishers, London, 1966.

**JOKILEHTO**, Jukka. *A history of architectural conservation*. Oxford, Butterworth-Heinemann, 2002.

**JUDITH**, Alfrey & **PUTNAM**, Tim. *The industrial heritage: managing resources and uses*. London, New York, Routledge, 1992.

**KÜHL**, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial, Fapesp, Secretaria da Cultura, 1998.

\_\_\_\_\_. *Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação*. Disponível em <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165>>. Acesso em: 10 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos do restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Questões teóricas relativas à preservação de edifícios industriais*. Desígnio Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP; Annablume, n.1, mar. 2004.

**LEMOS**, Carlos Alberto Cerqueira. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**LÓPEZ GARCIA**, Mercedes. *El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del lugar*. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coord.). *Arqueologia Industrial (monográfico) Ábaco Revista de Cultura y Ciencias Sociales*. Gijón, Espanha: Nova Época, n. 1, primavera, 1992.

**MAWAKDIYE**, Alberto. *Destroços urbanos*. Disponível em <<http://www.patrimonioidustrial.org.br>>. 2006. Acesso em: 10 nov. 2008.

**MARCONI**, Paolo. *Il recupero della bellezza*. Milão: Skira, 2005.

**MASON**, Randall. *Be Interested and Beware: Joining Economic Valuation and Heritage Conservation*. In: INTERNATIONAL JOURNAL OF HERITAGE STUDIES, Inglaterra, v.14, n.4, pp. 303-318, Jul. 2008

**MELLENDEZ**, Adilson. *Cobertura de vidro estabelece relação entre antigos galpões*. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, pp.82-89, maio 2008.

\_\_\_\_\_. *Intervenção mínima evidencia linguagem industrial de galpão*. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 299, pp. 64-69, jan. 2005.

**MENDES**, José Amado. *Património industrial: um bem da comunidade ao alcance da escola*. In: Revista Munda, n.16. Ed. GAAC, Coimbra, Portugal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Inventariação do Património Industrial*. In: Revista Munda, n.16. Ed. GAAC, Coimbra, Portugal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA E ENERGIA, 2, 1999, São Paulo. Potencial estratégico de cultura e negócios. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000.

**MENDONÇA**, Adalton da Motta. *Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbaines*. 2001. In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

**MENESES**, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A importância Econômica de um Bem Cultural e a Importância Cultural de um Bem Econômico*. In: II SEMINÁRIO

INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. São Paulo. Anais... São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 2000.

\_\_\_\_\_. *Patrimônio Industrial e Política Cultural*. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA E ENERGIA. São Paulo. Anais... São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 2v., 1988.

**NEIVA**, Fernanda; **OKSMAN**, Silvio. *Instituto Criar de TV e Cinema São Paulo, SP*. Disponível em <<http://mdc.arq.br/2006/04/01/exposicao-virtual-de-arquitetura/>> Acesso em: 30 nov. 2009.

**OLIVEIRA**, Melissa Ramos da Silva. *O Estado e as formas de legitimação do patrimônio cultural*. In: IX CIDADE REVELADA. I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural, 2006, Itajaí.

**POULOT**, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade. 2009.

**RECOMENDAÇÕES** de Nairóbi, UNESCO, 1976, In: Cadernos de Sociomuseologia, n.15. 1999. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/339/248>>. Acesso em: 20 mai. 2010.

**RIBEIRO**, Isabel e **SANTOS**, Luisa. *A indústria do papel na perspectiva da arqueologia industrial*. In: I ENCONTRO NACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. Editora Coimbra, Coimbra, 1990.

**RIEGL**, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

**ROSSI**, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

**RUSKIN**, John. *A lâmpada da memória*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006.

**SANTACREU SOLER**, J. M. *Una vision global de la arqueologia industrial em Europa. Casos concretos en regiones concretas*. In: FERNANDEZ GARCIA, A.; ALVAREZ ARECES, M. A. (coord.). *Arqueologia Industrial (monográfico)*, Ábaco Revista de Cultura y Ciência Sociales. Gijón, Espanha: Nova Época, n.1, primavera, 1992.

**SÃO PAULO**. Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A. Secretaria Municipal de Planejamento.

*Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo.* São Paulo, 1984.

**SAYEGH**, Simone. *Viagem pela biodiversidade.* Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, pp. 36 - 41, jul. 2009.

**II ENCONTRO** Nacional sobre Patrimônio Industrial: da industrialização à desindustrialização: perspectivas para o resgate e conservação do patrimônio Industrial. São Paulo, 2009. Cd-Rom.

**SERAPIÃO**, Fernando. *Anexos semelhantes têm materialidade e uso diversos.* Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/brasil-arquitetura-10-04-2008.html>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

**SILVA**, Leonardo Mello. *Patrimônio Industrial: passado e presente.* Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=164>. Acesso 10 nov.2008.

**SILVA**, Vânia. *Impacto com delicadeza.* Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, pp. 42- 47, jul. 2009.

**SILVEIRA**, Rogério. *Domingo é o último dia da exposição Vias do Coração na Estação Ciência.* 2008. Disponível em <[http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008\\_09\\_25\\_estacao\\_ciencia\\_exposicao\\_vias\\_do\\_coracao.php](http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008_09_25_estacao_ciencia_exposicao_vias_do_coracao.php)>. Acesso em: 02 dez. 2009.

**STRATTON**, Michael. *Twentieth century industrial archaeology.* S.l., s.n., 2000.  
\_\_\_\_\_. *Industrial building: conservation and regeneration.* London, New York, 2000.

**TAGLIAFERRI**, Mariarosaria; **PAREDES**, Cristina. *Industrial Chic – Reconverting Spaces.* Seixal: Lisma, 2006.

**III SEMINÁRIO** do programa de pós-graduação stricto sensu em arquitetura e urbanismo da USJT Cidade e Indústria: Ações Contemporâneas. São Paulo, 2009. Cd-Rom.

**TOLEDO**, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século.* São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

**TRISCIUOGLIO**, Marco; **RONCHETTA**, Chiara (orgs.). *Progetto per il patrimonio industriale.* Turim: Celid, 2008.

**VIÑUALES**, Graciela María. *Olhares sobre o patrimônio industrial.* In: Vitruvius. Revista Virtual de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em <

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/182>>. 2007. Acesso em: 29 mar. 2010.

**VIOLLET-LE-DUC**, Eugene Emmanuel. *Restauração*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006.

**ZEIN**, Ruth Verde; **DI MARCO**, Anita Regina. *Sala São Paulo de Concertos. Revitalização da Estação Julio Prestes: o projeto arquitetônico*. São Paulo: Alter Market, 2001.

**YURGEL**, Marlene. *Cinemateca Brasileira. Renascer no Matadouro*. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 175, p.78, jun. 1994.

## TESES E DISSERTAÇÕES PESQUISADAS

---

**ALLIS**, Thiago. *Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário. Um estudo sobre ferrovias turísticas no Brasil e na Argentina*. 2006. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)- Universidade de São Paulo.

**ANDRADE**, Antonio Luis Dias de. *Um estado completo que pode jamais ter existido*. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**ÁVILA**, Rodrigo Pletikoszits de. *Trabalho, memórias e preservação patrimonial na Vila Marzagão (Sabará, MG)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**BLANCO**, Carmen Rita Furlani. *O engenho central de Piracicaba como patrimônio industrial: usos e ruídos do território urbanizado*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

**CAMPAGNOL**, Gabriela. *Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

**D'ELIA**, Alexandre. *Análise do processo de reabilitação do edifício antigo Lanifício Santista*. 2008. Monografia (Especialização em Tecnologia e Gestão na Produção de Edifícios)- Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

**FONSECA**, Filomena Pugliese. *As águas do passado e os reservatórios do Guaraú, Engordador e Cabuçu: um estudo de arqueologia industrial*. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

**MOREIRA**, Danielle Couto. *Arquitetura ferroviária e industrial: o caso das cidades de São João Del-Rei e Juiz de Fora [1875-1930]*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

**PAULETO**, Ludmilla Sandim Tidei de Lima. *Diretrizes para intervenção em edificações ferroviárias de interesse histórico no Estado de São Paulo: as estações da estrada de ferro noroeste do Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**PASSARELLI**, Silvia Helena Facciola. *Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**POZZER**, Guilherme Pinheiro. *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

**RUFINONI**, Manoela Rossinetti. *A preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

**VICHNEWSKI**, Henrique Telles. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

**VILAR**, Dalmo Dippold. *Água aos cântaros – os reservatórios da Cantareira: um estudo de arqueologia industrial*. 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia)- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

# **ANEXO 1**

## **LISTAGEM DE TRABALHOS**

Reproduzimos abaixo a contribuição do autor Henrique Telles Vichnewski que em sua dissertação de mestrado, pelo Departamento de História da UNICAMP, elenca boa parte da produção sobre o tema patrimônio industrial, corroborando nossa observação de que no Brasil o assunto vem ganhando interesse nas últimas décadas. A listagem elaborada por Vichnewski abrange artigos sobre patrimônio e arqueologia industrial publicados em seminários, encontros e periódicos bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado realizadas a partir de 1986, em função do 1º Seminário Nacional de História e Energia realizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo em São Paulo, até 2004, ano de conclusão de seu mestrado. O autor subdivide o levantamento feito em categorias: arquitetura industrial, porto marítimo, mineração, engenhos e usinas de açúcar, cerâmica, fábricas, arquitetura do ferro e ferroviária, abastecimento de água, paisagem urbano-industrial.

#### **1- Listagem dos principais trabalhos sobre Patrimônio e Arqueologia Industrial no Brasil:**

1986 – José Lopes CORDEIRO, “Algumas questões para a salvaguarda do Patrimônio Industrial”. In: Anais do 1o Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1987. V.1.

1986 – Eddy STOLS, “Arqueologia Industrial na Bélgica”. In: Anais do 1o Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. V.2.

1986 – Ruy GAMA, “Arqueologia Industrial e História da Técnica”. In: Anais do 1o Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. V.2.

1986 – Ulpiano Bezerra de MENEZES, “Patrimônio Industrial e Política Cultural”. In: Anais do 1º Seminário Nacional de História e Energia. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1988. V.2.

1988 – Ulpiano Bezerra de MENEZES, “Patrimônio Industrial e Museus: um campo problemático”. Matéria publicada no periódico, Memória da Eletricidade – Boletim n.6, São Paulo.

1988 – Mathilde BELLAIGUE, “Ecomuseus e Arqueologia Industrial”. Matéria publicada no periódico, Memória da Eletricidade – Boletim n.6, São Paulo.

2002 – Ronaldo André Rodrigues da SILVA, “Seria possível uma Arqueologia das Organizações? As perspectivas de aplicação nas ciências empresariais”. In: Anais do XXVII° ENANPAD, Salvador- Bahia, 2001.

2002 – Ronaldo André Rodrigues da SILVA, “Arqueología industrial y los procesos productivos: Iãs relaciones político-económicas en un estudio de caso”. In: Anais do XXXVII° CLADEA, Porto Alegre, 2002.

2003 – Margarida D. ANDREATTA, “Arqueologia histórica industrial: um patrimônio em São Paulo”. Publicado no Diário Oficial. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, v. 113, n. 18, 25 de janeiro de 2003, p.2.

2003 – Andrey Rosenthal SCHLEE, “Arqueologia Industrial: resgatando espaços de produção da Quarta Colônia de imigração italiana”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. Arquitetura Industrial. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

2003 – Elane Ribeiro PEIXOTO, “Um ponto de vista sobre o Patrimônio Industrial”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. Arquitetura Industrial. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

2004 – Beatriz Mugayar KÜHL, “Questões Teóricas Relativas à Preservação de Edifícios Industriais”. In: Desígnio Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP/Annablume, n. 1, março de 2004.

## **Arquitetura Industrial**

1989 – Helena SAIA, “Arquitetura e indústria: fábricas de tecido de algodão em São Paulo, 1869-1930”. Dissertação de mestrado – FAU/USP.

2001 – Ana Elísia da COSTA, “A evolução do edifício industrial em Caxias do Sul: de 1880 a 1950”. Dissertação de mestrado – PROPAR/UFRGS.

2001 – Ana Lúcia G. MEIRA, “Patrimonio industrial y cultura. La antigua usina del Gasómetro en Porto Alegre, Brasil”. In: GUTIÉRREZ, Ramón, MORALES, Federico Castro e MARTÍN, Marcelo (coords.). *Preservación de la Arquitectura Industrial en Iberoamérica y España*. Cuadernos Del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico e CEDODAL. Granada: El Partal, 2001.

2003 – Mary Helle Moda BALLEIRAS, “Indústria e Habitação: arquitetura fabril no interior de São Paulo”. Dissertação de mestrado – EESC/USP.

2003 – Adriana Eckert MIRANDA, “A evolução do edifício industrial em Porto Alegre de 1870 a 1950”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. *Arquitetura Industrial*. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

2003 – Ana Elísia da COSTA, “A Fábrica e a Modernidade brasileira”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. *Arquitetura Industrial*. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

2003 – Mary Helle Moda BALLEIRAS, “Arquitetura Industrial: estruturas cambiantes – sete casos paulistas”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. *Arquitetura Industrial*. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

2003 – Beatriz Mugayar KÜHL, “Arquitetura Industrial em São Paulo”. Publicado no Diário Oficial. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, v. 113, n. 18, 25 de janeiro de 2003, p.2.

## **Porto Marítimo**

1998 – Eliete P. Britto MAXIMINO, “Porto de Santos e o portinho dos piratas em perspectivas: um estudo de arqueologia industrial”. Tese de doutorado – FFLCH/USP.

## **Mineração**

1999 – Lucilia KOTÉZ, “FURNAS; Sítios arqueológicos industrial, testemunho da história da mineração do chumbo no Vale do Ribeira/São Paulo”. Dissertação de mestrado – FFLCH/USP.

## **Engenhos e Usinas de açúcar**

1990 – Esterzilda B. de AZEVEDO, “Arquitetura do açúcar: engenhos do recôncavo baiano no período colonial”. São Paulo: Editora Nobel.

2003 – Gabriela CAMPAGNOL, “Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar da região de Piracicaba”. Dissertação de mestrado – EESC/USP.

## **Cerâmica**

1996 – Érika Marion Robrahn GONZALEZ, “Ocupação cerâmica pré-colonial no Brasil Central: origens e desenvolvimento”. Tese de doutorado – FFLCH/USP.

2003 – José Hermes Martins PEREIRA, “Caminhos da louça em São Paulo: a produção de faianças e porcelanas na capital paulista e região”. Publicado no Diário Oficial. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, v. 113, n. 18, 25 de janeiro de 2003, p.4.

2003 – Roberto Carlos MASSEI, “Cerâmicas paulistas (Ourinhos, Barra Bonita e Itu): um estudo de arqueologia industrial”. In: Caderno de Resumos do I Seminário Internacional de História e IX Seminário de Pesquisa em História do DHI, Maringá-PR, 2003. Universidade Estadual de Maringá – UEM.

## **Fábricas**

1991 – Anicleide Zequini ROSSI, “O Quintal da Fábrica”. Dissertação de mestrado - IFCH/UNICAMP.

1998 – Anicleide Zequini ROSSI, “Personagens do Urbano: o saber itinerante e a formação do proletariado na região de Itu 1869-1920”. Tese de doutorado – FFLCH/USP.

1999 – José M. Amado MENDES, “Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais”, junto aos textos dos debatedores Regina M. Prosperi Meyer e Raquel Rolnik, apresentados no 2º Seminário Internacional História e Energia. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000.

1999 – Andrey R. SCHLEE, “A arquitetura das charqueadas desaparecidas”. Tese de doutorado – FAU/USP.

2003 – Anicleide Zequini ROSSI, “O saber itinerante na construção do patrimônio industrial”. Publicado no Diário Oficial. Poder Executivo. Seção 1. Suplemento São Paulo, v. 113, n. 18, 25 de janeiro de 2003, p.3.

2003 – Vivian da Silva PAULITSCH, “Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande – RS”. Dissertação de mestrado – IFCH/UNICAMP.

2003 – Henrique Telles VICHNEWSKI, “As Indústrias Matarazzo: arquitetura e construção fabril no interior do Estado de São Paulo (1920-1960)”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. Arquitetura Industrial. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

2003 – Manoela Rossinetti RUFINONI, “Patrimônio Histórico Industrial na cidade de São Paulo: o Cotonifício Crespi”. In: VII ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL, Passo Fundo-RS, 2003. Anais. Arquitetura Industrial. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo - CD.

## **Arquitetura do Ferro e Ferroviária**

1986 – Geraldo Gomes da SILVA, “Arquitetura do ferro no Brasil”. São Paulo: Nobel.

1998 – Beatriz Mugayar KÜHL, “Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação”. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp/Secretaria da Cultura.

2000 – Fábio R. P. CYRINO, “Café, ferro e argila: a história da implantação e consolidação da empresa The San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd. por intermédio da análise de sua arquitetura”. Dissertação de mestrado – FAU/USP.

2001 – Geraldo Gomes da SILVA, “Arquitectura del hierro en América Latina”. In: GUTIÉRREZ, Ramón, MORALES, Federico Castro e MARTÍN, Marcelo (coords.). Preservación de La Arquitectura Industrial en Iberoamérica y España. Cuadernos del Instituto Andaluz Del Patrimonio Histórico e CEDODAL. Granada: El Partal, 2001.

2001 – Jussara da Silveira DERENJI, “Construcciones en hierro en Belém do Pará a finales del siglo XIX y su inserción en la ciudad actual”. In: GUTIÉRREZ, Ramón, MORALES, Federico Castro e MARTÍN, Marcelo (coords.). Preservación de la Arquitectura Industrial en Iberoamérica y España. Cuadernos del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico e CEDODAL. Granada: El Partal, 2001.

2003 – Marcelo de MORAES, “As vilas ferroviárias paulistas: arquitetura e as relações urbanas nos núcleos habitacionais ferroviários”. Dissertação de mestrado – EESC/USP.

## **Abastecimento de água**

1992 – Rhoneds Aldora Rodrigues PEREZ, “Ocupação dos terraços fluviais do baixo passa cinco: arqueologia experimental”. Dissertação de mestrado – FFLCH/USP.

2003 – Filomena P. FONSECA, “Equipamento do engordador: testemunho arqueológico industrial da captação de água na cidade de São Paulo”. Dissertação de mestrado – FFLCH/USP.

2003 – Dalmo Dippold VILAR, “Arqueologia industrial e a evolução tecnológica do abastecimento de água na cidade de São Paulo: dos franciscanos a Companhia Cantareira”. Dissertação de mestrado – FFLCH/USP.

### **Paisagem urbano-industrial**

1993 – Emmanuel Antonio dos SANTOS, “Indústria e paisagem, a evolução urbano-industrial e a transformação da paisagem: o caso de São José dos Campos”. Dissertação de mestrado – FAU/USP.

A esta lista acrescentamos somente os trabalhos de mestrado e doutorado desenvolvidos a partir de agosto de 2004 até maio de 2010, tendo como fonte de consulta o Banco de Teses da Capes e o Banco de Dados Bibliográficos Dedalus/USP, buscando contribuir para a divulgação do tema patrimônio industrial. As palavras estabelecidas para a pesquisa nesses bancos de dados, ao longo do primeiro semestre de 2010, foram: arqueologia industrial; patrimônio industrial ou da industrialização; restauro ou preservação do patrimônio industrial/ da industrialização; restauro ou preservação de edifícios industriais ou da arquitetura fabril/industrial; restauro ou preservação da arquitetura ferroviária ou de estações ferroviárias.

Tanto nos títulos como nas palavras chave o critério adotado foi de que o próprio autor deveria ter enunciado a relação de seu trabalho com alguns desses termos que são também relevantes nessa dissertação. Isso demonstraria algum grau de aproximação e interesse na análise aqui desenvolvida.

Outros tipos de trabalho, tais como artigos sobre patrimônio e arqueologia industrial publicados em reuniões científicas e periódicos, não foram contemplados, pois não foram objetos de análise desta dissertação. Embora Vichnewski tenha proposto uma divisão em categorias esta também não foi o objetivo da listagem aqui apresentada. Os trabalhos levantados foram os seguintes:

2004 - Henrique Telles VICHNEWSKI. “As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)”. Dissertação de mestrado - IFCH/UNICAMP.

2004 - Manoela Rossinetti RUFINONI. “A preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca”. Dissertação de mestrado - FAU/USP.

2005 - Silvia Helena Facciola PASSARELLI. “Proteção da paisagem ferroviária: memória e identidade do bairro Estação São Bernardo (atual Santo André, SP)”. Tese de doutorado - FAU/USP.

2006 - Ludmilla Sandim Tidei de Lima PAULETO. “Diretrizes para intervenção em edificações ferroviárias de interesse histórico no Estado de São Paulo: as estações da estrada de ferro noroeste do Brasil”. Dissertação de mestrado - FAU/USP.

2006 - Thiago ALLIS. “Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário. Um estudo sobre ferrovias turísticas no Brasil e na Argentina”. Dissertação de mestrado - USP.

2007 - Carmen Rita Furlani BLANCO. “O engenho central de Piracicaba como patrimônio industrial: usos e ruídos do território urbanizado”. Dissertação de mestrado - UNICAMP.

2007 - Danielle Couto MOREIRA. “Arquitetura ferroviária e industrial: o caso das cidades de São João Del-Rei e Juiz de Fora [1875-1930]”. Dissertação de mestrado - EESC/USP.

2007 - Dalmo Dippold VILAR. “Água aos cântaros – os reservatórios da Cantareira: um estudo de arqueologia industrial”. Tese de doutorado - MAE/USP.

2007 - Filomena Pugliese FONSECA. “As águas do passado e os reservatórios do Guaraú, Engordador e Cabuçu: um estudo de arqueologia industrial”. Tese de doutorado – MAE/USP.

2007 - Guilherme Pinheiro POZZER. “A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002)”. Dissertação de mestrado - IFCH/UNICAMP.

2008 - Alexandre D’ELIA. “Análise do processo de reabilitação do edifício antigo Lanifício Santista”. Monografia de especialização – Poli/USP.

2008 - Gabriela CAMPAGNOL. “Usinas de açúcar: habitação e patrimônio industrial”. Tese de doutorado - EESC/USP

2008 - Rodrigo Pletikoszits de ÁVILA. “Trabalho, memórias e preservação patrimonial na Vila Marzagão (Sabará, MG)”. Dissertação de mestrado – PUC/MG.

2009 - Manoela Rossinetti RUFINONI. “Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural”. Tese de doutorado - FAU/USP.

Trabalhos levantados, mas que não chegaram a ser utilizados dado que seu escopo não ia ao encontro da argumentação aqui apresentada:

2006 – Luciano Ferreira da LUZ. “Os trilhos nas áreas urbanas: conflitos, desafios e oportunidades em dez cidades paulistas”. Dissertação de mestrado – FFLCH/USP.

2007 - José Hermes Martins PEREIRA. “As fábricas paulistas de louça doméstica: estudo de tipologias arquitetônicas na área de patrimônio industrial”. Dissertação de mestrado - FAU/USP.

2007 - Rita de Cássia FRANCISCO. “As oficinas da Companhia Mogiana de estradas de ferro: arquitetura de um complexo produtivo”. Dissertação de mestrado - FAU/USP.

2007 - Rodrigo Peronti SANTIAGO. “Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais”. Dissertação de mestrado - EESC/USP.

2007 – Thais Fátima dos Santos CRUZ. “Paranapiacaba: a arquitetura e urbanismo de uma Vila Ferroviária”. Dissertação de mestrado - EESC/USP.

Trabalhos levantados, mas que não foi possível ter acesso:

2005 - Marco Henrique ZAMBELLO. “Ferrovia e memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas”. Dissertação de mestrado - FFLCH/USP.

2006 – Christine MÜLLER. “Vila ferroviária Ponte Preta - Campinas, SP passado e futuro”. Dissertação de mestrado – PUC/Campinas.

2008 – Bruno Bonesso VITORINO. “Patrimônio ameaçado: os grupos residenciais construídos até 1930 no Brás, Mooca e Belém”. Dissertação de mestrado - FAU/USP.

# **ANEXO 2**

## **ESTUDO DE CASOS**

## 1.0 - CINEMATECA BRASILEIRA



**Fachada principal**

Foto da autora. Jan. 2010.

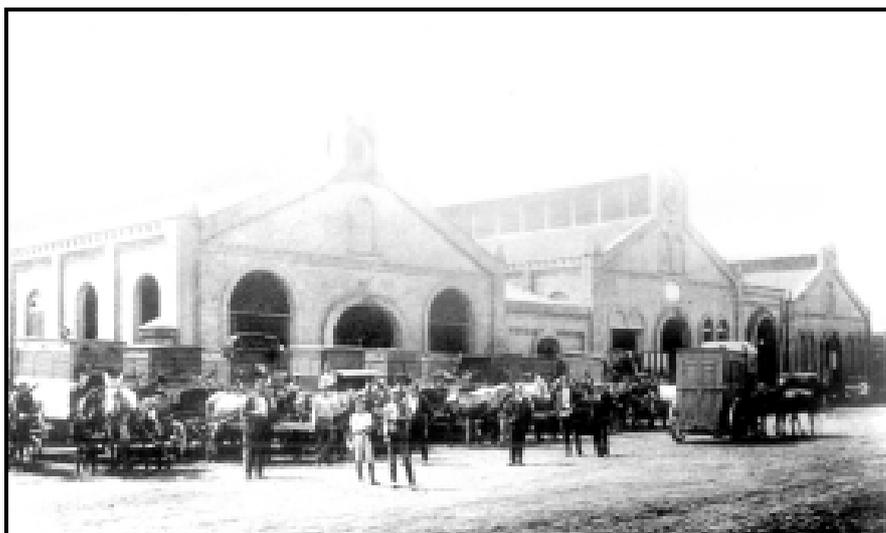
<b><u>Cinemateca Brasileira</u></b>	
<b>Local:</b>	Lg.Senador Raul Cardoso, 207 – Vila Clementino - São Paulo
<b>Ano:</b>	2007
<b>Uso original:</b>	Matadouro Municipal de São Paulo (1887–1927)
<b>Arquitetos:</b>	Projeto iniciado por Lúcio Gomes Machado e Eduardo de Jesus Rodrigues e finalizado por Nelson Dupré.
<b>Área:</b>	23.286,15 m <sup>2</sup> (terreno) 1.814,44 m <sup>2</sup> (intervenção)



**Localização da Cinemateca - imagem de satélite**  
Fonte: Google Earth. Acesso 30 nov. 2009

## 1.1- HISTÓRICO: O EDIFÍCIO E A CIDADE

O antigo matadouro de Vila Mariana ou de Vila Clementino, como também era conhecido, foi inaugurado em 21 de junho de 1887 sendo o projeto de autoria do engenheiro, de origem alemã, Alberto Kuhlmann.



**Fachada Principal**

Fonte: <http://www.bancanastari.com.br/>. Acesso 02 dez. 2009.

A necessidade de sua construção vem da ineficiência do matadouro existente nos arredores do que é hoje o Largo da Pólvora, na Liberdade, em função desde 1852. O velho matadouro da Rua Humaitá, como também era conhecido, além de suas instalações precárias e insalubres, encontrava-se já em área urbanizada o que comportava uma série de inconvenientes como trânsito de boiadas pelas ruas da cidade, o mau cheiro exalado de suas instalações e a imundice que despejava nas águas do Anhangabaú.<sup>220</sup>

Da construção desse velho matadouro até a construção do matadouro da Vila Mariana a cidade de São Paulo passa de 10.000 a 39.997 habitantes em 1886. Era então urgente a necessidade de se construir um edifício em local afastado de áreas urbanizadas e que suprisse as deficiências do antigo. Inicialmente deveria ser erguido em terreno próximo ao Campo das Perdizes, adquirido em 1879, mesmo

---

<sup>220</sup> São Paulo. Secretaria dos Negócios Metropolitanos. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A. Secretaria Municipal de Planejamento. *Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1984, p.430.

ano do primeiro concurso aberto pela Câmara Municipal. Mesmo sendo definida a proposta vencedora o empreendimento não vingou.

A questão foi protelada até 1884 quando a Câmara Municipal viu-se obrigada a abrir mão do monopólio na matança do gado para os açougueiros e seus estabelecimentos comerciais já que o antigo matadouro não comportava mais o volume de reses a serem abatidas para o suprimento da população. Kuhlmann, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, vence o concurso aberto pela Câmara Municipal, em 1884, batendo o projeto de Ramos de Azevedo. Foi também projetista e consultor da Companhia Carris de Ferro São Paulo a Santo Amaro que no começo do séc. XX torna-se concessionária da São Paulo *Tramway Light and Power Company Ltd.*<sup>221</sup>

A estrada de ferro São Paulo - Santo Amaro, de bitola estreita e locomotivas a vapor, partia da Rua Vergueiro, no Largo São Joaquim, em direção a Vila Mariana, primeira estação da linha, e prosseguia pela Saúde, Encontro, Volta Redonda até seu destino final. Após a construção do matadouro um ramal ferroviário o ligou à Estação Vila Mariana, proporcionando o transporte da carne para o Largo de São Joaquim que dali era distribuída para os açougues.



**Detalhe do ramal ferroviário que chegava até o matadouro**

Fonte: [http://www.fbcu.com.br/2005/fotos/homenagem/cinemateca\\_brasileira1.jpg](http://www.fbcu.com.br/2005/fotos/homenagem/cinemateca_brasileira1.jpg)  
Acesso 02 dez. 2009.

---

<sup>221</sup> Ibid., p.431.

Nesse período, é importante lembrar, a Vila Mariana era um núcleo incipiente com população dispersa em pequenas chácaras e a realização do matadouro e da ferrovia foram decisivos no processo de urbanização e no povoamento dessa região.<sup>222</sup>

As atividades do matadouro duram exatamente quarenta anos sendo desativado em 1927, praticamente, pelas mesmas razões que levaram o matadouro da Rua Humaitá a ser substituído. Em quarenta anos a cidade já o havia incorporado, o volume de água do Córrego do Sapateiro não era mais suficiente para o escoamento dos detritos produzidos, as instalações se tornaram insalubres e fora dos padrões de higiene e enfim comportava apenas um terço do abate necessário para suprir as necessidades de uma população que contava, na época, com aproximadamente 600.000 habitantes.<sup>223</sup>

Não foi construído um matadouro moderno e condizente com as novas proporções da cidade, pois os constantes problemas financeiros enfrentados pelos cofres públicos não o permitiram. A responsabilidade de abastecimento de carne na capital foi transferida para os grandes frigoríficos nacionais e estrangeiros que tinham, até então, permissão somente para o abate destinado à exportação e fabricação de subprodutos.<sup>224</sup>

O edifício, entre 1893-1927, esteve submetido em diversas ocasiões, a pequenos reparos e reformas e nunca esteve em condições de funcionamento ideais. Ao mesmo tempo nunca foi uma empresa deficitária.<sup>225</sup>

Em 1938 o prédio que pertencia a então Secretaria da Higiene passou para propriedade da antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1968 a ILUME, Departamento da Iluminação Pública, ocupou o edifício que passou a ser utilizado como depósito de materiais elétricos.<sup>226</sup>

Em 1988, a Prefeitura do Município de São Paulo cedeu a área para a Cinemateca Brasileira, que se responsabilizou pelo projeto de restauração dos edifícios históricos e pela ocupação adequada do seu entorno. Fundada em 1940 a

---

<sup>222</sup> Ibid., p.431.

<sup>223</sup> Ibid., p.431-432.

<sup>224</sup> Ibid., p.432.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Idem.

Cinemateca é vinculada ao Ministério da Cultura sendo responsável pela preservação e divulgação da produção audiovisual brasileira. Desde 1997 a Cinemateca ocupa o prédio que pertencia ao matadouro. O conjunto foi tombado pelo CONDEPHAAT e pelo CONPRESP, órgãos de preservação do patrimônio em âmbito estadual e municipal, respectivamente.<sup>227</sup>

## 1.2 - O EDIFÍCIO E SUA IMPLANTAÇÃO

De acordo com o levantamento realizado pela SEMPLA/EMPLASA o matadouro foi construído utilizando a técnica do tijolo aparente, a exemplo das estações ferroviárias e dos edifícios industriais da época. O conjunto é constituído basicamente por três galpões dispostos paralelamente, ladeados por prédios menores de diferentes épocas. Duas dessas construções menores são um pouco recuadas em relação ao Largo Senador Raul Cardoso e as outras três eram residências – duas no interno do lote e outra, hoje demolida, com acesso direto pela atual Rua Sena Madureira. O matadouro contava ainda com uma caixa d'água de refinada construção.

Atrás do conjunto ficavam as mangueiras e os chiqueiros também desaparecidos. Remanescentes do muro de fechamento e muro de arrimo permitiam até 1994 traçar em linhas gerais a configuração original do conjunto.

Os galpões possuíam modulação longitudinal em função do espaçamento das tesouras de madeira que sustentavam o telhado de duas águas com lanternim. As telhas utilizadas eram do tipo francesa, procedentes de Marselha. O assentamento dos tijolos segue aparelhamento comum e o arremate de vãos e platibandas apresenta tijolos recortados de diferentes tipos.

No galpão central era feita matança e esquartejamento das reses. O da esquerda era utilizado como tendal, onde a carne descansava antes de ser distribuída para os açougues. No volume menor, ao lado, estavam a casa do zelador com acesso direto

---

<sup>227</sup> MELENDEZ, Adilson. *Cobertura de vidro estabelece relação entre antigos galpões*. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, pp.82-89, maio 2008.

pela rua e, nos fundos, sala para matança de carneiros e vitelos. O galpão da direita era reservado ao esvaziamento dos porcos e abrigava também um pequeno laboratório e sala de máquinas. No volume menor, deste lado, localizava-se a administração, o almoxarifado e a sala para matança de porcos.

O conjunto está implantado numa área de aproximadamente 17.000 metros quadrados circundada por residências, entre dois e quatro pavimentos, exceção feita a Rua Sena Madureira.

O Largo Senador Raul Cardoso, com piso de paralelepípedos em 1982, já apresentava a conformação atual nos mapas de 1930 resultando do pátio de manobras dos bondes que transportavam a carne para o largo São Joaquim e, depois, para o Largo São Paulo. De dimensões generosas o Largo permite boa visibilidade do conjunto integrando-o, ao mesmo tempo, ao espaço urbano que o circunda.<sup>228</sup>

### **1.3 – O DESTINO DADO À EDIFICAÇÃO**

Inicialmente o projeto arquitetônico de restauração e adaptação, de autoria dos arquitetos Lúcio Gomes Machado e Eduardo de Jesus Rodrigues, previa o restauro dos galpões como se encontravam no início do século, com algumas alterações em relação ao projeto original. Previa ainda a construção de uma nova edificação com dois pavimentos semi-enterrados, uma praça central para eventos ao ar livre e instalações especiais em área atrás dos galpões, adotando sistemas construtivos modulares e, quando possível, industrializados, a fim de reduzir custos de implantação e manutenção, bem como possibilitar maior versatilidade de uso. O projeto foi pensado com a possibilidade de funcionamento dos módulos independentemente da conclusão do conjunto da obra. Em 1989 inicia-se o processo de restauração dos galpões idealizado pelos arquitetos Lúcio Gomes

---

<sup>228</sup> A descrição feita no ponto 3.1.2 é baseada na publicação da SEMPLA/EMPLASA, já mencionada, *Bens Culturais Arquitetônicos no Município e na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo, 1984, p. 432.

Machado e Eduardo de Jesus Rodrigues. Até 1994 apenas a edificação que iria abrigar a sede da Sociedade de Amigos da Cinemateca (SAC) estava em obras.<sup>229</sup>

Em 2000, no entanto, as intervenções passam a ser coordenadas pelo arquiteto Nelson Dupré. Com o ingresso de uma nova diretoria executiva na instituição, no final de 2003, dinamizaram-se as ações em várias áreas, entre as quais se incluiu a aceleração da recuperação física das instalações.<sup>230</sup>

#### Implantação

1. Acesso
2. Salão de eventos
3. Sala BNDES
4. Sala Petrobrás
5. Centro de Documentação
6. Anexo do Centro de Documentação
7. Pátio interno/cinema ao ar livre
8. Administração
9. Estacionamento
10. Jardim



#### Implantação Cinemateca Brasileira

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, p. 88, mai. 2008.

O objeto desta intervenção foi o edifício situado na lateral esquerda do conjunto. O arquiteto segue a conduta de não buscar restaurar o que poderiam ser os elementos originais da edificação preferindo assimilar e evidenciar as alterações

<sup>229</sup> YURGEL, Marlene. *Cinemateca Brasileira. Renascer no Matadouro*. Revista Projeto Design, São Paulo, n. 175, p.78, jun. 1994.

<sup>230</sup> O desenvolvimento do texto a seguir é baseado no artigo já mencionado de Adilson Melendez, *Cobertura de vidro estabelece relação entre antigos galpões* publicado na Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, pp.82-89, maio 2008.

realizadas ao longo dos anos. O novo programa se mostra claro na tentativa de não entrar em conflito com o histórico.



Os antigos portões dos acessos da Cinemateca Brasileira foram substituídos por vedação com vidro transparente buscando integrar-se visualmente à calçada frontal ampliada. A solução de transparência foi também adotada na cobertura do percurso externo que conecta os três galpões do conjunto. Protegida no centro e com laterais vazadas para facilitar a circulação do ar, ela é fixada nas paredes com a ajuda de tirantes. No geral, é plana - a ligeira variação no formato na área de acesso deriva do que se supõe que fosse a cobertura original daquele trecho do matadouro.

**Portões envidraçados de acesso à Cinemateca**

Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/nelson-dupre-centro-cultural-17-03-2009.html>

Acesso 18 ago. 2008.



**Cobertura de vidro, fixada por tirantes à alvenaria, que permite a conexão entre os galpões**

Fotos da autora. Jan. 2010.



**Cobertura de vidro, fixada por tirantes à alvenaria, que permite a conexão entre os galpões**  
Fotos da autora. Jan. 2010.

No galpão onde se situam o salão de eventos e a Sala BNDES, além da área de apoio e da cozinha, as janelas laterais e frontais foram recompostas com esquadrias metálicas e vidros. Com isso, foi possível trazer para o interior desses ambientes uma luminosidade de que não desfruta o bloco paralelo (que abriga a Sala Petrobrás, outro espaço de exibição). O piso é de cimento queimado; no teto, com forro claro, nota-se a estrutura do telhado do tipo shed. As paredes de tijolo aparente ostentam sua irregularidade, mostrando que os fechamentos não foram efetuados no mesmo momento.

Na parte frontal da edificação, foi mantido e protegido com piso envidraçado um trecho dos trilhos do trem que trazia os animais para o abate, descobertos durante as obras. Na cobertura, não foi possível recompor a estrutura de madeira, já muito danificada. Dupré realizou pesquisas para descobrir como ela foi montada e redesenhou com perfis metálicos as tesouras sobre as quais se apóiam telhas cerâmicas do tipo francesa.



**Detalhe das tesouras metálicas redesenhadas pelo arquiteto Nelson Dupré**  
**Detalhe do trilho do trem que chegava ao matadouro**  
Fotos da autora. Jan. 2010.



**Sala BNDES:** as aberturas originais foram mantidas, mas a sala adquire condições de luminosidade ideais para projeção através de dispositivos automáticos.  
Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/nelson-dupre-centro-cultural-17-03-2009.html>.  
Acesso 18 ago. 2008.

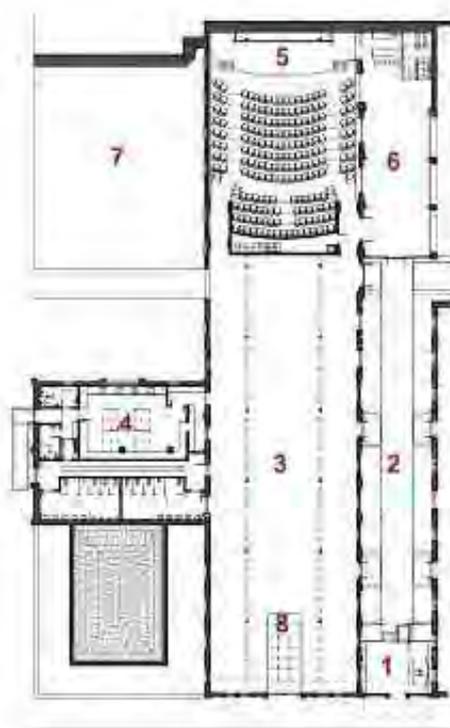
No fundo do galpão, a nova sala de cinema, com 230 lugares, oferece visão perfeita de qualquer ponto da platéia. Como foram mantidas as aberturas nas laterais, um dispositivo comanda a abertura e o fechamento das cortinas, para produzir as condições adequadas para a exibição de filmes. O anexo na lateral direita da sala - uma caixa de vidro com estrutura metálica, contida dentro de paredes parcialmente arruinadas - foi reservado para acomodar futuramente, no nível térreo, um café. No mezanino estão localizadas as áreas de trabalho.



**Pátio Interno Cinemateca**  
Foto da autora. Jan. 2010.

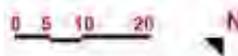


**Pátio Interno.** A parede lateral, estabilizada, foi mantida no aspecto como foi encontrada.  
Fotos da autora. Jan. 2010.

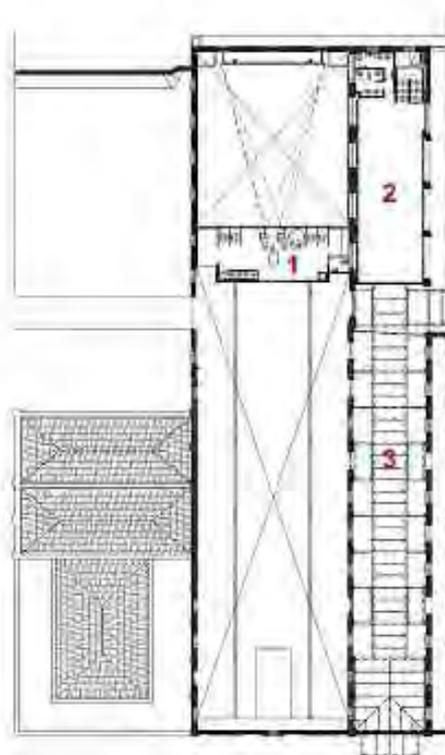


**Térreo - salão de eventos/Sala BNDES**

- 1. Acesso
- 2. Circulação coberta
- 3. Salão de eventos
- 4. Apoio da cozinha
- 5. Sala BNDES
- 6. Café/anexo
- 7. Jardim
- 8. Trilho sob piso de vidro



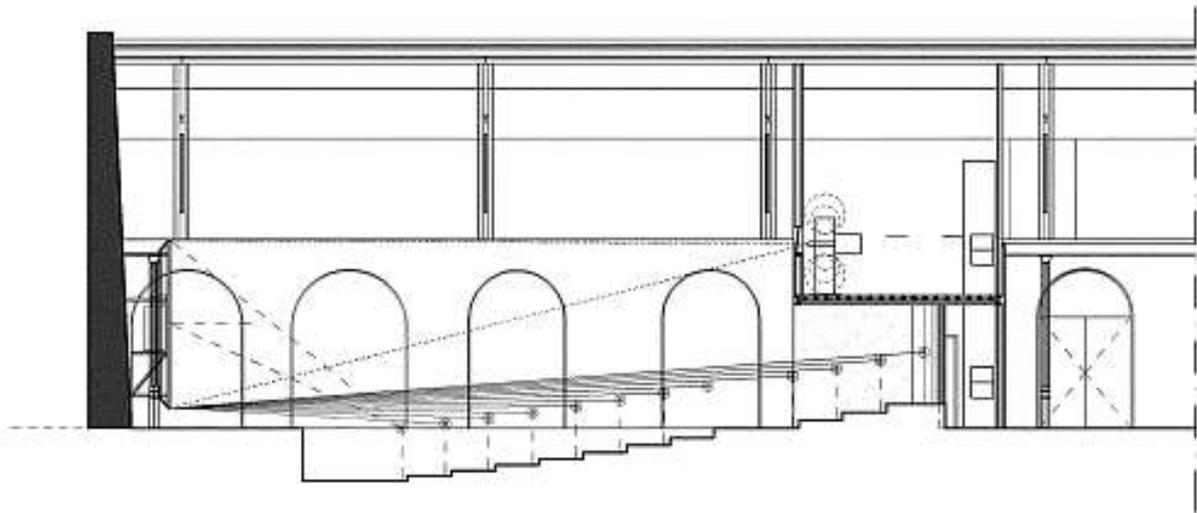
Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, p. 89, mai. 2008.



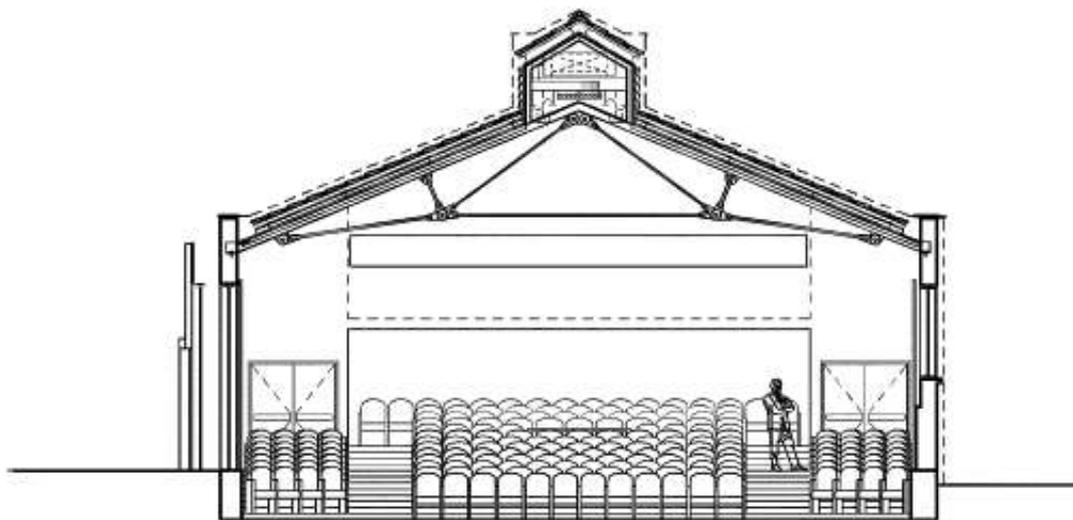
**Mezanino - salão de eventos/Sala BNDES**

- 1. Sala de projeção
- 2. Anexo
- 3. Cobertura de vidro



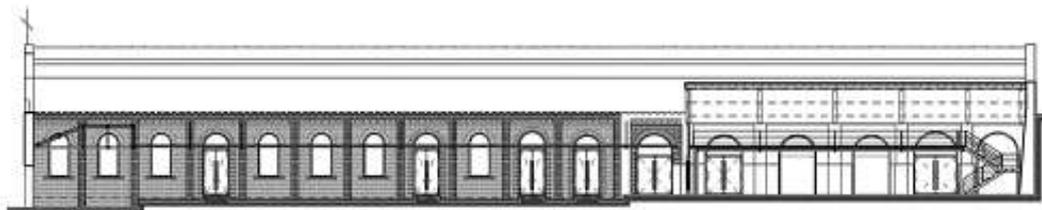


**Sala BNDES - corte longitudinal**



**Sala BNDES - corte transversal**

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, p. 88, mai. 2008.



**Corte - anexo do salão de eventos/Sala BNDES**



**Elevação frontal - largo Senador Raul Cardoso**

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 339, pp. 86-87, mai. 2008.

## 2.0 – INSTITUTO CRIAR DE TELEVISÃO E CINEMA



**Fachada galpão principal**  
Foto da autora. Jan. 2010.

<b><u>Instituto Criar de Televisão e Cinema</u></b>	
<b>Local:</b>	Rua Sólon, 1121 – Bom Retiro - São Paulo
<b>Ano:</b>	2004
<b>Uso original:</b>	Indústria Têxtil (provavelmente início do séc. XX)
<b>Arquitetos:</b>	Arq. Silvio Oksman e Arq. Fernanda Neiva
<b>Área:</b>	2.700 m <sup>2</sup> (terreno)



**Localização do Instituto Criar de Televisão e Cinema - imagem de satélite**  
Fonte: Google Earth. Acesso 30 nov. 2009.

## 2.1 – O EDIFÍCIO E SUA LOCALIZAÇÃO

O galpão industrial, que hoje abriga o Instituto Criar de Televisão e Cinema, remonta, provavelmente, ao princípio do século XX e é caracterizado por sua estrutura em alvenaria de tijolos cerâmicos, cobertura em tesouras de madeira e pé-direito alto.<sup>231</sup>

Localizado no Bom Retiro o edifício abrigou, em sua origem, uma fábrica têxtil, atividade historicamente ligada a este bairro da cidade de São Paulo. Ao longo do tempo teve vários locatários, quase todos do setor industrial. Foi sede de uma estamperia e depois de um stand de tiro. A cada nova atividade se sobrepunham novas estruturas à original.<sup>232</sup>

O edifício está implantando em um terreno que possui formato incomum apresentando uma frente estreita e alargando-se ao fundo para um dos lados, onde foi construído o galpão. Na outra extremidade, prolonga-se além do alinhamento do atual bloco administrativo, construção mais recente ao galpão, na forma de cunha.<sup>233</sup>

## 2.2 – USO ATUAL E A ESCOLHA DO LOCAL

O Instituto Criar de Televisão e Cinema, idealizado pelo apresentador de televisão Luciano Huck, é uma organização não-governamental que tem por iniciativa capacitar jovens de baixa renda para o mercado de trabalho na indústria de entretenimento, sobretudo o cinema e a televisão, oferecendo para tal fim cursos técnicos.<sup>234</sup>

A intenção do Instituto é a de formar jovens na área de produção audiovisual, ou seja, profissionais de edição, câmera, maquiagem e cabelo, roteiro, cenografia,

---

<sup>231</sup> TAGLIAFERRI, Mariarosaria; PAREDES, Cristina. *Industrial Chic – Reconverting Spaces*. Seixal: Lisma, 2006, p. 13.

<sup>232</sup> NEIVA, Fernanda; OKSMAN, Silvio. *Instituto Criar de TV e Cinema São Paulo, SP*. Disponível em <<http://mdc.arq.br/2006/04/01/exposicao-virtual-de-arquitetura/>>. Acesso em: 30 nov. 2009.

<sup>233</sup> MELENDEZ, Adilson. Op. cit.

<sup>234</sup> Idem.

iluminação, operadores de som e editores de áudio e vídeo, figurino, computação gráfica e produção figurinistas, cinegrafistas.<sup>235</sup>

Nos últimos anos com a migração da atividade têxtil, tradicionalmente desenvolvida no bairro do Bom Retiro, para outras regiões começa o processo de esvaziamento dessa parte da cidade. A opção de instalar o Instituto Criar neste bairro também levou em consideração a possibilidade de aproveitar essas estruturas urbanas existente e participar assim do processo de requalificação da área. Outro fator determinante foi a facilidade de acesso, devido a proximidade ao metrô, a corredores de ônibus e à Estação da Luz, fator fundamental para os estudantes da instituição que, na sua maioria, utilizam o transporte público.<sup>236</sup>

## 2.3 – ANÁLISE DO PROJETO

A idéia inicial foi a de retirar todas as interferências sobrepostas ao longo do tempo, ou seja, mezaninos, alvenarias, caixilharia e, inclusive, os sucessivos revestimentos procurando devolver a construção sua configuração original.<sup>237</sup> Com a retirada dos revestimentos a alvenaria de tijolos cerâmicos, método construtivo utilizado na construção de galpões industriais dessa época, ficou aparente. Nesse processo de decapagem, foram descobertas aberturas em arco que haviam sido fechadas nas sucessivas ocupações. Mas também durante esta intervenção houveram perdas causadas pela desagregação de pedaços de tijolos. Procurou-se então adicionar, a técnica de lavagem dos tijolos, um produto de contenção da erosão e consolidação das partes soltas. Foram propostos, sempre dentro do conceito de baixa interferência e harmonia a arquitetura existente, acabamentos realizados com materiais simples, como o cimento queimado adotado no piso, tendo em vista ainda a necessidade de controlar os custos de obra para não comprometer sua atividade-fim.<sup>238</sup>

---

<sup>235</sup> NEIVA, Fernanda; OKSMAN, Silvio, op. cit.

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> MELENDEZ, Adilson, op. cit.



**Detalhe fachada (decapagem)**

Foto da autora. Jan. 2010.

A premissa que direcionou o projeto, segundo os arquitetos, foi, portanto a de distribuir as novas instalações interferindo o mínimo possível na construção original e possibilitar uma distinção clara entre a nova intervenção e o esqueleto do antigo galpão. Com esta finalidade foi utilizada a alvenaria estrutural de blocos de concreto e elementos metálicos para reforço e consolidação da estrutura existente.<sup>239</sup>

O programa, desenvolvido pelos arquitetos Silvio Oksman e Fernanda Neiva para atender as necessidades educacionais do Instituto Criar, era semelhante ao de uma escola. O espaço é justamente chamado de Estúdio Escola e foi estruturado e equipado como uma produtora profissional, porém com fins didáticos. Para tal foi prevista a construção de dois estúdios de gravação, tendo o estúdio principal 155 metros quadrados, tratamento acústico e térmico; dezessete oficinas; marcenaria; ilhas de edição; switcher; ilhas de finalização; ilhas de web; laboratório digital; sala de vídeo; sala de cabelo e maquiagem; sala de figurino; espaço de produção; biblioteca e videoteca; sala para os professores. A cozinha, o refeitório, os vestiários

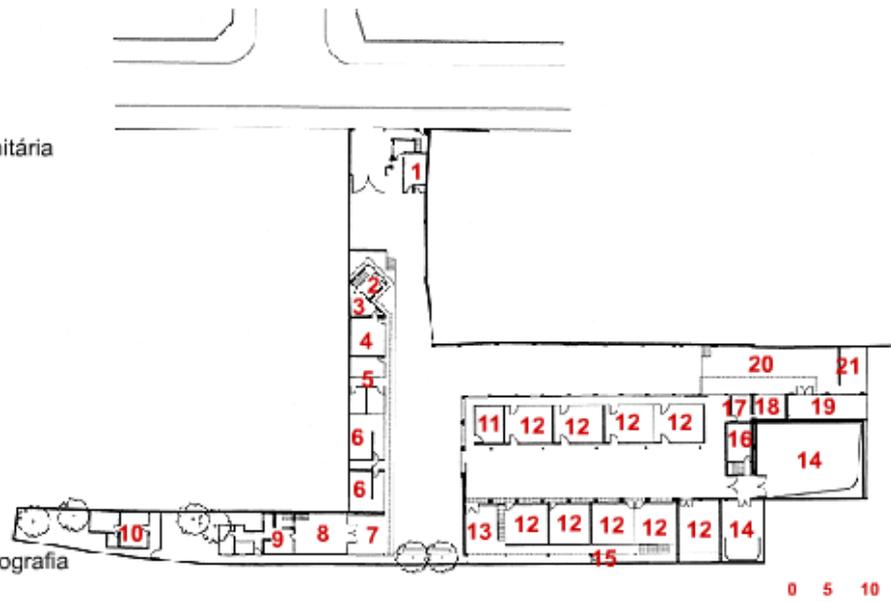
---

<sup>239</sup> NEIVA, Fernanda; OKSMAN, Silvio, op. cit.

e escritórios administrativos foram distribuídos no bloco anexo ao galpão principal e de construção mais recente.<sup>240</sup>

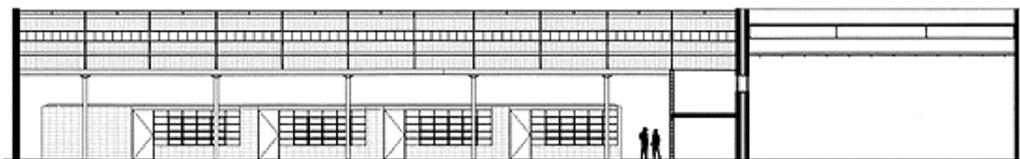
**Térreo**

1. Portaria
2. Hall
3. Almojarifado
4. Administração
5. Produtora comunitária
6. Vestiários
7. Varanda
8. Refeitório
9. Cozinha
10. Zeladoria
11. Professores
12. Sala de aulas
13. Biblioteca
14. Estúdio
15. Videoteca
16. Áudio
17. Manutenção
18. Cofre
19. Marcenaria/cenografia
20. Doca
21. Depósito

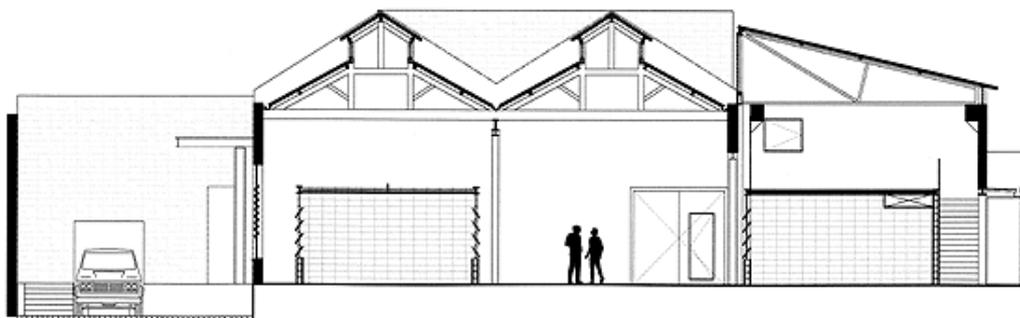


**Planta Pavimento Térreo**

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 299, p. 69, jan. 2005.



**Corte**



**Corte**

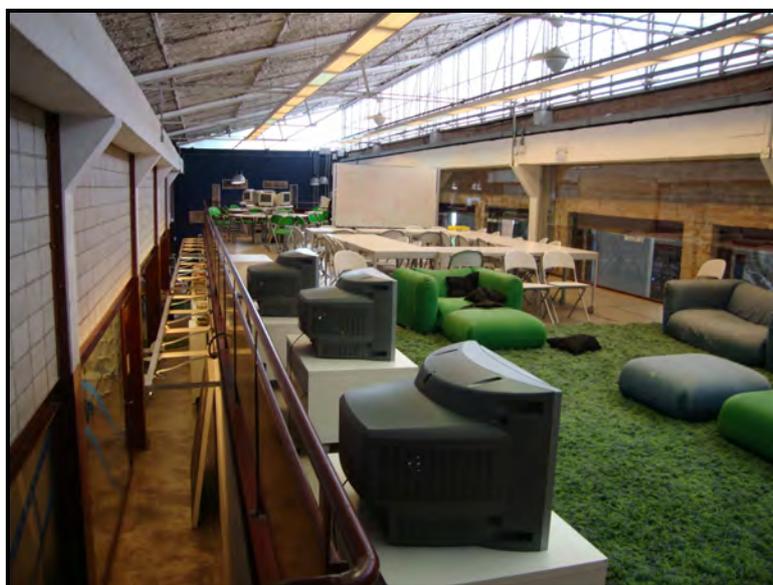
Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 299, p. 65, jan. 2005.

<sup>240</sup> Informações disponíveis no site do Instituto Criar de Televisão e Cinema <<http://www.institutocriar.org/>> Acesso em: 30 nov. 2009.

No pavimento térreo do galpão principal foram inseridas duas alas de salas de aulas, separadas pela circulação central pensada como uma área de convivência e de integração entre os alunos. Este espaço pode ser utilizado ainda para palestras, exposições e atividades multidisciplinares. Dessa forma é possível acompanhar todas as atividades que se desenvolvem no instituto.<sup>241</sup>



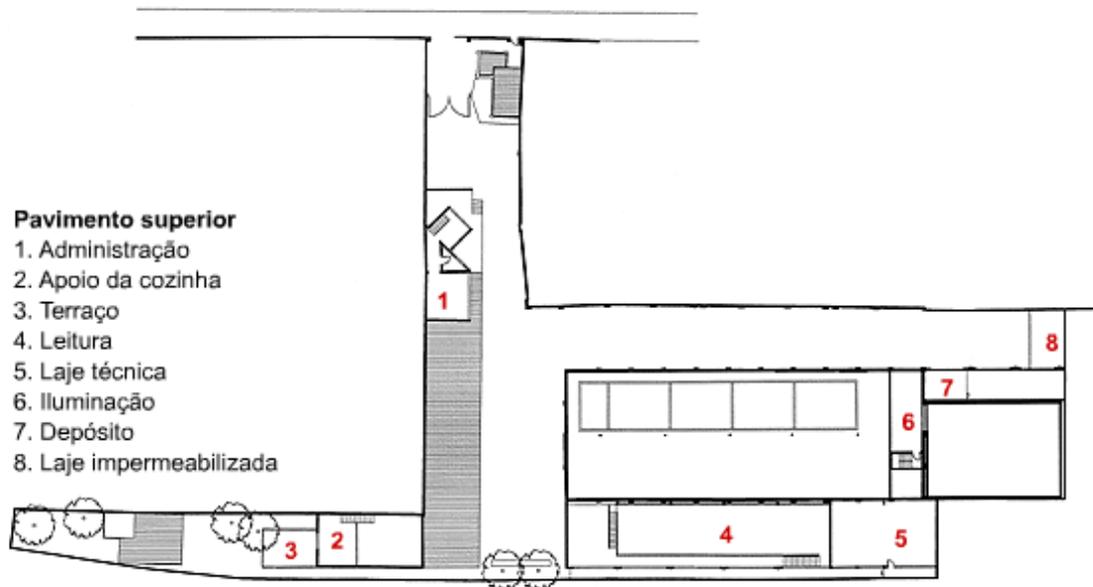
**Circulação e sala de aula.** Detalhe da estrutura da cobertura em metal e madeira que foi mantida.  
**Sala de aula.** Detalhe perfis metálicos que estruturam os caixilhos e forros e o fechamento em blocos de concreto das salas de aulas.  
Fotos da autora. Jan. 2010.



**Mezanino**  
Foto da autora. Jan. 2010.

<sup>241</sup> NEIVA, Fernanda; OKSMAN, Silvio, op. cit.

Blocos estruturais de concreto arrematados por perfis metálicos, que também estruturam cobertura e forro, definem as salas de aula.<sup>242</sup>



**Planta Pavimento Superior**

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 299, p. 69, jan. 2005.

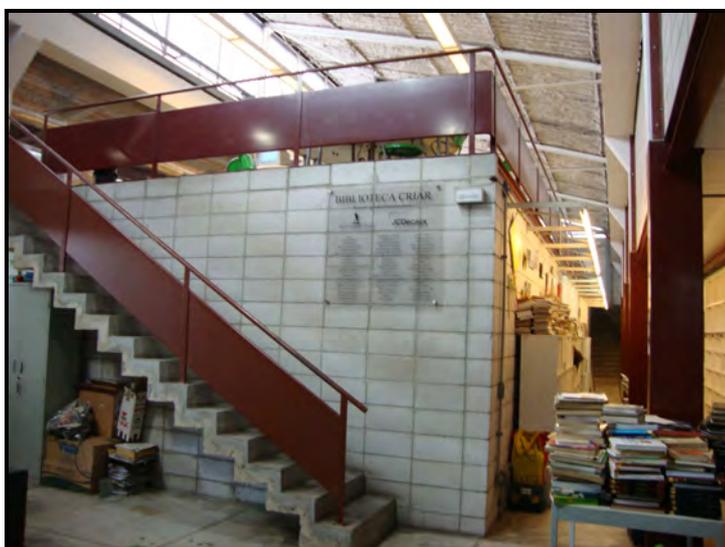
Numa das alas, extensos caixilhos, voltados tanto para a circulação como para a doca, propiciam a permeabilidade interior/externo. No pavimento superior, à direita de quem entra, se encontra a sala de leitura, aberta para a circulação do térreo. Ao fundo, finalizando esse percurso, fica o estúdio principal.<sup>243</sup>

<sup>242</sup> MELENDEZ, Adilson, op. cit.

<sup>243</sup> Idem.



**Vista da área da doca**  
Foto da autora. Jan. 2010.



**Vista biblioteca (térreo). Vista de uma das alas das salas de aulas**  
Foto da autora. Jan. 2010.

### 3 - ESTAÇÃO CIÊNCIA/USP



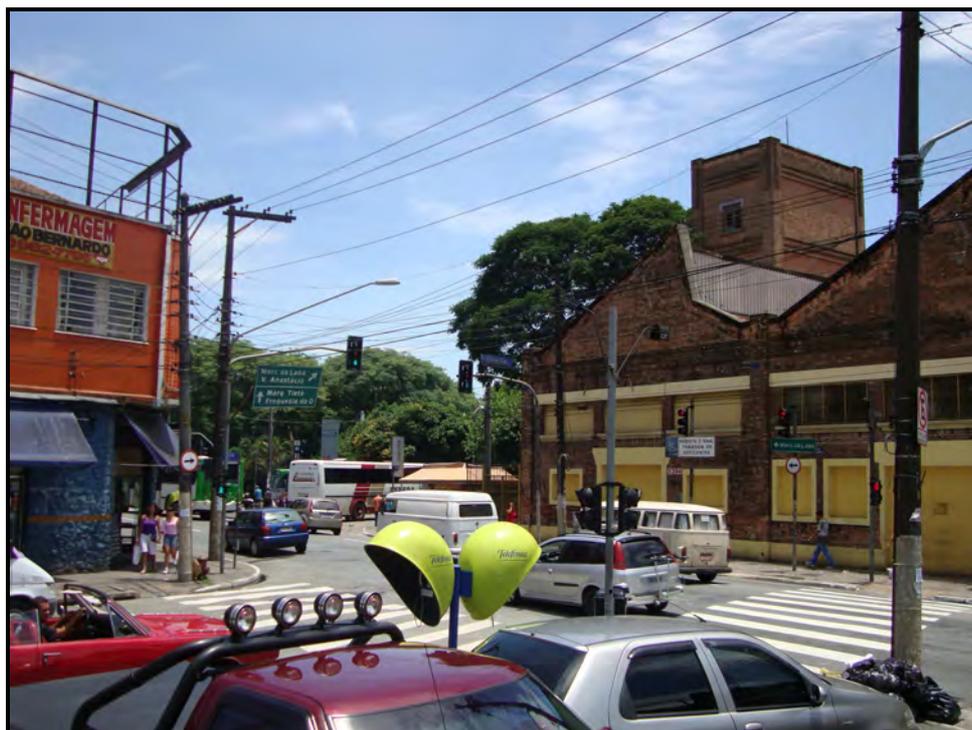
**Fachada principal Rua Guaicurus**

Foto da autora. Jan. 2010.

<b><u>Estação Ciência/USP</u></b>	
<b>Local:</b>	Rua Guaicurus, 1.394 – Lapa - São Paulo
<b>Ano:</b>	1987
<b>Uso original:</b>	Indústria Têxtil (provavelmente início do século XX)
<b>Arquitetos:</b>	Lúcio Gomes Machado, Marlene Yurgel e Eduardo de Jesus Rodrigues
<b>Área:</b>	4.500 m <sup>2</sup> (aproximadamente)



Localização da Estação Ciência/USP - imagem de satélite  
Fonte imagem: Google Earth. Acesso 30 nov. 2009.



**Vista da Rua Scipião**  
Foto da autora. Jan. 2010.



**Vista da passarela da Estação Lapa**  
Fonte <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=734948>.  
Acesso 30 nov. 2009.

### 3.1 – O EDIFÍCIO E SUA HISTÓRIA

A atual Estação Ciência localiza-se na Lapa, bairro da zona oeste de São Paulo, que desenvolveu-se durante o século XX, e de caráter, inicialmente, industrial e proletário. O conjunto, constituído por dois grandes galpões e construções anexas, no final da Rua Guaicurus, ao lado da estação do trem metropolitano da FEPASA, foi construído no início do século XX para abrigar uma tecelagem. Um grande pátio interno, limitado pelas antigas plataformas ferroviárias da fábrica confere ao conjunto um aspecto original.<sup>244</sup>

Em 1936, um incêndio quase acabou com este patrimônio. Reconstruídos, logo em seguida, os galpões passaram ao patrimônio do Estado de São Paulo, tendo sido ocupados como posto de sementes da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Outros órgãos governamentais, como Polícia Militar, Fundo Social de Solidariedade e FEPASA, também o utilizaram até a década de 1970.<sup>245</sup>

Os galpões de modulação, aproximadamente, 11x30 metros caracterizados pela alvenaria de tijolos aparentes, estrutura de concreto e sheds, receberam uma série de intervenções, no decorrer do tempo, em função das mudanças de uso e programa que o conjunto sofreu.<sup>246</sup> Algumas dessas adaptações e acréscimos comprometeram as características arquitetônicas do complexo como a realização de um pavimento possibilitado pelo pé-direito de seis metros do galpão.<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup> HISTÓRIA preservada a serviço da Ciência. In: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, pp. 226-230, ago. 1987

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> Idem.

<sup>247</sup> Informações disponíveis no site da Estação Ciência/USP <<http://www.eciencia.usp.br/ec/index.html>>. Acesso em: 02 dez. 2009.



**Vista interna**

Fonte: [http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008\\_09\\_25\\_estacao\\_ciencia\\_exposicao\\_vias\\_do\\_coracao.php](http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008_09_25_estacao_ciencia_exposicao_vias_do_coracao.php). Acesso 02 dez. 2009.

Em 1985, com as discussões sobre o Terminal Rodoviário da Lapa, moradores e comerciantes do bairro reivindicaram a conservação dos galpões, vizinhos à Estação Ferroviária da FEPASA. Para tal fim foi criada a Comissão de Preservação e Utilização dos Galpões onde arquitetos, artistas e engenheiros alegavam o valor histórico dos galpões como testemunho da arquitetura industrial típica do início do século e do trabalho da colônia italiana, instalada na região, e dos operários em geral.<sup>248</sup> No fim deste mesmo ano, o CONDEPHAAT começou a elaborar um projeto para o tombamento dos galpões, em razão de seu significado na história da industrialização de São Paulo e da urbanização do bairro da Lapa, vetando a demolição ou qualquer alteração na estrutura do prédio.<sup>249</sup>

---

<sup>248</sup> Idem.

<sup>249</sup> HISTÓRIA preservada a serviço da Ciência, op. cit.



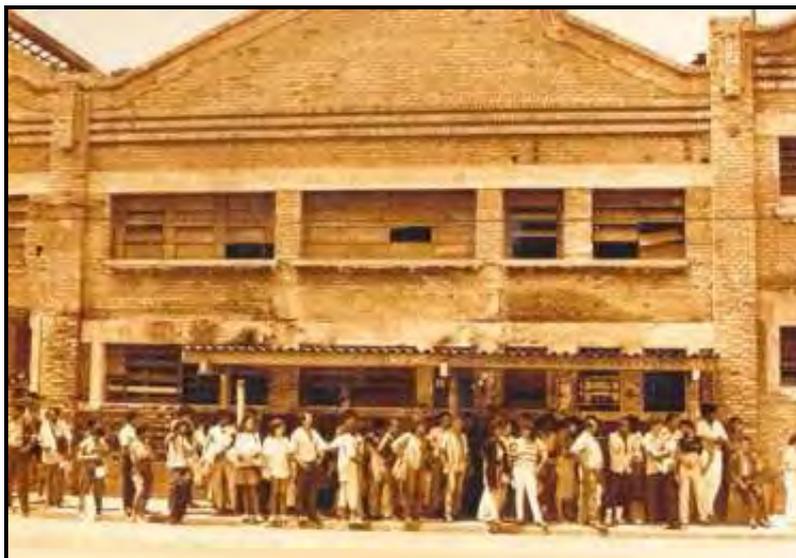
**Elevação Posterior** Fonte:  
[http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008\\_09\\_25\\_estacao\\_ciencia\\_exposicao\\_vias\\_do\\_coracao.php](http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008_09_25_estacao_ciencia_exposicao_vias_do_coracao.php).  
Acesso 02 dez. 2009.

Em 19 de dezembro de 1986 o Governo do Estado de São Paulo, através do decreto n. 26.492, cede o uso seis módulos totalizando uma área de 1.915 m<sup>2</sup> ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para a instalação do Centro de Ciência para a Juventude. A Estação Ciência é então inaugurada em 24 de junho de 1987 apesar de a idéia ter surgido no início da década de 1970, quando foi fundada a Academia de Ciências do Estado de São Paulo. O Governo cede então, num segundo tempo, mais três módulos do edifício e finalmente os restantes, já na administração da Estação Ciência pela USP o que aconteceu a partir de 1990.<sup>250</sup> Em maio de 2009 os galpões da Estação Ciência foram tombados pelo CONPRESP.<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> SILVA, Vânia. *Impacto com delicadeza*. Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, pp. 42- 47, jul. 2009.



**Fachada principal Rua Guaicurus**

Fonte: [http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008\\_09\\_25\\_estacao\\_ciencia\\_exposicao\\_vias\\_do\\_coracao.php](http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008_09_25_estacao_ciencia_exposicao_vias_do_coracao.php).

Acesso em 02 dez. 2009.

### 3.2 – O PROJETO DE RECONVERSÃO

A Estação Ciência/ USP foi pensada para ser um centro de ciências interativo que realizasse exposições e atividades nas áreas de astronomia, meteorologia, física, geologia, geografia, biologia, história, informática, tecnologia, matemática, humanidades, além de cursos, eventos e outras atividades, com o objetivo de popularizar a ciência e promover a educação científica de forma lúdica e prazerosa. O nome, assim como o primeiro logotipo, foi sugerido pelo publicitário Washington Olivetto e fazia alusão as “viagens, que o projeto pode proporcionar, ao mundo do conhecimento científico, a idéia de passado e futuro, de educação e diversão e ainda devido a proximidade à estação ferroviária e ao metrô”.<sup>252</sup> O logotipo atual foi redesenhado recentemente e apresenta a ciência como um ciclo em constante transformação.<sup>253</sup>

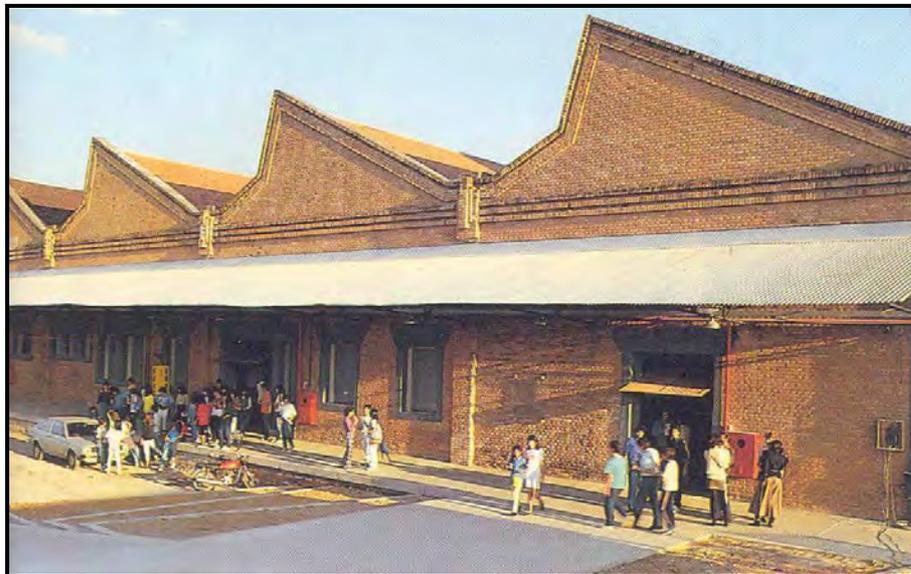
---

<sup>252</sup> Informações disponíveis no site da Estação Ciência/USP <<http://www.eciencia.usp.br/ec/index.html>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

<sup>253</sup> SILVEIRA, Rogério. *Domingo é o último dia da exposição Vias do Coração na Estação Ciência*. 2008. Disponível em <[http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008\\_09\\_25\\_estacao\\_ciencia\\_exposicao\\_vias\\_do\\_coracao.php](http://www.rogeriosilveira.jor.br/reportagem2008_09_25_estacao_ciencia_exposicao_vias_do_coracao.php)>. Acesso em: 02 dez. 2009.



**Acesso a Estação Ciência/USP**  
Fotos da autora. Jan. 2010.



**Vista do galpão do pátio interno**  
Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, p. 229, ago. 1987.

A idéia de implantar um museu vivo de ciências era a de destiná-lo aos jovens estudantes da região metropolitana permitindo assim a recuperação do edifício não só do ponto de vista de sua arquitetura, mas também através de sua recolocação no contexto da vida do bairro.<sup>254</sup>

O projeto foi elaborado com a participação de um grupo de sessenta profissionais do CNPq e a colaboração de universidades, órgãos governamentais e empresas. O desenvolvimento do projeto foi realizado pelos arquitetos Lucio Gomes

<sup>254</sup> HISTÓRIA preservada a serviço da Ciência, op. cit.

Machado, Marlene Yurgel e Eduardo de Jesus Rodrigues e, segundo dados da própria instituição, a afluência anual média é de 400 mil pessoas, entre escolares e público geral. Além das atrações permanentes, há exposições, cursos, oficinas de artes cênicas e projetos educacionais. O ABC na Educação Científica – Mão na Massa desenvolve projetos científicos para crianças do ensino fundamental. O Clicar oferece educação não formal para crianças e adolescentes em situação de risco social.<sup>255</sup>

O projeto de restauro foi norteado pela diretriz de preservar, sempre que possível, as contribuições simultâneas dos vários usos dados ao edifício. Procurou-se assim valorizar os materiais originais, particularmente a alvenaria, detalhes de argamassa e cobertura em telhas tipo marselhesa, recompondo, com novos materiais, um espaço fabril e um espaço para as exposições. Do mesmo modo, foi mantida a estrutura de concreto armado encontrada em dois dos módulos, viabilizando a localização de parte das funções em um pavimento superior. O estudo cromático visou, por seu turno, tornar claras as áreas onde houve intervenção ou onde se localizam usos diversos daqueles para os quais o edifício havia sido originalmente construído. As questões de conforto térmico dos ambientes de exposições e de trabalho técnico foram tratadas com estudo específico resultando na construção de forro de madeira sob os caibros da estrutura do telhado e a colocação de isolante térmico entre as telhas e o forro. Foi ainda projetado um sistema de ventilação forçada por tubulação aparente, cujas formas reforçam a idéia de um ambiente fabril.<sup>256</sup>

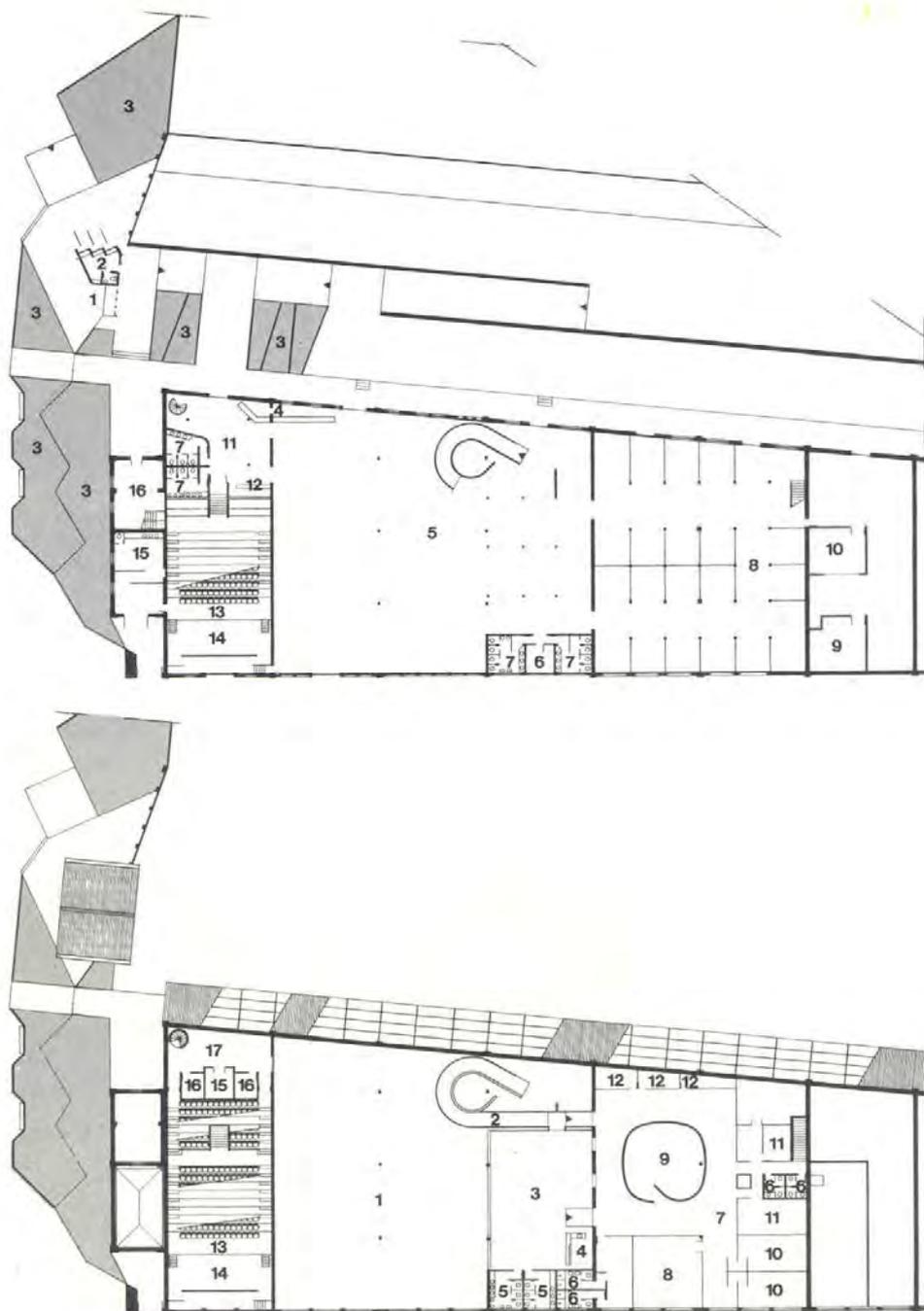
O programa se desenvolve em dois pavimentos. No primeiro pavimento acontecem as atividades ligadas à física, ou seja, os experimentos de cinética, mecânica, eletricidade, eletromagnetismo, termodinâmica, meteorologia, óptica e astronomia; a química; a matemática com atividades que estimulam o raciocínio dos visitantes; ao espaço tecnológico e as ciências da terra num espaço com painéis e maquetes sobre preservação ambiental, geologia e paleontologia. Neste pavimento encontramos ainda um auditório com capacidade para 190 pessoas, provido de

---

<sup>255</sup> Informações disponíveis no site da Estação Ciência/USP <<http://www.eciencia.usp.br/ec/index.html>>. Acesso em: 02 dez. 2009.

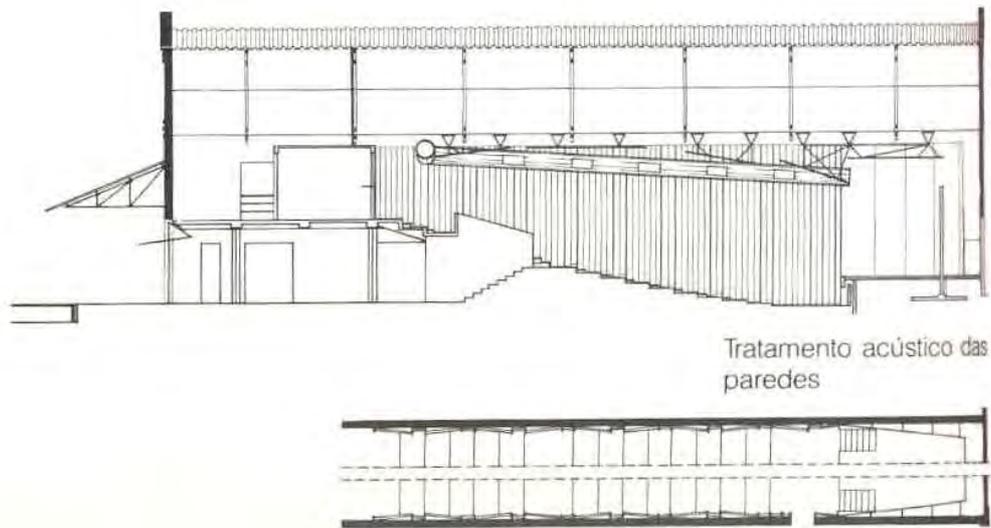
<sup>256</sup> HISTÓRIA preservada a serviço da Ciência, op. cit.

todos os requisitos de conforto térmico, acústico e visual; camarim e sala de controle equipada.<sup>257</sup>



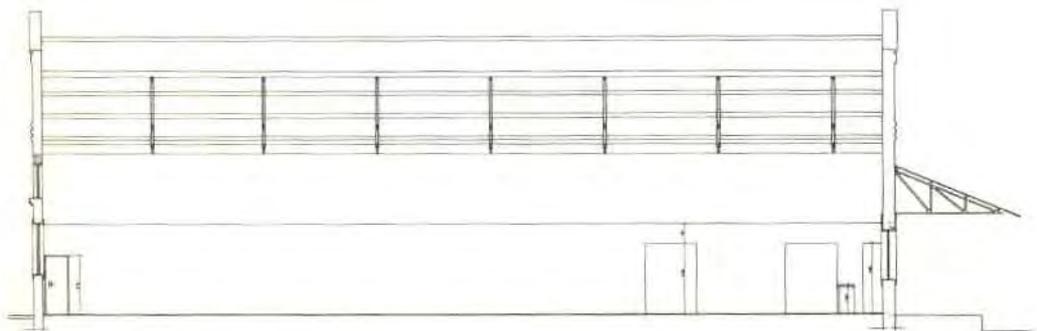
**Planta Pavto. Térreo e Mezanino conforme projeto original – fase 1**  
Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, p. 228, ago. 1987.

<sup>257</sup> Informações disponíveis no site da Estação Ciência/USP <<http://www.eciencia.usp.br/ec/index.html>>. Acesso em: 02 dez. 2009.



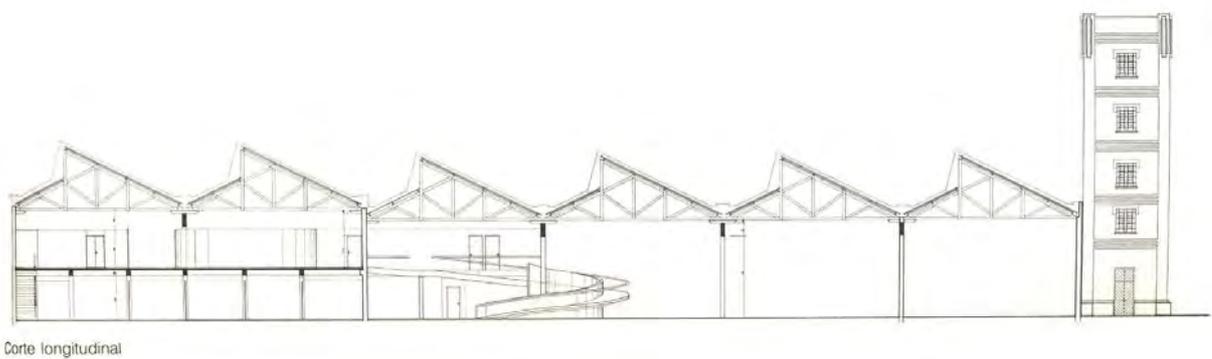
**Corte auditório**

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, p. 228, ago. 1987.



**Corte Transversal da Área Expositiva**

Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, p. 228, ago. 1987.



**Corte Longitudinal da Área Expositiva**

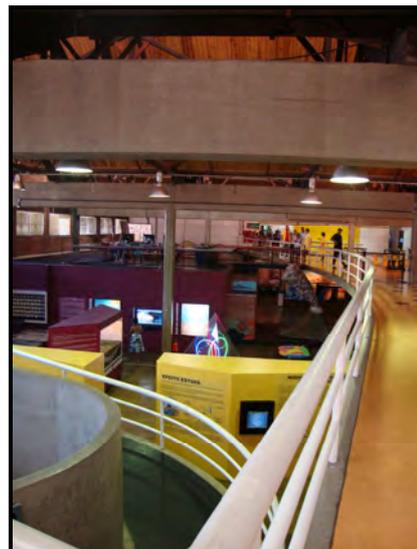
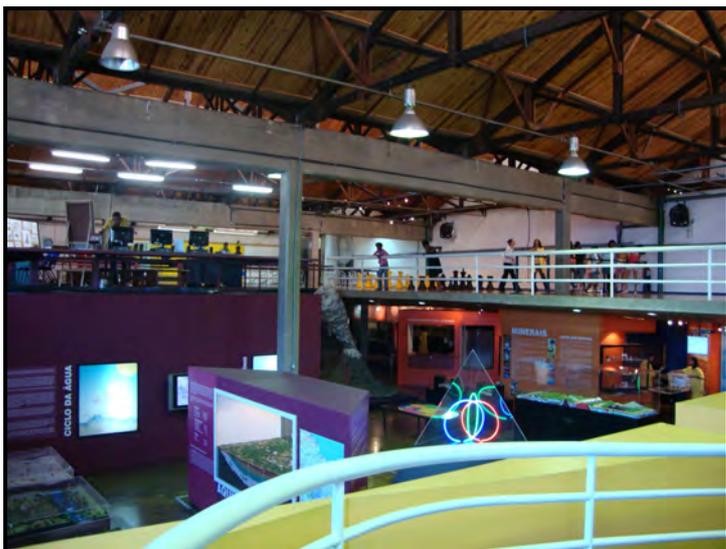
Fonte: Revista Projeto Design, São Paulo, n. 102, p. 229, ago. 1987.



**Vista interna – estrutura do telhado**  
Foto da autora. Jan. 2010.



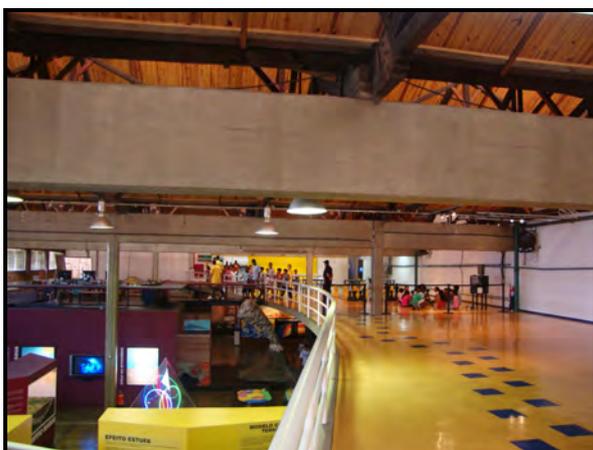
**Imagem pavimento térreo.**  
**Espaço expositivo destinado as ciências da terra e a física**  
Foto da autora. Jan. 2010.



**Imagem pavimento térreo. Espaço destinado as ciências da terra e a física  
Imagem mezanino.**

Foto da autora. Jan. 2010.

No mezanino encontra-se o espaço dedicado as ciências humanas, com maquetes que ilustram a organização das cidades medievais européias e seus respectivos costumes, e o espaço dedicado as ciências biológicas com experimentos de observação a animais, aquáticos e anfíbios, e ao corpo humano. Além disso, presta-se a eventos e exposições temporárias contando ainda com duas salas multiuso para cursos, treinamentos, reuniões e sala de apoio ao visitante. Neste pavimento encontra-se por fim o setor administrativo da Estação da Ciência.<sup>258</sup>



**Imagens do mezanino e da rampa de acesso**

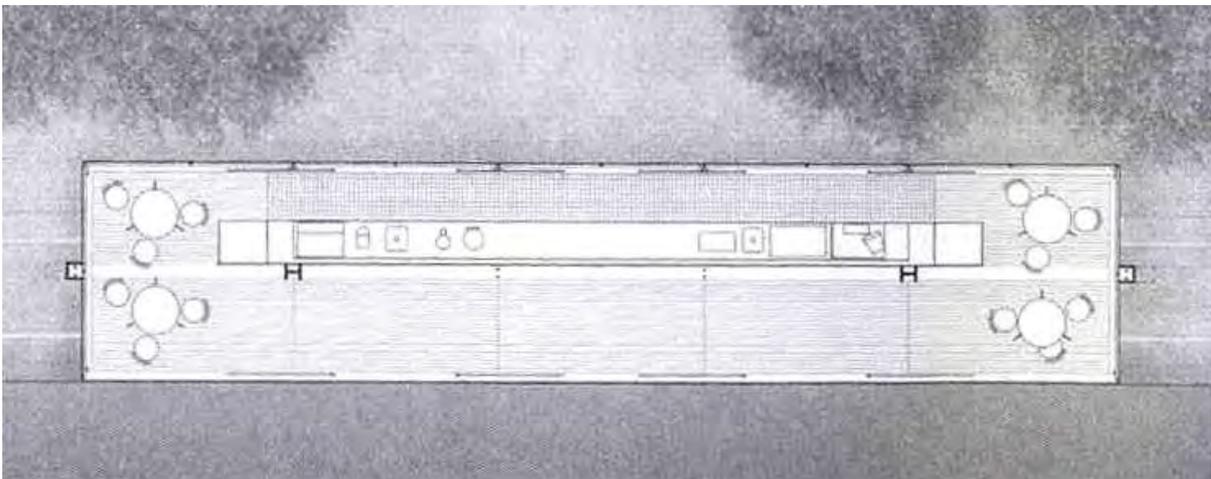
Fotos da autora. Jan. 2010.

<sup>258</sup> HISTÓRIA preservada a serviço da Ciência, op. cit.

### 3.3 – PROJETOS RECENTES

Em 2009 a Estação Ciência recebeu mais dois projetos que buscaram, pela linguagem adotada, uma integração com a arquitetura ferroviária e industrial existentes.

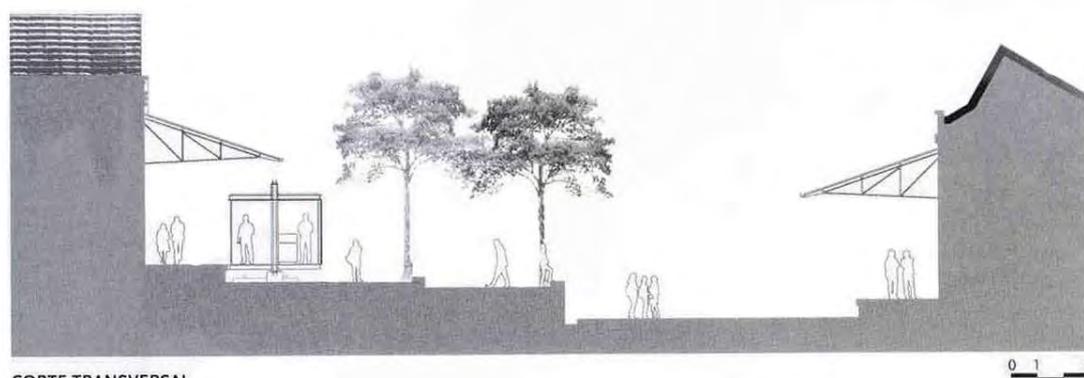
A Estação ganhou uma cafeteria cuja proposta não é recente, datando efetivamente de 2004, mas que só foi concluída em 2009 devido à necessidade de realização de licitações públicas para sua construção. Outro projeto introduzido nesse complexo industrial foi a Estação Natureza-USP. Alinhada a cafeteria, um pouco mais adiante, foi inaugurada em fevereiro deste ano. A Estação Natureza-USP é uma proposta da fundação O Boticário, terceira unidade da série, que tem como objetivo mostrar aspectos variados da biodiversidade do país e despertar, no visitante, uma maior consciência ambiental.<sup>259</sup>



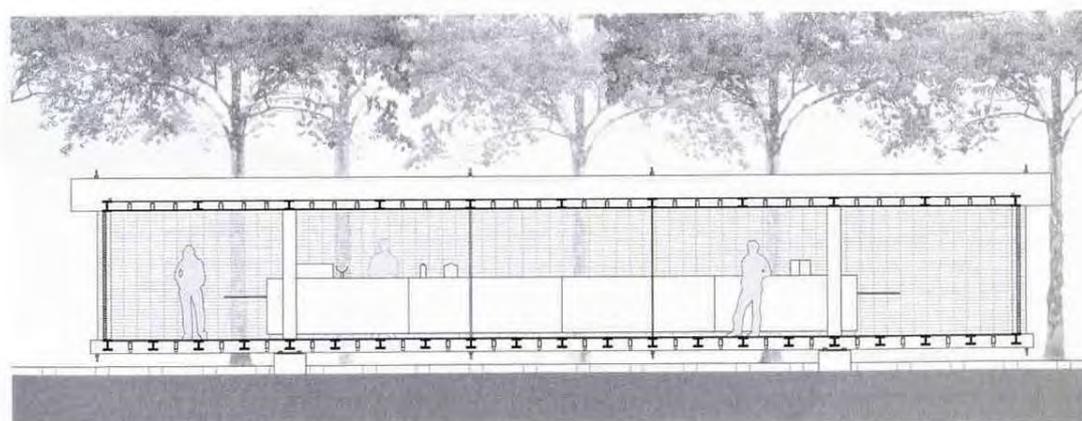
**Planta térreo - Cafeteria**

Fonte: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, p. 44.

<sup>259</sup> SAYEGH, Simone. *Viagem pela biodiversidade*. Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, pp. 36 - 41, jul. 2009.



CORTE TRANSVERSAL



CORTE LONGITUDINAL

#### **Cortes Transversal e Longitudinal - Cafeteria**

Fonte: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, p. 45.

A caixa de vidro que abriga a cafeteria, de 17 m de comprimento por 2,40 m de largura e pé-direito de 2,40 m, foi um projeto criado pela equipe do UNA Arquitetos (arq. Cristiane Muniz, Fábio Valentim, Fernanda Barbara e Fernando Viégas). A antiga tecelagem possuía ramais ferroviários internos e plataformas de 140 m de extensão junto a esses galpões para a entrada e saída de insumos. A cafeteria, em estrutura metálica e vidro, foi então implantada no mesmo nível da plataforma coberta, local de entrada e circulação dos visitantes, e fixada em dois pontos no trilho existente. Devido ao fato da peça estar apoiada somente em dois blocos de fundação, tem-se a impressão de que está ligeiramente solta do chão, suspensa junto à plataforma. Todos os lados da caixa se abrem, permitindo a ventilação cruzada. O acesso à plataforma pode ser totalmente aberto ou fechado, conforme as necessidades de funcionamento e do comportamento do clima. Nos

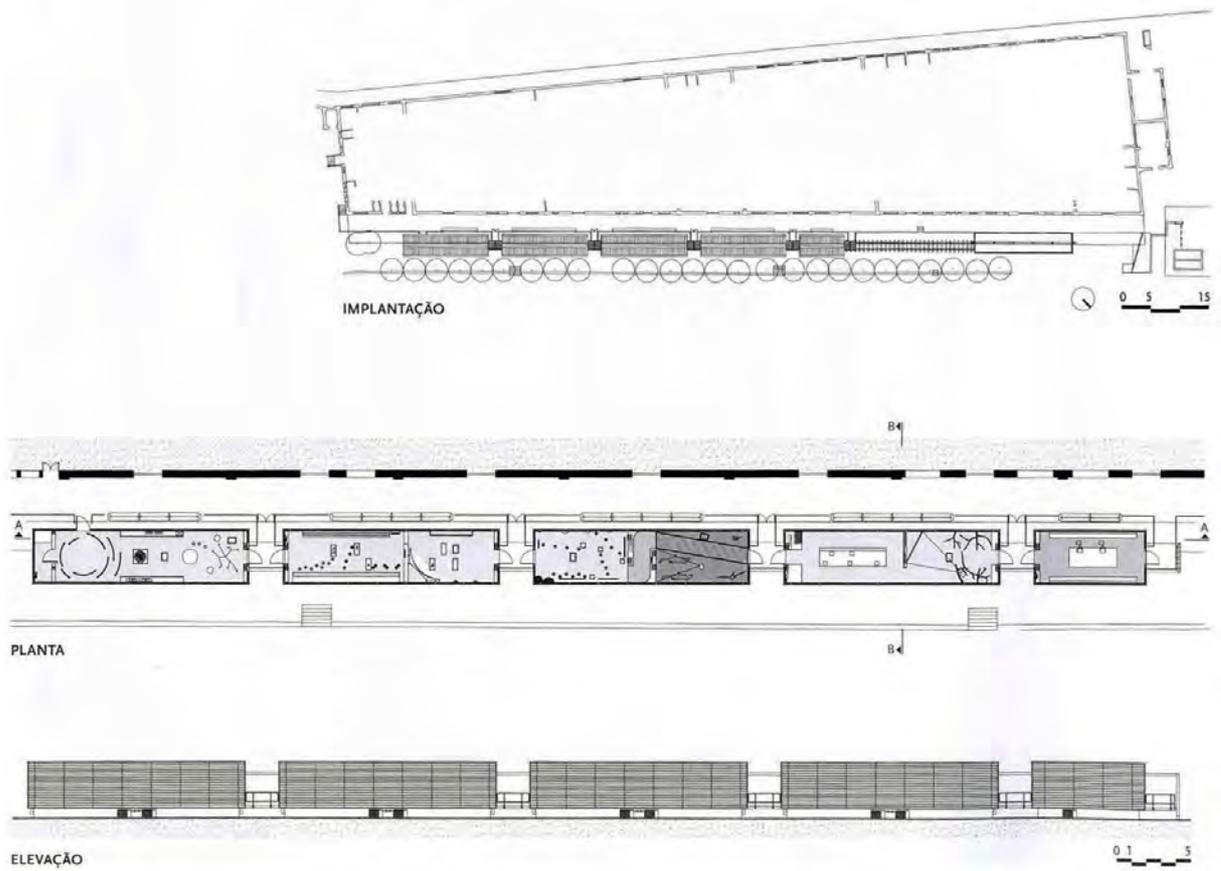
outros três lados, onde há incidência solar, foram projetados brises que também servem como guarda-corpo, caso os vidros junto a eles estejam abertos. A escolha dos materiais, segundo os arquitetos do UNA, deu-se pela necessidade de uma construção leve que respeitasse as proporções, que permitisse a continuidade visual e não interferisse com a arquitetura dos galpões existentes e nem com o espaço expositivo criado em 1987.<sup>260</sup>



**Imagens externas. Cafeteria**  
Fotos da autora. Jan. 2010.

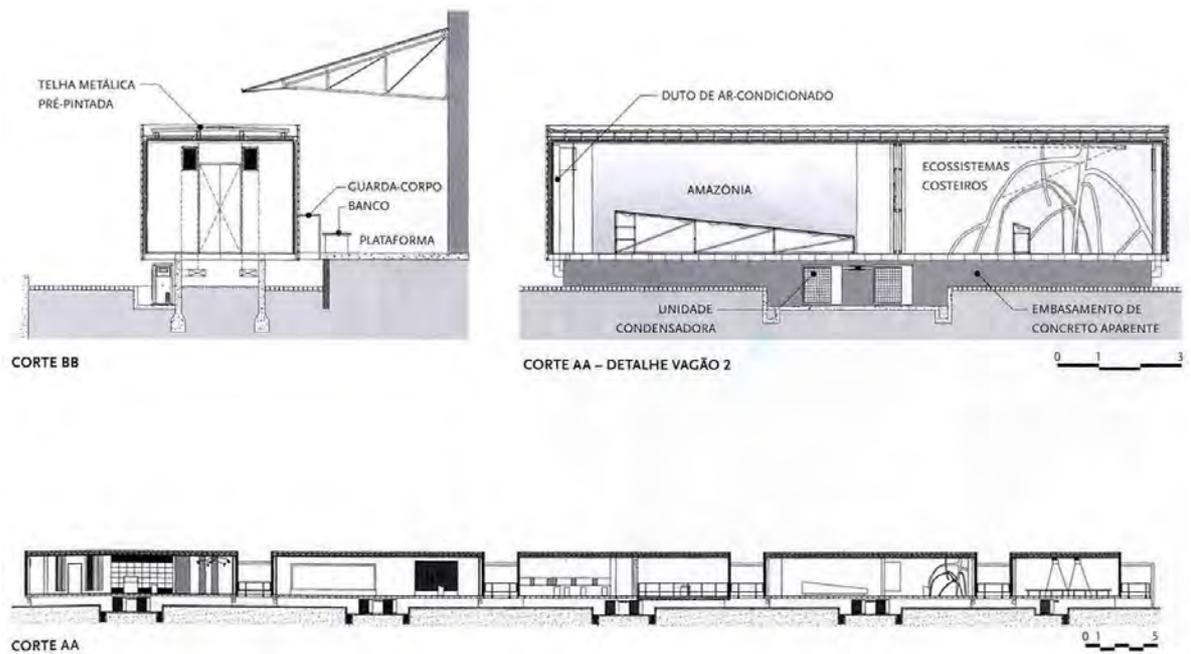
---

<sup>260</sup> SILVA, Vânia, op. cit.



**Implantação, Planta e Elevação da Estação Natureza/USP.**

Fonte: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, p. 38.



**Cortes - Estação Natureza/USP**

Fonte: Revista AU - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 184, p. 39.

O projeto arquitetônico da Estação Natureza-USP foi desenvolvido em parceria pelos escritórios Brasil Arquitetura (arq. Marcelo Carvalho Ferraz e arq. Francisco de Paiva Fanucci) e Apiacás Arquitetos (arq. Anderson Fabiano Freitas, Pedro Amando de Barros). Inicialmente os arquitetos pensaram em desenvolver o programa dentro de réplicas de vagões de trem, idéia descartada pelas questões do conforto ambiental. Propuseram então módulos que fizessem alusão ao trem. Para tal, foram concebidas cinco caixas retangulares, de 3,5 m x 5 m, distribuídas em seqüência na plataforma e que totalizam 266 m<sup>2</sup>, com a finalidade de abrigar e revelar seis dos principais biomas brasileiros. Descartado o uso do aço corten, dessa vez por questões orçamentárias, as caixas acabaram sendo revestidas por telhas trapezoidais dispostas na horizontal e pintadas na cor vermelha para que carregassem ainda a imagem industrial desejada pelos arquitetos. Utilizadas da maneira tradicional, foram conjugadas com uma manta de lã de vidro e internamente arrematadas com placas de gesso, que receberam todo o conteúdo expográfico. A estrutura metálica foi erguida com aço galvanizado leve, o light steel frame, com montantes a cada dois metros. Mas a modularidade estrutural foi reduzida devido às necessidades especiais expográficas. O piso dos vagões é formado por chapas de OSB revestidas pelas tradicionais placas de borracha de alto tráfego. Em meio ao piso, alçapões foram distribuídos estrategicamente, para facilitar o acesso às instalações. Todas as caixas foram apoiadas em um embasamento de concreto elevado, de forma a possibilitar o acesso por passarelas a partir da plataforma, exatamente como um trem parado na estação. O embasamento também permitiu a formação de um vazio central com instalações, um piso técnico onde se concentram todas as tubulações hidráulicas e elétricas, assim como dutos de ar-condicionado.<sup>261</sup>

---

<sup>261</sup> SAYEGH, Simone, op. cit.



**Imagens Estação Natureza-USP**  
Fotos da autora. Jan. 2010.